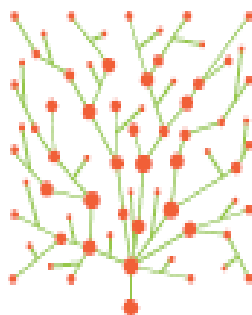




DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR



DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR



ISSN 2595-9387

Vol. 2 - Nº2
Dezembro 2019 / Abril 2020

Porto Alegre

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL
Reitor: Carlos André Bulhões

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretor: Carlos Henrique Vasconcellos Horn

CENTRO INTERDISCIPLINAR EM SOCIEDADE,
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CISADE)
Diretor: Marcelo Antônio Conterato

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS
(IEPE)
Diretor: Alessandro Donadio Miebach

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS (DERI)
Coordenador: Fabian Scholze Domingues

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
Coordenador: Marcelo de Carvalho Griebeler

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO RURAL
Coordenador: Leonardo Xavier da Silva

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Mielitz Netto (FAO), Octavio Augusto Camargo
Conceição (UFRGS), Eric Sabourin (CIRAD - França),
Armando Lírio de Souza (UFPA), Steven M. Helfand
(Universidade da Califórnia, EUA), Castilho Amilai
(Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique), Norma
Kyota (IAPAR), Renato Jamil Maluf (CPDA/UFRRJ),
Artur Fernando Arede Correia Cristovão
(Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal),

Pedro Arbeletche (Universidad de la Republica Uruguay,
Uruguay), Karen Becker Fritz (UPF), Marcus Vinicius
Alves Finco (UFT).

COMISSÃO EDITORIAL
Alessandra Matte, Jalcione Almeida, Renata
Menasche, Sérgio Schneider, Tatiana Engel
Gerhardt, José Carlos dos Anjos, Leonardo
Xavier da Silva, João Armando Dessimon
Machado.

EDITORA
Daniela Dias Kühn

EDITORES ADJUNTOS
Ana Monteiro Costa (UFPE)
Paulo Dabdab Waquil

REVISÃO DE TEXTO
Marina Leivas Waquil

EDITORAÇÃO E CAPA:
Fábio Alt
Júlio Alt

LOGOMARCA:
Victor Girardi

Os materiais publicados na revista
Desenvolvimento Rural Interdisciplinar são de
exclusiva responsabilidade dos autores. É
permitida a reprodução total ou parcial dos
trabalhos desde que seja citada a fonte.
Trabalhos publicados devem ser submetidos
pelo site <https://seer.ufrgs.br/revpgdr>.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Desenvolvimento rural interdisciplinar / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de
Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR)
– Vol. 2, n. 2 (dez. 2019 – abr. 2020) - . – Porto Alegre : UFRGS/PGDR, 2020 -
Semestral.

ISSN: 2595-9387

1. Desenvolvimento rural. 2. Políticas públicas. 3. Segurança alimentar e nutricional. 4.
Sistemas agroalimentares. 5. Sociedade e ambiente. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Faculdade de Ciências Econômicas II. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
(PGDR).

CDU 631.1.016

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

P. 8 - 9

Desenvolvimento Rural a partir da inserção em mercados agroalimentares

Sinara Pizzi Martins
Simone Bueno Camara
Luciana Fagundes Christofari
Adriano Lago

P. 10 - 34

O sentimento de pertença e a diferenciação do *self* do adolescente rural no processo migratório

Fábio Dos Santos Massena
Alba Mendonça
Franciely Sousa Silva

P. 35 - 62

As dimensões da conservação da agrobiodiversidade no Rio Grande do Sul

Viviane Camejo Pereira
Fábio Kessler Dal Soglio

P. 63 – 84

Análise das compras públicas da agricultura familiar sob o enfoque da multifuncionalidade da agricultura: estudos de casos no Vale do Ribeira/SP

Rafael Eduardo Chiodi
Gustavo Fonseca de Almeida
Paulo Eduardo Moruzzi Marques

P. 85 – 112



FOTOGRAFIA DE CAPA



José Manuel Valencia Spina – Mestre em Desenvolvimento Rural/PGDR – 2020





APRESENTAÇÃO

Saudamos a todas e todos nesses tempos de excepcionalidade. Após um período de atraso editorial lançamos o número da DRInter com textos que buscam trazer ao debate alguns importantes aspectos do desenvolvimento rural.

O primeiro texto do volume (“Desenvolvimento Rural a partir da inserção em mercados agroalimentares”) apresenta a dinâmica dos mercados locais integradas com as agroindústrias como alternativa de promoção do desenvolvimento rural. A equipe de pesquisadores da UFSM apresenta como as agroindústrias familiares são parte importante da estratégia de reprodução social das famílias, ampliando o acesso das famílias produtoras à renda, bem como ampliando o acesso da população em geral a alimentos mais saudáveis produzidos mais próximos dos mercados consumidores.

O trabalho “O sentimento de pertença e a diferenciação do *self* do adolescente rural no processo migratório” trata da construção identitária dos adolescentes e jovens rurais. Um tema importante, e interdisciplinar por excelência, que permite um olhar complexo que une o fenômeno do êxodo rural e a relação com o sistema familiar. Os resultados indicam a relação entre o processo de migração e as configurações familiares.

Os pesquisadores Viviane Camejo e Fábio Dal Soglio contribuem nesse volume apresentando os fatores envolvidos na conservação da agrobiodiversidade das sementes crioulas. A partir de dois municípios gaúchos, são caracterizadas práticas fundamentais no complexo processo de conservação no processo agroecológicos.

Fechando essa edição da DRInter temos a análise de uma política pública a partir da noção da multifuncionalidade da agricultura familiar. A pesquisa foi realizada em dois municípios paulistas identificando estratégias importantes (e em alguma medida, contraditórias) de inserção em modelos produtivos que promovem a diversificação, os laços entre os produtores, bem como o fortalecimento do controle em relação aos processos de comercialização acessados pelas famílias entrevistadas.

Leia e compartilhe os trabalhos!

A DRInter deseja a todas e todos uma boa leitura!

Editores

<https://seer.ufrgs.br/revpgdr>

<https://www.facebook.com/DesenvolvimentoRuralInterdisciplinar/>

Endereço eletrônico: revistapgdr@ufrgs.br



DESENVOLVIMENTO RURAL A PARTIR DA INSERÇÃO EM MERCADOS AGROALIMENTARES

Rural development from the insertion in agricultural markets

Sinara Pizzi Martins¹

Simone Bueno Camara²

Luciana Fagundes Christofari³

Adriano Lago⁴

RESUMO

As externalidades percebidas pelas tendências dos sistemas agroalimentares evidenciados atualmente, principalmente quanto à segurança e à soberania alimentar da população, têm pautado a importância dos mercados locais da agricultura familiar como alternativa para minimizar implicações sociais, econômicas e culturais de promoção ao desenvolvimento rural. Nesse sentido, esse estudo procura analisar as contribuições das agroindústrias familiares como estratégia de inserção de agricultores familiares no mercado, ofertando produtos processados de forma tradicional, mais saudáveis, sustentáveis e aliados a questões de segurança e soberania alimentar. Assim, os procedimentos metodológicos envolvem uma revisão sistemática de publicações existentes no meio acadêmico; contudo, procura-se ressaltar os diferentes contextos empíricos do estado do Rio Grande do Sul como um dos critérios de escolha dessas publicações. Além disso, apesar de esse estado ser caracterizado pela produção de *commodities* agrícolas, apresenta um número considerável de agroindústrias familiares. Os resultados demonstram que as agroindústrias familiares são utilizadas como uma estratégia de renda familiar – devido à insuficiência da renda agrícola desenvolvida na propriedade –, contribuem com a diversificação de atividades, minimizando riscos econômicos em contextos de vulnerabilidade, permitem a inclusão social das mulheres e utilizam práticas mais sustentáveis de produção.

Palavras-chave: Pluriatividade. Desenvolvimento Local. Soberania Alimentar.

¹ Economista. Mestranda em Agronegócios pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM.

² Economista. Mestranda em Agronegócios pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM.

³ Doutora em Zootecnia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios e no curso de Zootecnia da Universidade Federal de Santa Maria - *Campus* de Palmeira das Missões.

⁴ Doutorado em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios e no curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria - *Campus* de Palmeira das Missões.

ABSTRACT

The externalities perceived by the tendencies of the agrifood systems evidenced today, mainly regarding the security and food sovereignty of the population, have guided the importance of local markets for family farming as an alternative to minimize social, economic and cultural implications of promoting rural development. In this sense, this study seeks to analyze the contributions of family agro-industries as a strategy for inserting family farmers into the market, offering products processed in a traditional way, which are healthier, more sustainable and combined with issues of food security and sovereignty. Thus, the methodological procedures involve a systematic review of publications existing in academia; however, it seeks to emphasize the different empirical contexts of the state of Rio Grande do Sul as one of the criteria for choosing these publications. In addition, although this state characterized by the production of agricultural commodities, it has a considerable number of family agro-industries. The results demonstrate that family agribusinesses used as a family income strategy - due to the insufficiency of agricultural income developed on the property -, they contribute to the diversification of activities, minimizing economic risks in contexts of vulnerability, allowing the social inclusion of women and using more sustainable production practices.

Keywords: Pluriactivity. Local Development. Food Sovereignty.

1. INTRODUÇÃO

Os avanços dos processos e das mudanças na agricultura – caracterizada cada vez mais pelos mercados de *commodities* agrícolas – têm gerado uma série de discussões no que se refere ao modo como os sistemas agroalimentares estão organizados. Entre essas discussões, não estão somente as questões sobre como aumentar a oferta de alimentos a uma população mundial crescente, mas, principalmente, sobre como garantir a segurança e a soberania alimentar dessas populações e diminuir implicações sociais, econômicas e ambientais que o sistema agroalimentar atual tem gerado.

Dessa maneira, estudos têm demonstrado a importância do

desenvolvimento de novos mercados caracterizados por iniciativas locais de agricultores familiares que preservam os hábitos e as práticas de consumo – sem desconsiderar as contribuições dos mercados globais de *commodities* agrícolas na produção e oferta de alimentos (MEIRELLES, 2004; ESTEVAM; RONÇANI, 2012; RIBEIRO; JAIME; VENTURA, 2017). Assim, a agricultura familiar passa a constituir uma estratégia de desenvolvimento local, aliada às questões de segurança e de soberania alimentar, pela produção de alimentos tradicionais mais saudáveis e sustentáveis que valoriza aspectos sociais e culturais dos espaços

territoriais em que está inserida (MALUF, 2004; MATEI; SILVA, 2015).

A maior valorização dos produtos da agricultura familiar é um fator essencial na sua inserção em diferentes mercados, garantindo renda e emprego aos agricultores, permanência no meio rural e reprodução socioeconômica do grupo familiar (MIOR, 2005; PREZOTTO, 2016). De modo geral, esses fatores tendem a reduzir índices de pobreza no campo, minimizam as migrações aos centros urbanos e incentivam a sucessão familiar, uma vez que os filhos terão mais interesse pela atividade desenvolvida pela família (AGNE; WAQUIL, 2011; BORTOLUZZI, 2013; FERNANDES; ENGEL, 2016).

As agroindústrias familiares de processamento e beneficiamento de produtos produzidos dentro da propriedade rural têm sido uma das alternativas de inovação produtiva que agricultores familiares têm utilizado para se inserir em mercados cada vez mais competitivos (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILLIPI, 2009; NIERDERLE; WESZ JUNIOR, 2009). O processo de agroindustrialização de produtos oriundos da agricultura familiar tem contribuído com agregação de valor dos produtos locais e valorização de aspectos tradicionais, culturais e de hábitos

alimentares (NIERDERLE; WESZ JUNIOR, 2009).

No Brasil, as atividades voltadas à agroindustrialização têm se tornado mais expressivas nos últimos anos, principalmente no estado do Rio Grande do Sul (EMATER/RS, 2019). Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, o número de estabelecimentos agropecuários que realizava essa atividade no estado era de 82.220 unidades – 36,8% dessas propriedades afirmaram possuir renda com a atividade desenvolvida (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2006).

Atualmente, o número de agroindústrias familiares divulgado no último relatório da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) de outubro de 2018 é de 4.429 unidades. Esse número caracteriza somente as agroindústrias que são regularizadas, possuem selo de certificação e estão incluídas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) (SDR, 2018).

Assim, este artigo procura analisar as contribuições das agroindústrias familiares como estratégia de inserção de agricultores familiares em mercados agroalimentares. Para isso, procura evidenciar os diferentes contextos

empíricos do estado do Rio Grande do Sul por meio de uma análise sistemática de publicações existentes no meio acadêmico que enfatizam a sua importância.

Por conseguinte, o trabalho está dividido em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção envolve o referencial bibliográfico, com ênfase nas discussões em torno das tendências mundiais dos sistemas agroalimentares e as preocupações sobre a segurança e a soberania alimentar, e busca destacar a

importância da agricultura familiar como produtora de alimentos e as contribuições das agroindústrias familiares como estratégia de inserção de agricultores familiares nos mercados; a terceira seção apresenta os materiais e métodos utilizados; a quarta, os resultados e discussões sistematizados a partir de uma ampla base na pesquisa bibliográfica de publicações relacionadas ao tema; e a quinta seção, por fim, envolve as considerações finais e as referências bibliográficas.

2. TENDÊNCIAS DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES E A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS MERCADOS

O mercado de *commodities* agrícolas tem sido referência na produção e na oferta de alimentos que sustentam as demandas da população mundial. Esse potencial está atrelado ao crescimento e ao aprimoramento tecnológico, que permitiram aumentar a produtividade e melhorar os sistemas de distribuição e armazenamento (diminuindo desperdícios e perdas) na agricultura, bem como aumentar as escalas de produção das indústrias alimentícias, que passaram a reduzir os custos de produção e a ofertar produtos com preços menores (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016).

Esses fatores foram primordiais para as mudanças dos sistemas agroalimentares mundiais, principalmente nos anos 1980, com a redução da oferta de alimentos produzidos de forma tradicional para o aumento de produtos processados e ultraprocessados (MONTEIRO et al., 2013). Nesse cenário, também ocorreu rápida expansão dos supermercados como agentes responsáveis pela distribuição desses produtos, regulados por organizações multinacionais que passaram a dominar os sistemas agroalimentares, assim como os insumos necessários à produção agropecuária (MACHADO;

OLIVEIRA; MENDES, 2016; BOLTER; HAAS, 2017).

Contudo, apesar dos avanços presenciados nos últimos anos, na agricultura, há uma forte preocupação em suprir a demanda por alimentos em longo prazo pelo rápido crescimento populacional mundial e pela escassez dos recursos naturais (CHONCHOL, 2005; SAATH; FACHINELLO, 2018). Segundo dados do relatório *The future of food and agriculture: Trends and challenges*, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2017), espera-se que a população mundial tenha um crescimento de aproximadamente 28% do ano de 2018 até 2050, ou seja, de 7,6 para 9,8 bilhões de pessoas.

Além disso, estima-se que o aumento populacional será alavancado pelo aumento da população urbana em 58,29% para esse mesmo período, superior a 48,09% da população rural mundial (FAO, 2017). Esse crescimento será mais evidente em países localizados nos continentes asiático e africano, que somam aproximadamente 90% do aumento populacional urbano estimado até o ano de 2050 (FAO, 2017).

Além do aumento da população urbana, também deverá ocorrer um crescimento da renda *per capita* em longo

prazo, principalmente em países em desenvolvimento, fator que contribui com as mudanças do comportamento de consumo da população, que passa a demandar menos cereais e mais carnes, frutas e legumes (FAO, 2017; SAATH; FACHINELLO, 2018). O novo padrão de consumo terá como resultados uma maior pressão sobre o perfil de produção agrícola e, conseqüentemente, sobre os recursos naturais, tais como terra e água (SAUER; LEITE, 2012).

Esses dois últimos fatores (terra e água) já estão sendo alvo de disputas entre os países, principalmente naqueles que apresentam maior projeção populacional, pouca extensão de terras agricultáveis e recursos naturais (SAUER; LEITE, 2012; SAATH; FACHINELLO, 2018). Esse fenômeno tem sido caracterizado pela “apropriação de terras”, ou “*land grabbing*”, em que “países ‘ricos financeiramente e pobres em recursos’ estão procurando países ‘financeiramente pobres e ricos em recursos’ para ajudar a garantir suas próprias necessidades de alimentos e especialmente energia no futuro” (BORRAS JÚNIOR; FRANCO, 2012, p. 37).

Por outro lado, evidenciam-se, também, questões relacionadas à segurança e à soberania alimentar que envolvem o

acesso de alimentos de qualidade e em quantidades suficientes (MEIRELLES, 2004; LOUZADA et al., 2015). Segundo os dados publicados no relatório *The state of food security and nutrition in the world* (FAO, 2017), mais de 825 milhões de pessoas enfrentam problemas de desnutrição ou insuficiência de acesso a alimentos e, ao mesmo tempo, aproximadamente 700 milhões de pessoas convivem com problemas de obesidade, anemias ou outras doenças em função do maior consumo de produtos processados e ultraprocessados, característica do próprio modo de vida cada vez mais modernizado.

Esses fatos são evidenciados na forma como são organizados os sistemas agroalimentares de produção quanto a disponibilidade, preços e qualidade dos produtos, que refletem diretamente nos padrões de desenvolvimento dos países e nos índices sociais, econômicos e ambientais (MALUF, 2004). Nesse sentido, a ideia de soberania alimentar das populações influencia novos modelos de mercado baseados em iniciativas locais, de valorização e preservação de hábitos e práticas ligadas ao território que permitem o acesso e a produção de alimentos mais saudáveis e sustentáveis (ESTEVAM; RONÇANI, 2012).

Dessa forma, o aumento populacional, as alterações no padrão de consumo, a forte pressão sobre os recursos naturais e, principalmente, as questões de segurança e soberania alimentar têm pressionado o Estado a exercer papel estratégico na melhor articulação entre a agricultura e os sistemas agroalimentares existentes. Entre essas estratégias, estão o desenvolvimento de programas e políticas de incentivo à produção da agricultura familiar e a sua inserção nos mercados, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros (PREZOTTO, 2016).

Segundo Brose (1999), a atuação do Estado é fundamental para assegurar os agricultores familiares diante das adversidades do mercado e, assim, promover o desenvolvimento local por meio de políticas e programas públicos. Para o autor, “se deixada à própria sorte frente às forças de mercado, a agricultura familiar se transforma em alvo fácil de monopólios e intermediários que se apropriam do valor agregado da produção” (BROSE, 1999, p. 58). Assim, os

programas e as políticas de incentivo à agricultura familiar têm como objetivo fortalecer as distintas iniciativas dos agricultores familiares, como práticas e técnicas produtivas, de inovação tecnológica, entre outras, por meio da concessão de créditos, apoio à comercialização, à criação de selos de qualidade, à legalização de unidades produtivas, etc. (WAQUIL et al., 2014).

Portanto, a agricultura familiar desempenha papel fundamental no fornecimento de alimentos de qualidade engajados com preocupações sociais, econômicas e ambientais (PREZOTTO, 2016). A valorização da produção artesanal e tradicional dos produtos oriundos da agricultura familiar também contribui com o desenvolvimento das economias locais em função da inserção dos agricultores nos mercados, da geração de renda familiar e da preservação cultural, de hábitos e de costumes locais (PREZOTTO, 2016). Assim, o incentivo às práticas de agroindustrialização na agricultura familiar, por exemplo, tem sido uma das estratégias de inserção dos agricultores familiares nos mercados e nas “novas redes agroalimentares alternativas” (AGNE; WAQUIL, 2011).

2.1 Agroindústrias familiares

A agroindústria familiar é uma das alternativas que os agricultores utilizam para comercializar seus produtos e se inserir em mercados cada vez mais competitivos. São espaços físicos definidos por um conjunto de:

[...] atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que são realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor (IBGE, 2006, p. 62).

Dessa forma, as agroindústrias vêm sendo incorporadas pelos agricultores como uma estratégia de reprodução socioeconômica familiar na medida em que agregam valor a seus produtos pelo processamento tradicional e artesanal, aumentando a autonomia da família em relação aos agentes externos e reduzindo intermediários ao longo da cadeia produtiva (MALUF, 2004). Isso permite que o agricultor, além de processar, possa comercializar seus produtos diretamente ao consumidor final (GNOATTO et al., 2004; MALUF, 2004). Além disso, também contribui com a diversificação das atividades produtivas na propriedade,

reduzindo os riscos relacionados à sazonalidade de receitas, o que garante maior estabilidade e segurança à unidade familiar em situações adversas (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILLIPI, 2009; AGNE; WAQUIL, 2011).

Assim, o processo de agroindustrialização é uma forma de desenvolvimento local e regional, uma vez que seus produtos são produzidos e processados dentro da unidade familiar e no contexto local (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILLIPI, 2009). Mais do que práticas mercantis, constituem a base de autonomia cultural e política dos agricultores familiares pela sua inserção no mercado e pela oferta de produtos mais saudáveis e agroecológicos de forma a atender as novas demandas dos consumidores, contribuindo com a segurança alimentar (NIERDERLE; WESZ JUNIOR, 2009).

A agroindustrialização como processo de organização familiar também oportuniza “a inclusão social, promovendo a participação e a equidade, especialmente de segmentos menos privilegiados como, por exemplo, as mulheres, os (as) idosos (as) e os(as) jovens” (PREZOTTO, 2016, p. 10). Sua importância como alternativa de renda complementar contribui com a permanência dos jovens no campo,

promovendo a sucessão do grupo familiar (GAZOLLA; PELEGRINI, 2011; GOMES; SCHMIDT, 2014).

Segundo os estudos de Gazolla e Pelegrini (2011), o surgimento das agroindústrias conta com experiências e conhecimentos das famílias rurais em 61,32% dos casos, assim como o interesse dos agricultores rurais em propor uma nova atividade. O desenvolvimento dessas práticas vem, ao longo do tempo, adequando e melhorando a forma de produzir, sendo uma alternativa de solução para os problemas enfrentados pela propriedade, como baixa produtividade agrícola, dificuldades econômicas, migração dos filhos para a cidade, entre outros (GAZOLLA; PELEGRINI, 2011).

Além disso, a industrialização de produtos agropecuários praticada na maioria das unidades familiares, mesmo que não comercializada, não é uma novidade, mas, sim, constitui um *habitus* familiar que perpassa gerações. Segundo Prezotto (2002), a transformação dos produtos já faz parte da história e da cultura das famílias, que tinham como principal objetivo o consumo familiar e em que somente o excedente dessa produção era comercializado em mercados locais. Exemplos desses produtos são citados pelo autor, como a elaboração de geleias a partir

das frutas existentes nas propriedades (uva, pêssego, laranja, morango, etc.), de conservas e da fabricação de salames e queijos, entre outros (PREZOTTO, 2002).

Portanto, as agroindústrias familiares são uma das diversas alternativas que os agricultores familiares utilizam como forma de reprodução socioeconômica no meio rural. Assim, são atividades que complementam a renda familiar, agregam

valor aos seus produtos, diversificam as atividades desenvolvidas na propriedade, contribuem com a inserção dos agricultores nos mercados, auxiliam nos processos de sucessão familiar, melhoram os padrões de vida das famílias e ofertam produtos mais saudáveis, colaborando com o desenvolvimento local e com a soberania e a segurança alimentar.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo tem por finalidade analisar as contribuições das agroindústrias familiares como estratégia de inserção de agricultores familiares em mercados agroalimentares. Classifica-se, portanto, como uma pesquisa qualitativa como forma de abordagem do problema de pesquisa, procurando compreender e explicar o contexto e a dinâmica das relações sociais do objeto, e como uma pesquisa exploratória quanto aos objetivos e levantamento de informações mais aprofundadas (RAMOS, 2009; GERHARDT; SILVEIRA, 2009; PRODANOV; FREITAS, 2013).

No que concerne aos procedimentos técnicos de coleta de dados, este estudo é classificado como uma pesquisa bibliográfica, já que buscou reunir um conjunto de artigos científicos que discutem questões relacionadas aos sistemas agroalimentares existentes, à inserção da agricultura familiar nos mercados e às agroindústrias familiares. O recorte analítico envolveu estudos a campo desenvolvidos em diferentes contextos empíricos do estado do Rio Grande do Sul, que se caracteriza por fortes expressões da modernização da agricultura e que apresenta, atualmente, número considerável de agroindústrias familiares formalizadas (4.429 agroindústrias)⁵.

⁵ Conforme dados do último relatório da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) de outubro de 2018. Esse número caracteriza

as agroindústrias que são regularizadas, possuem selo de certificação e estão incluídas no Programa

Nesse sentido, foram utilizadas diferentes bases acadêmicas para a busca das publicações: Scopus (Elsevier), Scielo, Google Acadêmico e Web of Science. Dos resultados encontrados, foram selecionados 14 artigos para análise conforme os critérios de seleção: estudos desenvolvidos no estado

do Rio Grande do Sul; apresentar, no título, no resumo e nas palavras-chave, o termo “agroindústria familiar”; e ser classificado como artigo científico publicado tanto em revistas como em anais de eventos científicos (artigo completo) (Quadro 1).

Quadro 1 – Estudos empíricos realizados em diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul sobre agroindústrias familiares até o momento

Autores e ano de publicação	Contexto empírico de pesquisa	Número de agroindústrias	Local da publicação
Gazolla e Pelegrini (2008)	Médio Alto Uruguai	106	Estudos Sociedade e Agricultura
Wesz Júnior (2009)	Região Noroeste	45	Mundo Agrário
Sulzbacher e David (2009)	Chapada	2	GEOSUL
Niederle e Wesz Júnior (2009)	Região das Missões	43	REDES
Marin e Trentin (2010)	Campinas do Sul	17	PERSPECTIVA
Agne e Waquil (2011)	Corede Jacuí Centro	41	REDES
Matei e Silva (2015)	Serra Gaúcha	10	IDEAS
Damke et al. (2017)	Rio Grande do Sul	128	Anais de Evento
Depont e Albarello (2017)	Médio Alto Uruguai	15	Espacios
Bianchini, Arend e Karnopp (2017)	Quarta Colônia de Imigração Italiana	20	Anais de Evento
Ferreira et al. (2017)	Cachoeira do Sul	5	Anais de Evento
Foguesatto e Machado (2017)	Rio Grande do Sul	72	Desenvolvimento em Questão
Gomes et al. (2017)	São Lourenço do Sul	10	AGROPAMPA
Fernandes e Bamberg (2018)	Cerro Largo	4	Anais de Evento

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O método de análise de dados consistiu na utilização da análise sistemática, que “propõe uma reconstrução do percurso conceitual e metodológico na escolha de fontes bibliográficas” e utiliza métodos mais complexos na avaliação de produções científicas, seja de análise crítica e/ou sistêmica (CASSUNDÉ; BARBOSA;

MENDONÇA, 2018, p. 318). Além disso, também foi utilizada a análise descritiva, que consiste em “organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos” (REIS, E.; REIS, I., 2002).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados os principais resultados observados a partir da análise dos 14 artigos científicos selecionados, enfocando os diferentes contextos empíricos do estado do Rio Grande do Sul, em que se envolveu um conjunto amostral total de 518 agroindústrias familiares. Dessa forma, em um primeiro momento, procura-se evidenciar as principais características das agroindústrias familiares para, depois, elencar suas contribuições nos âmbitos econômico, social, cultural e ambiental.

4.1 Perfil das agroindústrias familiares

Os estudos selecionados sobre as agroindústrias familiares condicionam uma série de características que permitem identificá-las no contexto empírico local, composto por aspectos culturais, sociais e econômicos próprios. Dessa maneira, como

forma de sistematizar as informações importantes para analisar o perfil dessas agroindústrias familiares, apenas alguns fatores serão destacados, como: a origem dessas agroindústrias, a origem da matéria-prima, a organização da mão de obra e as formas de comercialização (canais de venda) dos produtos.

4.2 Origem das agroindústrias familiares

As origens das agroindústrias familiares advêm de vários aspectos relacionados aos agricultores familiares, suas motivações e experiências de como produzir e se organizar no meio rural. Segundo o estudo de Gazolla e Pelegrini (2008) com 106 agroindústrias familiares do Médio Alto Uruguai, 33,02% das agroindústrias entrevistadas têm sua origem na tradição familiar e nos conhecimentos passados de geração em geração no interior

da unidade. Outras 23,58% das agroindústrias foram criadas por meio de incentivos de organizações e instituições locais (Emater, sindicatos e prefeitura). No mesmo viés, 29,25% tiveram sua origem em fatores variados, como interesse dos gestores em aumentar a renda do grupo familiar e o desejo de alguns em participar das feiras municipais.

Alguns desses fatores também podem ser observados nos estudos de Marin e Trentin (2010), Agne e Waquil (2011), Foguesatto e Machado (2017), Bianchini, Arend e Karnopp (2017) e Fernandes e Bamberg (2018). Esses estudos enfatizam que, entre as motivações para o desenvolvimento das atividades agroindustriais pelos agricultores, estão: as oportunidades de renda e de comercialização (pela insatisfação da renda somente adquirida das atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade), a cultura familiar herdada, os incentivos institucionais, a percepção da valorização dos nichos de mercado (produtos orgânicos) e o fato de a família já possuir na propriedade os insumos necessários ao processamento (matéria-prima).

Os incentivos institucionais foram extremamente importantes, principalmente, na constituição das agroindústrias de Campinas do Sul (MARIN; TRENTIN,

2010). Segundo os autores, em entrevista ao extensionista da Emater do município, todas as agroindústrias estão enquadradas no Programa de Desenvolvimento do Meio Rural de Campinas do Sul, cujo objetivo é diversificar a renda dos agricultores familiares. Por meio do programa, em conjunto com outras associações, como a Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário (SEBRAI/Erechim), a Emater e o Serviço de Vigilância Sanitária do município, os agricultores obtiveram acesso a capacitações, visitas técnicas e acompanhamento de suas atividades agroindustriais (MARIN; TRENTIN, 2010).

4.2.1 Origem da matéria-prima

A origem da matéria-prima utilizada pelas agroindústrias familiares é enfatizada nos estudos de Gazolla e Pelegrini (2008), Marin e Trentin (2010), Depont e Albarello (2017), Gomes et al. (2017), Bianchini, Arend e Karnopp (2017) e Damke et al. (2017) – a matéria-prima é produzida na própria propriedade familiar e/ou adquirida parcialmente ou totalmente (em alguns dos casos) de outras fontes, como supermercados, cooperativas, bem como de outros agricultores familiares.

Segundo os estudos de Bianchini, Arend e Karnopp (2017, p. 10), realizados

com 20 agroindústrias familiares da Quarta Colônia da Imigração Italiana, observam-se três modos diferentes a partir dos quais os agricultores familiares dessa região obtêm sua matéria-prima para a produção na agroindústria:

[...] aqueles que possuem produção própria de monocultura e a utilizam na agroindústria, aqueles que aproveitam a oportunidade de matéria-prima do local de moradia e aqueles que aproveitam a matéria-prima do campo da família sem que tenham envolvimento direto no plantio e somente no processamento desse insumo.

Além disso, a alternativa de produzir a própria matéria-prima na propriedade familiar foi um dos principais motivos de abertura de uma das agroindústrias pesquisadas por esses autores. Esse fato evidencia uma das principais finalidades das agroindústrias familiares, que é o beneficiamento e a agregação da produção agropecuária dentro da própria propriedade familiar (BIANCHINI; AREND; KARNOPP, 2017).

Já com base nos estudos de Damke et al. (2017), 25% dos agricultores entrevistados em sua pesquisa afirmaram conseguir produzir 100% da matéria-prima na própria propriedade. Entretanto, 84% dos agricultores restantes compram parcialmente ou totalmente a matéria-prima

para o processamento do mercado ou dos agricultores vizinhos, pois, somente com a produção na propriedade, não conseguem suprir as demandas da agroindústria ou, muitas vezes, os agricultores não têm especialização para a produção de determinado produto utilizado para a fabricação (como os fermentos químicos na produção de panificados) e devem comprá-lo no mercado (DAMKE et al., 2017).

Contudo, a maior dependência aos mercados acaba produzindo um contexto mais vulnerável aos agricultores. Esse fato é destacado nos estudos de Gazolla e Pelegrini (2008), que apontam que, quanto maior for a necessidade de recorrência aos mercados para a aquisição de matéria-prima, menor é a autonomia dos agricultores diante desses mercados e maiores serão os riscos associados.

4.2.2 Organização da mão de obra

A principal forma de organização da mão de obra das agroindústrias familiares destacada pela maioria dos estudos em análise é a do grupo familiar. Contudo, alguns desses estudos corroboram que algumas das agroindústrias familiares recorrem à contratação de mão de obra externa temporária ou permanente, o que é condicionado pelos altos níveis de produção e processamento, pelas épocas de colheita

da matéria-prima, pelo fato de a família ser reduzida e não conseguir realizar todas as atividades necessárias, entre outros fatores.

A mão de obra contratada pelas agroindústrias familiares é enfatizada, principalmente, pelos estudos de Damke et al. (2017) e Foguesatto e Machado (2017). No trabalho de Damke et al. (2017), 38,28% das 128 agroindústrias pesquisadas pelos autores contratam mão de obra, e o número de pessoas contratadas varia de uma a doze pessoas. Já Foguesatto e Machado (2017) colocam que 37,5% das 72 agroindústrias familiares contratam mão de obra externa permanente, e que quatro dessas agroindústrias contratam somente nos períodos de colheitas da matéria-prima.

Nesse sentido, as agroindústrias familiares têm gerado muitas ocupações no meio rural, tanto no cultivo da matéria-prima quanto no processamento e na comercialização do produto final. Essas ocupações envolvem tanto pessoas que constituem o grupo familiar quanto pessoas externas à propriedade rural, como, por exemplo, vizinhos. Entretanto, a contratação de mão de obra externa depende do tipo de produto a ser transformado, do tamanho da propriedade, da capacidade de produção da agroindústria e do seu nível tecnológico (WESZ JÚNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2009).

Esses fatores geralmente estão associados a agroindústrias familiares de médio e grande porte, como pode ser visto nos estudos de Sulzbacher e David (2009). Os autores ressaltam que, em uma das agroindústrias pesquisadas, a força de trabalho é constituída por mão de obra familiar ou de parentes mais próximos à família. Contudo, em períodos eventuais, como os de muita produção, sentem a necessidade de contratar mão de obra externa, mas não o fazem pela falta de condições de remunerá-la (SULZBACHER; DAVID, 2009).

4.2.3 Canais de comercialização

Entre os principais canais de comercialização utilizados pelas agroindústrias e apontados pelos os estudos, estão as vendas diretas aos consumidores na própria agroindústria, a domicílio ou em feiras de agricultores. Segundo Agne e Waquil (2011), a comercialização direta com o consumidor é a forma mais utilizada pelos agricultores – das 41 agroindústrias pesquisadas em seu estudo, 27 (65,9%) utilizam esse canal para comercializar seus produtos.

Nesse contexto, o contato direto com os consumidores permite que os agricultores mantenham laços de confiança e de proximidade, fatores característicos

das cadeias agroalimentares curtas, e, ao mesmo tempo, possibilita aos consumidores mais conhecimento sobre o modo como determinado produto foi produzido (MATEI; SILVA, 2015). Segundo uma entrevista realizada pelos autores, o contato direto com os consumidores permite, ainda, ideias de fabricação de novos produtos mais direcionados aos gostos e hábitos de consumo dos consumidores de determinada região (MATEI; SILVA, 2015).

No trabalho de Gomes et al. (2017), 90% dos agricultores familiares entrevistados do município de São Lourenço do Sul afirmaram que iniciaram suas atividades na informalidade, comercializando seus produtos com vizinhos, na comunidade local e com parentes, constituindo, assim, seus mercados. Depois, foram migrando para eventos informais, como feiras de produtores e festas, até atingirem canais mais longos de comercialização, como os supermercados. Portanto, esses agricultores construíram seus mercados por meio da reputação e da qualidade de seus produtos e mediante a confiança do consumidor local (GOMES et al., 2017).

Ferreira et al. (2017) discutem sobre os espaços de comercialização, nos quais, entre as feiras das quais os agricultores do seu estudo participam, estão a Expoagro e a

Expointer, grandes eventos da região. Além disso, também destacam a importância dos canais de comercialização criados pelo governo, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além desses, existem os canais convencionais, compostos por supermercados, padarias, restaurantes, sorveterias, vendas para atacado, entre outros (MATEI; SILVA, 2015; FERREIRA et al., 2017; DEPONT; ALBARELLO, 2017).

4.3 Contribuições das agroindústrias familiares

As agroindústrias familiares têm contribuído de várias formas ao desenvolvimento rural pela reprodução das formas familiares de produção. Nesse sentido, nesta seção, são discutidas algumas dessas contribuições, como o desenvolvimento econômico e produtivo das propriedades familiares, a inclusão social e a sucessão familiar, bem como a valorização das tradições e dos hábitos de consumos locais e de práticas mais sustentáveis de produção.

4.3.1 Econômica e produtiva

As agroindústrias familiares são caracterizadas pela maioria dos estudos selecionados como uma alternativa de geração de renda complementar, pelo

emprego da mão de obra familiar, por maior autonomia das famílias, pela inserção dos agricultores nos mercados e maior ampliação das relações sociais e culturais, pela produção de produtos tradicionais locais e pela venda direta desses produtos aos consumidores.

Segundo estudos de Niederle e Wesz Júnior (2009), a agroindústria familiar possui grande relevância econômica entre as propriedades entrevistadas. A renda das atividades da agroindústria representa mais de 50% do total de renda produzida na propriedade – o restante é composto por 17,9% da renda de atividades agrícolas, 16% de aposentadorias ou pensões e 11,4% de outras fontes de renda, inclusive não agrícolas.

Esse fato também pode ser evidenciado em estudos anteriores, como o de Gazolla e Pelegrini (2008), que afirmam que os níveis de renda das atividades das agroindústrias pesquisadas apresentam altos níveis, permitindo a sua sustentação e a sua viabilidade. Os autores destacam que 41,5% das agroindústrias apresentam rendimentos de R\$ 5.000,00 a R\$ 15.000,00, outros 20,8% possuem rendimentos acima de R\$ 15.000,00 e apenas 17% apresentam rendimentos inferiores a R\$ 5.000,00 (GAZOLLA; PELEGRINI, 2008).

As agroindústrias familiares também contribuem com a diversificação das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares. Segundo Wesz Júnior (2009), os agricultores familiares desenvolvem outras atividades além das voltadas aos processos de agroindustrialização, no que se encontra a produção agropecuária, como milho, soja, bovinos, aves, suínos, mandioca, feijão, entre outros, e o cultivo de hortas e pomares. Essas atividades estão ligadas tanto ao autoconsumo do grupo familiar como à comercialização, que, juntamente com as atividades de agroindustrialização, agregam mais autonomia à família em contextos de vulnerabilidade, sejam eles econômicos, sociais, produtivos ou políticos (WESZ JÚNIOR, 2009; SULZBACHER; DAVID, 2009).

Outra característica destacada pelos estudos é a diversificação de produtos processados pela agroindústria familiar, o que possibilita aos agricultores uma margem maior de lucros. Segundo Wesz Júnior (2009), em estudo com 45 agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, apesar de o melado ser o principal produto produzido (em 78% das agroindústrias pesquisadas), alguns agricultores também produzem açúcar

mascavo, rapaduras, cachaças e licores, fato condicionado pela própria matéria-prima, que permite a produção de outros produtos sem muitas alterações na mão de obra e no processo de produção (WESZ JÚNIOR, 2009).

A diversidade dos produtos produzidos pelas agroindústrias também é observada nos estudos de Damke et al. (2017) e composta pela oferta de geleias, doces, pães, cucas, frutas, biscoitos, entre outros. Além disso, 44% dos gestores das agroindústrias analisadas pelos autores afirmaram produzir produtos e/ou utilizar práticas de processamentos inovadoras, como cerveja artesanal orgânica, salames sem gordura, geleias de erva-mate, cervejas de mel, entre outros.

Além disso, Foguesatto e Machado (2017) mostraram que 87% dos entrevistados em sua pesquisa relataram que as atividades na agroindústria evoluíram desde o momento de sua criação. Entre os aspectos citados como parte dessa evolução, está o aumento da produção, a aquisição de equipamentos, um maior aumento da demanda, a obtenção de selos de qualidade e a percepção de produtos orgânicos, que aumentaram as vendas, a inovação produtiva e a diversificação de produtos, entre outros (FOGUESATTO; MACHADO, 2017).

4.3.2 Inclusão social e sucessão familiar

As agroindústrias familiares também contribuem com a inclusão social tanto de jovens e mulheres do meio rural. Conforme Wesz Júnior (2009), as mulheres desempenham papel fundamental no desenvolvimento das atividades das agroindústrias familiares. Em seu estudo, o autor aponta que as mulheres participam de todas as atividades desenvolvidas na agroindústria, desde o processamento da matéria-prima até as atividades de embalagem e comercialização do produto final, sendo essas últimas mais intensivas. Nesse caso, o autor destaca que os homens, além de ajudarem nessas atividades, ficam responsáveis mais diretamente pelo cultivo da matéria-prima e das outras atividades da propriedade (WESZ JÚNIOR, 2009).

Esses aspectos de participação da mulher nas atividades das agroindústrias familiares também podem ser vistos nos estudos de Sulzbacher e David (2009), com duas agroindústrias familiares (uma individual e outra coletiva, com 11 famílias) da região de Chapada/RS. Segundo os autores, na agroindústria individual, a participação da mulher é fundamental na tomada de decisões do processo de produção, mas as atividades relacionadas a administração da agroindústria, venda e comercialização dos produtos são de

responsabilidade do homem (SULZBACHER; DAVID, 2009). Esse fato não é muito diferente da realidade da agroindústria coletiva, em que o papel da mulher é fundamental no processamento (descasque da mandioca). Entretanto, sua participação diminui no contexto de reuniões e assembleias realizadas para tratar de assuntos relativos à agroindústria, às quais qual não se sentem convidadas e não têm motivação em participar (SULZBACHER; DAVID, 2009).

Diferentemente desse contexto, os estudos de Gomes et al. (2017), realizado em dez agroindústrias familiares do município de São Lourenço do Sul, evidenciam que 70% delas são geridas por mulheres, que se encontram entre idade de 30 a 65 anos, e o restante é gerido pelos homens, mas com uma idade mais avançada, entre 55 e 74 anos – nesse caso, alguns já são aposentados. Segundo os autores, esse fato destaca o empoderamento das mulheres na realização de atividades não agrícolas, como as agroindústrias familiares, na busca por oportunidades de trabalho e renda no meio rural.

O empoderamento das mulheres também é percebido nos estudos de Ferreira et al. (2017), que analisaram cinco agroindústrias familiares de Cachoeira do Sul/RS. Uma dessas agroindústrias se

caracteriza pelo empreendimento de um grupo de sete mulheres agricultoras familiares. Os principais produtos processados são os panificados, como pães, biscoitos, bolachas, entre outros, que comercializam diretamente com os consumidores por meio da venda direta e por feiras municipais. Para os autores, essa agroindústria representa a legitimidade das mulheres rurais na busca por alternativas de renda e de autonomia (FERREIRA et al., 2017).

Entretanto, percebe-se grande carência dos jovens no desenvolvimento das atividades agroindustriais familiares e estudos nessa temática. Dos 14 artigos selecionados para análise, somente dois mencionam a participação dos jovens, mas em níveis muito baixos de participação. Esses estudos apontam que os jovens estão cada vez mais migrando aos centros urbanos em busca de melhores condições de vida, emprego, renda e conhecimento (cursos de nível superior, especializações, entre outros). Os pais acabam ficando no meio rural e, muitas vezes, continuam “bancando” o filho até sua estabilização no meio urbano.

O estudo de Fernandes e Bamberg (2018), com quatro agroindústrias familiares do município de Cerro Largo/RS, ressalta a falta dos jovens nesses

empreendimentos, que, geralmente, são gerenciados somente pelos pais – os gestores das agroindústrias familiares se preocupam com a continuidade das atividades da agroindústria em um futuro próximo. Apenas uma das gestoras relatou a importância da ajuda das duas filhas para o desenvolvimento das atividades da agroindústria, das quais participam ativamente (FERNANDES; BAMBERG, 2018). Em estudos anteriores, esses fatos também foram mencionados por Marin e Trentin (2010), que relatam que a participação dos jovens é considerada baixa entre as agroindústrias entrevistadas e que predomina apenas o envolvimento do casal nas atividades.

4.3.3 Valorização das tradições e preservação de hábitos de consumo locais

Como é possível constatar pela maioria dos estudos analisados, a origem da agroindústria é constituída, muitas vezes, pela tradição do grupo familiar e por suas experiências e hábitos culturais, que passam de geração em geração. Segundo Fernandes e Bamberg (2018, p. 14), a tradição familiar se caracteriza “pela produção de alimentos identificados como produtos com história, pois se constituem e fazem parte de uma determinada cultura, sendo produzidos com matéria-prima de uma determinada região”.

Assim, atividades desenvolvidas nas agroindústrias familiares desempenham um papel significativo na preservação de aspectos ligados a família, tradição e história. Esses atributos concedem à produção agroindustrial familiar um significado social, percebido desde a configuração do camponês tradicional (FERNANDES; BAMBERG, 2018). Esse significado social é articulado nos diferentes canais de comercialização, que “se destacam pelos laços de parentesco, amizade e confiança” e que configuram uma nova arquitetura aos mercados agroalimentares (NIEDERLE; WESZ JÚNIOR, 2009, p. 90).

4.3.4 Práticas sustentáveis

As contribuições das agroindústrias familiares ao meio ambiente se caracterizam por práticas mais sustentáveis de produção, pelo menor uso de produtos químicos na composição dos produtos e pelo aproveitamento dos resíduos subtraídos dos processos de processamento. Segundo os estudos de Bianchini, Arend e Karnopp (2017), a prática de aproveitamento de resíduos da agroindústria familiar é utilizada pela maioria dos agricultores entrevistados em sua pesquisa – esses resíduos são destinados à adubação de hortas e lavouras e, ao

mesmo tempo, são reutilizadas as embalagens de vidro (no caso das agroindústrias de sucos) e do óleo das frituras (no caso das agroindústrias de farináceos) para a produção de sabão caseiro.

Outras práticas podem ser vistas também nos estudos de Wesz Junior (2009), nas agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar. Segundo o autor, os bagaços da cana e a vinhaça (resíduos do processamento da cana-de-açúcar para a produção de melados e derivados) são reutilizados pelos agricultores como suplementos na alimentação de animais e

para a adubação das lavouras, reduzindo a utilização de adubos sintéticos.

Esse fato é igualmente observado pelo estudo de Niederle e Wesz Junior (2009), também com agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar, que destacam que o bagaço da cana vai para a alimentação dos bovinos como suplemento alimentar durante o inverno, para a adubação da lavoura, principalmente dos próprios canaviais, dos quais é extraída a matéria-prima de hortas e pomares, e para a geração de energia renovável para aquecer a garapa (suco da cana).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de analisar as contribuições das agroindústrias familiares como uma estratégia utilizada por agricultores para a sua inserção em mercados agroalimentares, compreende-se que essas agroindústrias contribuem com a geração de renda às famílias, com a geração de empregos condicionados tanto pela ocupação familiar como pela contratação de mão de obra externa, com a diversificação de atividades da propriedade, entre outros, garantindo autonomia para as famílias diante das adversidades externas.

Os resultados demonstraram, ainda, que a maioria das agroindústrias familiares

é oriunda da herança familiar, passada de geração em geração, que comporta práticas e experiências já vivenciadas pelos agricultores no processamento artesanal de produtos produzidos na própria propriedade. Além disso, as agroindústrias familiares refletem o contexto empírico em que estão inseridas, caracterizado por aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais próprios; portanto, os resultados encontrados no estudo não podem ser generalizados à totalidade.

Uma das limitações do trabalho é que são poucos os estudos que relatam a importância ou a intervenção concreta do

Estado no desenvolvimento e incentivo às práticas agroindustriais familiares – sem desconsiderar a atuação das políticas públicas já criadas –, como capacitações quanto à gestão técnica, ao aperfeiçoamento tecnológico, o incentivo à sucessão, a práticas sustentáveis e agroecológicas, entre outros. Dos trabalhos analisados, apenas dois discutem a intervenção do Estado na efetivação das agroindústrias familiares, em que estão 25 das 106 agroindústrias familiares do Médio Alto Uruguai e 17 agroindústrias familiares de Campinas do Sul.

Outro aspecto preocupante é a falta de sucessão familiar nas agroindústrias familiares, que geralmente são geridas pelos pais. Esse aspecto impõe incertezas

quanto à continuidade das atividades agroindustriais na propriedade em um futuro próximo. Assim, seria interessante enfatizar em próximos estudos aspectos que retratam as vulnerabilidades e as dificuldades encontradas pelas agroindústrias familiares que possivelmente contradizem o interesse do jovem em continuar nas atividades da agroindústria, bem como quanto a questões de gestão, práticas produtivas, acesso a mercados alternativos, inovações tecnológicas, entre outras. Além disso, a compreensão desses aspectos é importante para a formulação e para a criação de políticas e programas públicos mais concretos e alinhados com a realidade dos agricultores e suas agroindústrias.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNE, C. L.; WAQUIL, P. D. Redes de proximidade: agricultores, instituições e consumidores na construção social dos mercados para os produtos das agroindústrias rurais familiares na região central do RS. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v.16, n.1, p.149-171, jan./abr. 2011. DOI: <http://dx.doi10.17058/redes.v16i1.1609>.

BIANCHINI, G. N.; AREND, S. C.; KARNOPP, E. A formação das práticas nas agroindústrias familiares de pequeno porte

de processamento artesanal da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. **Anais do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, 13 a 15 de setembro de 2017.

BOLTER, J. A. G.; HAAS, J. M. A configuração do sistema agroalimentar brasileiro a partir das ações do estado. **Anais do Seminário Internacional sobre**

Desenvolvimento Regional. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, 13 a 15 de setembro de 2017.

BORRAS JÚNIOR, S. M.; FRANCO, J. C. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. **Journal of Agrarian Change**, v. 12, n. 1, p. 34–59, Janeiro 2012.

BORTOLUZZI, D. L. **Agroindústria familiar rural e desenvolvimento econômico:** um estudo no Município de Doutor Maurício Cardoso/RS. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas (TCC), Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Horizontina. 2013. 91f.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas:** nove anos de experiência do projeto PRORENDA AGRICULTURA FAMILIAR no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 347p.

CASSUNDÉ, F. R. de S. A.; BARBOSA, M. A. C.; MENDONÇA, J. R. C. Entre revisões sistemáticas e bibliométricas: como tem sido mapeada a produção acadêmica em Administração no Brasil? **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 311-334, 2018.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 33-48, 2005.

DAMKE, L. I. et al. Agroindústria familiar gaúcha – perfil e políticas públicas. **Anais do VIII Simpósio Iberoamericano em comercio internacional, desenvolvimento e integração regional**, Universidade da Fronteira Sul, 2017.

DEPONT, C. M.; ALBARELLO, E. P. Perspectivas e gargalos das agroindústrias

familiares do Norte Gaúcho frente à globalização mercadológica. **Perspectivas**, v. 38, n. 04, 2017.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL – EMATER/RS. **Agroindústria Familiar**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/agregacao-de-valor/agroindustria-familiar.php#.XNIfhRKjIU>>. Acesso em: 09 mai. 2019.

ESTEVAM, D. de O.; RONÇANI, L. D. Segurança alimentar e consumismo na contemporaneidade: a agricultura familiar como resposta aos desafios para uma alimentação saudável. **VII Jornadas de Sociología de la Universidad Nacional de La Plata**, 5 a 7 de dezembro de 2012, La Plata, Argentina. Disponível em: <<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=eventos&d=Jev1883>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO. The future of food and agriculture: Trends and challenges. **Annual Report**, Roma, 2017. 224 p.

FERNANDES, D. M. M.; ENGEL, B. S. Agroindústrias familiares rurais: vantagens e desvantagens da legalização. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p.183-214, set./dez. 2016. DOI: 10.17058/redes.v21i3.6904.

FERNANDES, D. M. M.; BAMBERG, J. As agroindústrias familiares como um fator de fortalecimento dos agricultores no campo em Cerro Largo/RS. **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, v. 1, n. 1, 2018.

FERREIRA, A. C. C. et al. Agroindústrias rurais familiares em Cachoeira do Sul-RS: possibilidades e desafios para o desenvolvimento rural. **Anais do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, 13 a 15 de setembro de 2017.

FOGUESATTO, C. R.; MACHADO, J. A. D. O processo decisório na criação de unidades que agregam valor à produção: as agroindústrias familiares. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 39, p. 301-319, 2017.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, M. As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado. **Ensaio FEE**, v.32, n.2, p.361-388, Porto Alegre, nov. 2011.

_____. Agroindustrialization as a strategy of social reproduction of the family farm. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 4, 2008.

GERHARDT, T. E. ; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. 1. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120 p.

GNOATTO, A. A. et al. Pluriatividade, agroindústria e agricultura familiar. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. **Anais...** Cuiabá, Mato Grosso, v.1, 2004. Disponível em:<www.sober.org.br/palestra/12/09P445.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

GOMES, E. J. ; SCHMIDT, C. E. F. A Importância das Redes Cooperativas de Agroindústrias Familiares para a Permanência dos Jovens no Meio Rural. **Reflexão Cooperativista**, n.3, p.77-82, Porto Alegre, 2014.

GOMES, K. B. et al. Agroindústria familiar e a construção de mercados autônomos na Perspectiva Orientada ao Ator: o caso do Município de São Lourenço do Sul/RS-Brasil. **Agropampa: Revista de Gestão do Agronegócio**, v. 2, n. 2, p. 159-176, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 777 p.

LOUZADA, M. L. da C. et al. Ultra-processed foods and the nutritional dietary profile in Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049006132>

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. F. de; MENDES, Á. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 505-515, 2016. DOI: 10.1590/S0104-12902016151741

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v.25, n.1, p.299-322, Porto Alegre, abr. 2004.

MARIN, M. Z.; TRENTIN, C. E. G. Desenvolvimento rural: análise das agroindústrias familiares de Campinas do Sul-RS. **Perspectiva**, v. 34, n. 127, 2010.

MATEI, A. P.; SILVA, L. X. da. Inovação, Agroindústrias Familiares e Sistemas Agroalimentares Locais na Serra Gaúcha. **Revista IDEAS**, v. 9, n. 2, p. 8-44, 2015.

MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v. 1, p. 11-14, 2004.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MONTEIRO, C. A. et al. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. **Obesity Reviews**, Londres, v. 14, n. 2, p. 21-28, 2013. DOI: 10.1111/obr.12107.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p.75–102, set./dez. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v14i3.566>

PREZZOTO, L. L. **Agroindústria da agricultura familiar: regularização e acesso ao mercado**. Brasília: CONTAG, 2016. 60 p.

_____. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, n. 31, p. 133-153, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revista_cfh/article/viewFile/25195/22152>. Acesso em: 25 jun. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, A. **Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2009.

REIS, E. A.; REIS I. A. **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico, Departamento de Estatística, Universidade

Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Exatas. Ed. 1, 2002.

RIBEIRO, H.; JAIME, P. C.; VENTURA, D. Alimentação e sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 185-198, 2017.

SAATH, K. C. de O.; FACHINELLO, A. L. Crescimento da Demanda Mundial de Alimentos e Restrições do Fator Terra no Brasil. **Revista Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 56, n. 2, p. 195-212, 2018.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**. Londres, vol. 39 (3-4), p. 873-898, 2012.

SECRETARIA ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO (SDR). **Relação de Agroindústrias Inclusas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF)**. Departamento de Agricultura Familiar e a Agroindústria (DACA). Porto Alegre, Out. 2018. Disponível em: <<https://www.sdr.rs.gov.br/programa-estadual-de-agricultura-familiar>>. Acesso em: 07 mai. 2019.

SULZBACHER, A. W.; DAVID, C. de. Agroindústria familiar rural: uma estratégia para melhorar a qualidade de vida no espaço rural. **Geosul**, v. 24, n. 47, p. 69-90, 2009.

WAQUIL, P. D. et al. O perfil da agroindústria rural no Brasil: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.). **Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. 1 ed. Brasília: IPEA, 2014, p. 183-210.

WESZ JUNIOR, V. J. Agroindústria familiar: um mecanismo de estímulo à especialização das atividades na propriedade rural? **Mundo Agrario**, v. 9, n. 18, 2009.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. Os reflexos das

agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 6, n. 63, p. 59-85, Bogotá, 2009.



O SENTIMENTO DE PERTENÇA E A DIFERENCIAÇÃO DO *SELF* DO ADOLESCENTE RURAL NO PROCESSO MIGRATÓRIO

The feeling of belonging and differentiation of the Self of the rural teen in the migratory process

Fábio Dos Santos Massena⁶

Alba Mendonça⁷

Franciely Sousa Silva⁸

RESUMO

Este artigo tem como objetivo estimular conjecturas a respeito da construção identitária do adolescente rural em sua diferenciação de *Self* e sua influência no processo migratório campo/cidade. É fundamental identificar o processo de elaboração do *Self* e sua individuação na vida do adolescente do campo para que o fenômeno do êxodo rural seja compreendido sob o olhar de uma relação do sistema familiar. A pesquisa exploratória foi a base metodológica deste trabalho, sendo realizada por meio de leitura e análise de artigos científicos e outros estudos acadêmicos. Os resultados preliminares indicam que a quebra ou o enfraquecimento nos padrões transgeracionais e a disfuncionalidade das famílias, além de serem responsáveis pela constituição identitária e de elaboração do *Self* dos jovens do campo, podem estar influenciando significativamente o processo de migração do jovem do campo para a cidade.

Palavras-chave: sistêmica familiar; psicologia; êxodo rural.

ABSTRACT

This article aims to stimulate conjecture about the identity construction of rural adolescents in their differentiation of *Self* and their influence on the field / city migratory process. Identifying the process of elaboration of the *Self* and its individuation are fundamental factors to be verified in the life of the rural adolescents, so that the phenomenon of rural exodus can be understood from the perspective of a relationship of the family system. Exploratory research was the

⁶ Professor Adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (DCAA). Endereço eletrônico: fsmassena@uesc.br

⁷ Psicóloga Sistêmica Familiar. Professora da Faculdade de Ilhéus. Endereço eletrônico: alba_mendonca@hotmail.com

⁸ Graduanda em Engenharia Agrônoma pela UESC. Endereço eletrônico: franciely.agroo@gmail.com

methodological basis of this work, being performed through reading and analysis of scientific articles and other academic works. Preliminary results indicate that the breaking or weakening of families' transgenerational patterns and dysfunctionality, besides being responsible for the identity constitution and *self*-elaboration of rural youth, may be significantly influencing the process of migration of rural youth to the city.

Keywords: Family Systemic; Psychology; Rural exodus.

1. INTRODUÇÃO

O sentimento de pertença pode manifestar-se de diversas maneiras, variando em função do perfil de cada grupo humano, mas, por mais multiforme que seja, é importante que todas as suas formas estejam fundamentadas a partir de uma identidade histórica e/ou geográfica (FREITAS, 2008).

A construção desse sentimento acontece na medida em que os membros da comunidade estabelecem e fortalecem suas interações e relações, construindo, assim, uma história coletiva que será responsável pelo estabelecimento de sua identidade – aspectos que, segundo Freitas (2008), merecem atenção principalmente diante de uma realidade cada vez mais pasteurizada.

A família tem papel preponderante na elaboração do sentimento de pertença, na diferenciação de *Self* do jovem e, conseqüentemente, na construção da sua identidade. Minuchin e Fishman (2003) destacam que a família se desenvolve a partir de duas funções essenciais, o estabelecimento de um sentimento de

pertença ao grupo e a individualização de seus integrantes; ou seja, as pessoas pertencentes a um sistema familiar, mesmo que vinculadas a ele, não deixarão de construir uma identidade própria, que, da mesma forma que a estrutura existente, está em constante evolução.

A diferenciação de *Self*, segundo Bowen (1991), é o processo de individuação concebido através dos ciclos vitais do desenvolvimento, proporcionando uma forma particular no modo de fazer, pensar e sentir. Essa evolução permite compreender o crescimento do indivíduo e revela as possibilidades de diferenciação em relação à sua família núcleo, às pessoas com que convive cotidianamente e à família extensa, com membros familiares da sua geração e de outras gerações familiares.

A família tem a função de oferecer proteção, afeto e regras de convivência que são expressas pelos sistemas de crenças e valores. Esses fatores influenciam significativamente na formação dos seus

filhos, que sofrem inferências também do legado sociocultural e do contexto em que vivem. O jovem rural é influenciado pelos costumes e hábitos da família, mas é o construtor da sua identidade, responsável por assumir seu papel social, pela forma com que se estabelece na sociedade e, consequentemente, pela tomada de decisão em relação a permanecer ou sair do campo.

A família, o sentimento de pertença e a diferenciação de *Self* são fatores que influenciam significativamente na forma com que o jovem rural constrói sua identidade, seu papel social, a forma com que se estabelece na sociedade.

Compreender esse sentimento e o processo de migração que ocorre nas comunidades rurais, principalmente por parte dos jovens, foi uma das inquietações que surgiram ao longo de um estudo realizado entre os anos de 2012 e 2015 que tinha como foco medir as condições de sustentabilidade daquelas comunidades. Quando esses questionamentos foram ancorados aos conhecimentos fundamentados na psicologia, as inquietações ganharam estrutura e forma. Ademais, essa área de conhecimento nunca voltou seu olhar para o rural da forma como poderia fazê-lo, tornando essa provocação ainda mais importante.

Leite *et al.* (2013) ressaltam que a psicologia, historicamente, direciona seu olhar e suas ações quase que de forma exclusiva para a população urbana. Referenciais como os de Martins *et al.* (2010) destacam que o robusto arcabouço teórico-científico do curso, que é capaz de possibilitar aos atuais e futuros psicólogos a construção de uma visão sistêmica a respeito da realidade das comunidades rurais e dos seus fenômenos de migração, não os prepara para a compreensão das populações do campo, que possuem um contexto específico em comparação com o urbano. Ao tempo em que Martins *et al.* (2010) ressaltam o importante papel que profissionais de psicologia poderiam desempenhar nas populações rurais, destacam que os acadêmicos do curso de psicologia não têm como foco o contexto rural.

Entende-se que este trabalho se torna relevante quando traz à tona esse debate, uma vez que essas discussões poderão estimular os estudantes de psicologia, inclusive aqueles já formados, a voltar seu olhar acadêmico, científico, técnico e humano para as comunidades rurais, que muito carecem de profissionais dessa área e sofrem por um potencial processo gradativo de extinção. Além disso, espera-se demonstrar aos demais

técnicos/pesquisadores/acadêmicos que já atuam no campo a importância da inclusão dessa forma de ver as relações sociais nas ações já desenvolvidas.

Surge, assim, a questão norteadora deste trabalho: de que forma a migração do jovem rural pode ser entendida e explicada a partir do olhar da psicologia sistêmica familiar? No intuito de responder esse questionamento, buscou-se como objetivo principal analisar a construção identitária do adolescente rural no processo migratório campo/cidade. Visando operacionalizá-lo, estabeleceu-se como objetivos específicos: compreender os fenômenos de migração nas comunidades rurais, discutir a formação identitária do adolescente na contemporaneidade e correlacionar a diferenciação de *Self* com o sentimento de pertença à comunidade.

Este estudo se caracteriza como exploratório, sendo operacionalizado através da leitura analítica de artigos científicos e outros trabalhos acadêmicos, escolhidos em função de sua relevância para o tema discutido (LAKATOS, 2011).

No contexto exploratório, realizou-se o levantamento bibliográfico, em que foram realizadas pesquisas nas plataformas Google Scholar, Scientific Electronic Library Online, Periódicos Eletrônicos em Psicologia, BVS Psicologia Brasil e Periódicos CAPES.

Os trabalhos utilizados foram selecionados sob duas perspectivas: uma histórica, de contextualização, e outra de fundamentação a respeito de dados atuais, somando mais de 40 entre artigos, livros e trabalhos de pós-graduação. Os dados foram coletados a partir da literatura disponível em função de sua relevância.

Com o recorte realizado na literatura, na busca por explicações a respeito da migração dos jovens do meio rural, foi estabelecido um quadro comparativo com uma das comunidades estudadas por Massena (2015), que avaliou os aspectos sociais, econômicos e ambientais de duas comunidades rurais no município de Ilhéus, na Bahia. A escolha por apenas uma se deu em função da similaridade dos resultados apresentados por elas.

2. COMUNIDADE E O SENTIMENTO DE PERTENÇA

Para Freitas (2008), não se pode pensar em desenvolvimento local sem que

se trabalhe a comunidade, que tem papel fundamental em sua operacionalização e se

sustenta a partir do sentimento de pertença ao lugar e ao grupo. Sua concepção pode ser operacionalizada a partir da ideia de grupo social, desde que tenha algum nível de organização, em que se compartilha um espaço psicológico e físico, comungando crenças, atitudes e valores (GOMES, 1999).

Segundo Spinelli Junior (2006, p. 1), “a palavra comunidade pode ser usada para descrever desde aldeias, clubes e subúrbios até grupos étnicos e nações [...] se estrutura a partir de um sentimento de comunidade, de um senso de pertença à determinada coletividade”. O termo é “polissêmico e tem-se caracterizado por fornecer amplas e diversificadas possibilidades de problematização”. As diversas áreas de conhecimento têm-se debruçado sobre esse tema, buscando conceituá-lo a partir de suas perspectivas específicas (SCARPARO; GUARESCHI, 2007, p. 102).

Weber (2005) estabelece que uma comunidade pode ser definida a partir das relações sociais estabelecidas e que serão norteadoras das ações de seus habitantes. Para o autor, ainda, essa concepção se fundamenta em um aspecto de solidariedade, que inclui as emoções e as tradições.

Pensar em comunidade, portanto, é ultrapassar as fronteiras geográficas, compreendendo-a como uma entidade

simbólica, alimentada por seus valores e códigos de conduta (SPINELLI JUNIOR, 2006). Nesse contexto, a psicologia sócio-histórica “[...] reconhece que a necessidade de pertencimento social é uma condição humana universal, pela qual todos os grupos e indivíduos lutam incessantemente, ao mesmo tempo em que sofrem quando não conseguem essa inserção” (TAVARES, 2014, p. 193).

Na relação do indivíduo com o ambiente, a resposta poderá ser de um vínculo apenas estético, de prazer superficial e temporário, até aquele mais profundo, por ser o local em que se constroem memórias, onde se vive (lar) e até se retira o sustento para a sobrevivência. “A topofilia não é a emoção humana mais forte. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo” (TUAN, 1980, p. 107).

A sobrevivência de uma comunidade está intimamente relacionada à memória coletiva construída por ela e que deve ser constantemente reforçada, uma vez que é responsável pela manutenção da identidade, do orgulho e do sentimento de pertença ao lugar. Para isso, a identidade geográfica e histórica deve ser mantida, pois, com o tempo, se não for reforçada,

tende a extinção ou completa descaracterização, tendo consequências gravíssimas para os jovens, que se distanciarão de suas origens (FREITAS, 2008).

A partir das colocações de Le Bourlegat (2000), é possível afirmar que o sentimento de pertença pode manifestar-se de diversas formas, a depender do perfil da comunidade estudada. No entanto, independentemente do tipo de manifestação, é fundamental que a identidade histórica e geográfica seja sempre resgatada para que não se perca, constructo fundamental diante de uma realidade cada vez mais pasteurizada (FREITAS, 2008).

Sob a ótica da pasteurização como um fator de enfraquecimento do sentimento de pertença e identificação com o local, é importante que se busque a manutenção da identidade geográfica e histórica da comunidade, visando o resgate e o fortalecimento de seu passado, que tende a diluir-se e perder-se com o passar do tempo, refletindo nos jovens, que esquecerão ou nem mesmo conhecerão suas origens (FREITAS, 2008).

Tuan (1980) traz ao debate um confronto sobre as impressões diferenciadas que visitantes/turistas e nativos têm de um mesmo local. Para o primeiro grupo, o

sentimento que se constrói em relação ao lugar está muito relacionado à novidade e à superficialidade daquilo que se vê. Para os nativos, no mesmo ambiente, existe uma série de variáveis que são fundamentais para que seu sentimento de pertença seja fortalecido, como a cultura local, seus mitos e conhecimento tradicionais.

Pertença e identidade não se relacionam apenas ao amor em relação ao local, são aspectos que refletirão no desenvolvimento da comunidade, ou seja, “[...] o resultado dos laços territoriais, econômicos e culturais de um determinado espaço geográfico gera um sentimento, que, por sua vez, é de grande relevância ao conceito do desenvolvimento local” (FREITAS, 2008, p. 44).

Compreendendo a importância entre o sentir-se pertencente ao local, o seu desenvolvimento e, até mesmo, sua permanência naquela comunidade, resgata-se a ideia de Freitas (2008, p. 45), que corrobora com o mesmo pensamento, complementando-o, quando argumenta que: “quanto mais forte são tais ligações emocionais, maior será o sentimento de pertencimento dos indivíduos em um grupo ou comunidade. Sentimento [...] indispensável para a solidificação e preservação de um determinado agrupamento de pessoas”.

O sentimento de pertença e a identidade que se estabelece com o local onde se vive são fatores importantes para a permanência do indivíduo na comunidade e, conseqüentemente, com o seu desenvolvimento, pretende-se traçar um

panorama do processo de migração do campo, principalmente do jovem do rural, que é o representante da próxima geração agrícola familiar, classe social de grande importância para a economia do país.

3. O FENÔMENO DE MIGRAÇÃO NAS COMUNIDADES RURAIS

Índices de mortalidade, de fecundidade e o processo de migração são fatores que influenciam no tamanho e na composição das comunidades – o último, além dos aspectos já mencionados, é responsável por mudanças estruturais e dinâmicas significativas (CERQUEIRA; GIVISIEZ, 2004).

Welti (1997) traz a ideia de que os fluxos de migração podem modificar de maneira substancial os índices de mortalidade e de fecundidade de uma determinada comunidade, uma vez que se trata de um fenômeno de viés social, sendo afetado pela economia local e por suas características socioculturais.

No Brasil, o êxodo rural teve início na década de 1930, quando o fluxo de estrangeiros para o país cessou. Nesse período, muitos agricultores e suas famílias deixaram o campo em busca de melhores condições de vida em função da crise econômica. Ao descreverem esse momento histórico, Cerqueira e Givisiez (2004)

acrescentam que o processo migratório no Brasil ocorreu em função do aumento da ocupação dos espaços das grandes cidades e da abertura e conseqüente ocupação de novas fronteiras agrícolas.

Ao contrário do que se pensa, o processo migratório teve início na região Sudeste, onde o investimento em mecanização e crescimento de capital foi maior. No Nordeste, o êxodo aconteceu de forma mais tardia, assim como o investimento no agronegócio (CERQUEIRA; GIVISIEZ, 2004).

O fenômeno de migração, segundo Cerqueira e Givisiez (2004), é fundamentalmente social, sendo determinado por sua realidade econômica, social e cultural e caracterizado pelo movimento de uma pessoa ou de um grupo de pessoas de um local para outro.

A intensa modernização da agricultura brasileira, ocorrida no final da década de 1970, operacionalizada a partir da Revolução Verde, resultou no

surgimento de políticas públicas para o setor que geraram uma série de benefícios, embora os maiores beneficiários tenham sido os grandes produtores. Esse momento histórico, que foi promissor para grandes latifundiários, deu início a um processo de migração dos pequenos agricultores do campo para a cidade em busca de melhores condições de emprego e renda (FONSECA, 2015).

Santos, Silva e Oliveira (2009) caracterizam o processo de migração rural-urbano como aquele em que as pessoas, os grupos ou até mesmo comunidades se mudam para as cidades, motivados por diversos fatores, o que pode ocorrer de maneira voluntária ou por motivos alheios a sua vontade.

Cerqueira e Givisiez (2004) resgatam importantes dados históricos ao destacarem que os números do êxodo rural no Brasil passaram de 3 milhões, na década de 1940, para mais de 18 milhões na de 1960. Nos anos 1980, esse fluxo diminuiu em proporção, mas ainda continua acontecendo.

Ao se comparar os números a respeito do processo migratório da década de 1940 com os da de 1960, já são projetados resultados preocupantes, pois, em 1940, do total da população do Brasil, apenas 31% residia em áreas urbanas. Já em

1968, esse número aumentou para 78%, causando, assim, um esvaziamento progressivo do rural e, conseqüentemente, impactando a economia agrícola familiar (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Atualizando os resultados mencionados com dados do IBGE de 2000, tem-se mais de 80% da população vivendo em área urbana, com uma projeção de 84% para 2010.

A migração do campo para a cidade resulta em problemas sociais graves tanto no campo quanto na cidade. No primeiro, em função do envelhecimento das comunidades e, no segundo, por causa do desemprego, do subemprego e da aglomeração em favelas, caracterizadas por residências precárias e condições sanitárias inadequadas (FONSECA et al., 2015).

Wanderley (2009) destaca que o êxodo rural é um fenômeno que atinge principalmente os agricultores de pequeno porte, impossibilitando, muitas vezes, sua permanência e a perspectiva de retorno para o campo.

Além disso, o processo migratório atinge a agricultura familiar, impactando a economia local e a família, bem como a própria estrutura do sistema familiar, que é rompido, fazendo com que seus membros busquem a zona urbana em busca de melhores condições de vida (SANTOS;

SILVA; OLIVEIRA, 2009; CASAGRANDE; SOUZA, 2012; FONSECA, 2015).

A agricultura familiar tem sofrido sérios impactos, principalmente em função do novo modelo estabelecido para a produção, pautado na mecanização e no uso intensivo de insumos, o que gera exclusão de agricultores de baixa renda, que não possuem estrutura econômica e nem técnica para adesão ao pacote tecnológico proposto, sofrendo, além de um choque cultural, uma considerável desvantagem comercial em função da baixa produtividade (FONSECA, 2015).

Em um estudo realizado por Vanderlinde (2005) e atualizado por Fonseca (2015), constatou-se que, no Nordeste, o êxodo rural também tem ganhado proporções alarmantes. Essa realidade exige medidas urgentes, não somente com o intuito de cessar esse fenômeno, mas com o de possibilitar melhores condições de vida para quem vive no rural, principalmente com o fortalecimento da agricultura familiar.

O setor agrícola é considerado a base da sociedade e da economia brasileira pela geração de empregos diretos e indiretos e pela produção dos mais variados tipos de alimentos que abastecem, inclusive, o mercado local.

Abramovay *et al.* (1998) realizaram um estudo a respeito dos desafios dos novos padrões sucessórios da juventude rural e destacaram que o futuro das comunidades rurais e, conseqüentemente, da agricultura familiar está em jogo, pois a cadeia sucessória está ameaçada em função do processo de migração.

Autores como Foguesatto *et al.* (2014) destacam a preocupação com a frágil possibilidade de continuidade da agricultura familiar e da importância da sucessão geracional para a manutenção dessa cultura, ao mesmo tempo que ressaltam seu importante papel econômico e social.

Sobre o processo de sucessão geracional, Stropasolas (2006) destaca que é uma contingência que vem enfraquecendo-se e deixando de ser praticada pelas famílias. O rompimento dessa sucessão faz com que as gerações mais idosas deixem de transmitir seus valores, culturas, tradições e poder para os mais jovens.

O não fortalecimento da cultura do rural entre as gerações, associado à entrada do urbano na realidade do campo, pode estimular ainda mais o desinteresse do jovem pela permanência na comunidade, fazendo com que a atividade desenvolvida pelos pais cesse com as limitações que a idade impõe (FOGUESATTO *et al.*, 2014).

Os mesmos autores ressaltam, ainda, que existe uma série de elementos que colaboram para o êxodo dos jovens agricultores. “Entre essas condições, é possível destacar o desinteresse dos jovens em permanecer no campo, não sucedendo seus pais na administração da propriedade, devido a inúmeros fatores sociais aliados aos econômicos esperados nos centros urbanos” ((FOGUESATTO *et al.*, 2014, p. 2).

Segundo Foguesatto *et al.* (2014), os jovens justificam seu desejo em migrar para a cidade em função dos aspectos negativos que o campo oferece, como: a dureza do trabalho na roça, a instabilidade e a baixíssima renda que a função proporciona, a inexistência de opções de lazer, a precariedade de acesso a serviços de saúde e o próprio acesso à comunidade, que é sofrível. Os autores concluem essa afirmação ressaltando que essas mudanças resultam no envelhecimento das comunidades e em uma tendência de grandes latifúndios.

Outro fator que potencializa o êxodo rural nas comunidades rurais é a carente organização política, além da baixíssima mobilização associativa (ABRAMOVAY *et al.*, 1998), fenômeno também identificado por Massena (2015) no seu

estudo em comunidades rurais do sul da Bahia.

O meio rural não é mais aquele espaço onde o agronegócio era a única e exclusiva realidade. Em função da redução das fronteiras entre o campo e a cidade, os jovens são cada vez mais afetados e/ou contaminados pela ideia equivocada de que o rural não oferece o que é necessário para a manutenção daquilo que é estabelecido pela sociedade (DALCIN; TROIAN, 2009).

Em estudo mais contemporâneo sobre o jovem, é possível perceber a mudança nos valores e comportamentos em relação ao passado. Brumer (2006) traz essa observação e a complementa com a ideia de Leccardi, já publicada em 2005, ao destacar que a percepção de tempo tem sido concebida com um caráter mais estreitado, ou seja, o presente e o imediatismo são supervalorizados, e o futuro é tão próximo do presente que nem se assemelha àquele que era planejado em longo prazo. Essa realidade acaba reforçando a errônea percepção de que o campo não poderá oferecer-lhe o desejado – talvez porque o contexto agrícola não permita que os resultados sejam visualizados de forma imediata em função do ciclo produtivo.

Pereira (2004) e Júnior (2007) *apud* Dalcin e Troian (2009) ressaltam que a construção do conhecimento a respeito da

atividade agrícola familiar era efetivada pelo jovem das gerações passadas nas relações sociais, muito mais limitadas que na contemporaneidade. Já para o jovem da atualidade, o estabelecimento de vínculos e das relações socioculturais é consideravelmente mais amplo e diversificado. A juventude, inundada pela diversidade e pelas possibilidades do urbano, acaba não desejando dar continuidade à atividade desenvolvida pela família.

Abramovay *et al.* (1998) ainda destacam que, além do êxodo preocupante, o rural sofre um processo de masculinização, uma vez que as mulheres migram, em sua maioria, por não vislumbrarem um futuro com novas perspectivas. Além disso, identificaram que o campo já não é um local unicamente agrícola, mas um espaço ocupado por pessoas de diversas origens e sem atividades de produção.

Nas últimas duas décadas, os trabalhos desenvolvidos a respeito do processo migratório indicam uma predominante tendência de envolver os jovens, que, em sua maioria, são do sexo feminino. Esses dados demonstram uma realidade preocupante, que é o envelhecimento das comunidades rurais e a sua masculinização. Outro aspecto a ser

considerado, nesse contexto, é a invisibilidade social do jovem do campo (WEISHEIMER, 2013).

Camarano e Abramovay (1999) demonstraram em seus estudos que, na década de 1950, havia mais indivíduos jovens do sexo feminino do que do masculino no meio rural do Brasil. Já na década de 1960, essa proporção ganhou equilíbrio, mas, com o passar dos anos, esse número inverteu-se, e o predomínio passou a ser de homens. Esse processo de masculinização, associado ao seu envelhecimento, é o reflexo mais evidente do declínio do meio rural.

Foguesatto *et al.* (2014) corroboram com a colocação de Camarano e Abramovay (1999) ao resgatarem o trabalho publicado por Ravenstein, em 1980, em que afirma que o rural está transformando-se, gradativamente, em um local masculinizado, envelhecido e com um menor contingente populacional.

Um dado histórico relevante a respeito desse tema é a preocupação da União Europeia, que, em 1992, reformulou sua política agrícola com o objetivo de evitar o êxodo rural, conhecido na França como desertificação do campo. Essa e outras políticas públicas que surgiram nos Estados Unidos e na Europa foram o reflexo da preocupação, do entendimento e do

reconhecimento de que o esvaziamento do rural não deveria ser uma contrapartida do desenvolvimento e do avanço do capitalismo; muito pelo contrário, o que se buscava era o repovoamento do campo pela sua importância para a economia e para a cultura do país (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

O êxodo rural teve seus pontos positivos no passado, uma vez que contribuiu para o crescimento e para o desenvolvimento das cidades do Brasil. No entanto, pensar em um acréscimo de contingente populacional nas áreas urbanas é projetar ainda mais precariedade dos serviços de saúde, educação, trabalho, etc. (ALVES; SOUZA; MARRA, 2011). De outro lado, tem-se o esvaziamento do campo, uma situação preocupante. Alves, Souza e Marra (2011, p. 83) indicam que, pelo Censo Agropecuário de 2006, “[...] dos 191 milhões de brasileiros, apenas 29,8 milhões estão no meio rural [...]. Grande parte dos rurícolas se concentra no Nordeste, 14,3 milhões, 47,8% de todos eles”.

A temática a respeito da migração com foco no jovem do campo recebeu atenção de uma quantidade significativa de cientistas no Brasil. Schneider (1994), por exemplo, realizou um estudo a respeito do êxodo, do envelhecimento da população do

campo, destacando as possibilidades de estratégias para a exploração na sucessão agrícola. Carneiro (1998) fez um paralelo entre o modelo do campo e do urbano e a construção desse imaginário no jovem rural, e Abramovay *et al.* (2001) elaboraram uma série de estudos relacionados aos desafios da agricultura familiar e, consequentemente da sucessão profissional, focando, inclusive, na juventude rural brasileira.

Lima *et al.* (2013) ressaltam que outros autores também deram atenção a essa temática, como Galizoni (2002), Castro e Aquino (2008), Castro e Andrade (2009), Silva e Andrade (2009), Lisboa (2008), Brumer (2007, 2008), Carvalho *et al.* (2009), Castro *et al.* (2009), Neves (2009), entre outros.

Em função da importância do campo para a cidade, é necessário que os olhares se voltem para o fenômeno de migração do jovem rural, de modo que seja possível compreendê-lo de forma mais clara e que propostas de manutenção do jovem no campo sejam elaboradas de maneira mais eficaz (LIMA *et al.*, 2013). No entanto, Castro (2009) ressalta que o jovem do campo ainda é pouco estudado, principalmente por compor uma parcela muito pequena em relação à que vive nas áreas urbanas, cerca de 4,5% do total. Com isso, a autora busca demonstrar que a falta

de interesse por essa temática reflete na invisibilidade desse grupo, na elaboração do seu papel social. Esses fatores podem contribuir significativamente para o processo migratório: em um estudo realizado por Castro *et al.* (2009), por exemplo, corroborou-se a relação existente entre a invisibilidade e a migração da juventude rural, ou seja, os autores verificaram que o êxodo desse grupo era o reflexo da falta de um posicionamento na família e na sociedade.

Silvestro *et al.* (2001), por sua vez, atribuem à juventude do campo o importante papel de manutenção da cultura da agricultura familiar e da disseminação da vida no campo. Esses autores ressaltam

que a manutenção dessa realidade se torna um desafio cada vez mais complicado e complexo em função da desvalorização do trabalhador rural e, principalmente, das oportunidades e do estilo de vida que a cidade oferece.

Nesse debate, surge o questionamento que povoa os pensamentos daqueles que vivem no campo: “ficar ou sair?”. A respeito dessa dúvida que perpassa o jovem, Lopes e Carvalho (2017) resgatam as colocações de Castro (2005), que diz que a migração do jovem é um grave problema, mas que a saída pode ser importante para que a cultura da agricultura familiar receba a devida atenção.

4. DIFERENCIAÇÃO DO *SELF* DO JOVEM RURAL NAS RELAÇÕES SOCIAIS

O fenômeno migratório dos jovens rurais do campo para o meio urbano também pode ser compreendido a partir da concepção da construção identitária, em que, segundo Erikson (1968) e Papalia (2010), os jovens são convocados a solucionar três questões importantes, sendo elas: quais são os valores nos quais irá se alicerçar; qual a identidade sexual que irá nortear seu desenvolvimento; e quais serão os rumos que seguirá profissionalmente. Essas decisões podem levar o adolescente a um confronto entre crise

versus confusão de identidade, de modo a tornar-se um adulto singular, com uma percepção coerente do *Self* e com um papel valorizado na vida adulta.

De acordo com Erikson (1968) *apud* Papalia (2010), uma concepção coerente de *Self*, composta de metas, valores e crenças com os quais a pessoa está solidamente comprometida, inclui uma síntese de identificações anteriores no convívio dos seus cuidadores e nas experiências e vivências

sofridas na infância até a juventude, de modo a formar uma nova estrutura psicológica.

Para Kalina (1999), a adolescência é um período de intensas transformações para o indivíduo, um fenômeno biopsicossocial em que o corpo muda e a imagem corporal vai sendo definida, bem como sua personalidade. “Ela corresponde a um período de descobertas dos próprios limites, de questionamentos dos valores e das normas familiares e de intensa adesão aos valores e normas do grupo de amigos” (KALINA *apud* PRATTA; SANTOS, 2007, p. 252).

Pensamentos imaturos, distorção de imagem corporal, sentimento de pertencer a um grupo, indecisões sobre a identidade sexual, comportamentos de risco, afastamento dos sistemas de crenças familiares e das relações familiares, entre outros, são comportamentos significativos na busca pelo ideal e no processo de individualização. Guimarães (2014) salienta que, nos estudos de Bowen (1991), a saúde mental do indivíduo está associada ao grau de diferenciação que ele é capaz de estabelecer em relação a sua própria família e que a dificuldade de diferenciar pode ser transmitida de uma geração a outra, evidenciando o quanto se faz necessário entender o indivíduo pelas suas relações intrapsíquicas e familiares.

A partir desse olhar para a família e para os processos afetivos relacionais, foram criados conceitos importantíssimos na teoria boweniana, como: massa indiferenciada do ego, diferenciação de *Self*, processo de projeção familiar, processo de transmissão multigeracional, entre outros. A definição de massa indiferenciada do ego, por Martins, Rabinovich e Silva (2008) e Guimarães (2014), significa uma fusão ou aglutinação, termo utilizado por Minuchin (1982, p. 60) para se referir a “um estilo transacional caracterizado por um sentimento de pertencimento que requer uma máxima renúncia de autonomia”. As autoras acima citadas ainda acreditam que todas as crianças que nascem aglutinadas e indiferenciadas em relação à família ao longo de seus ciclos de desenvolvimento humano terão grandes desafios no processo de construção do *Self*.

Guimarães (2014) retoma as ideias de Bowen (1991) quando destaca que os membros que compõem uma família experimentam o sentido de diferenciação ou individuação e de pertencimento. Para Guimarães (p. 55) “pertencer significa a garantia de que o indivíduo tem de fazer parte de uma determinada família com crenças, valores, mitos, preconceitos e

regras próprias, que formam sua identidade familiar”.

A diferenciação do indivíduo está intimamente relacionada ao seu processo de singularidade, que se reflete na vida de cada membro do sistema familiar. Nessa constituição, é importante que haja respeito às transformações de cada um. Bowen define diferenciação como “[...] uma força vital instintiva do ser humano que impulsiona o desenvolvimento da criança ao crescimento, a fim de que possa tornar-se uma pessoa emocionalmente independente, um indivíduo com capacidade de pensar, sentir e agir por si mesmo” (BOWEN, 1991 *apud* GUIMARÃES, 2014, p. 55)

O nível de independência emocional que o indivíduo estabelece em relação a sua família núcleo ressonará na diferenciação processada por ele, ou seja, quando, em seu processo de desenvolvimento, não há um estímulo à individuação emocional, o vínculo estabelecido entre seus membros é estreitado a ponto de limitar a elaboração de sua subjetividade e resultará em um sujeito com limitações para pensar, agir e sentir por si próprio (GUIMARÃES, 2014).

Guimarães (2014) ainda destaca que, quando a independência emocional do sujeito é estimulada e acontece de forma saudável, quando sua autoimagem não é construída como reflexo das necessidades e ansiedades dos outros, e vice-versa, entende-se que o seu *Self* está sendo constituído de forma satisfatória. Essa configuração, associada à transmissão sólida de valores, crenças e convicções, reverberará em uma criança que “cresce para ser parte da família, ainda que separada dela” (GUIMARÃES, 2014, p. 58).

O jovem rural tanto poderá aumentar o sentimento de pertença para com a família e perder nos processos de diferenciação quanto poderá diferenciar-se dos cuidadores e ganhar em autonomia e liberdade. Nesse contexto, o sentimento de pertencer promove uma relação de dependência emocional em relação aos familiares para fazer valer as tradições que são correspondentes às expectativas e representações sociais. Espera-se dos membros familiares uma continuidade de saberes e fazeres que são identificados pelo legado de cada família e, ao mesmo tempo, o processo de individuação requer uma cisão do *modus operandi* do funcionamento do indivíduo, de ser, fazer, pensar e sentir, tornando-o um ser autêntico, autônomo e livre.

A conceituação de diferenciação ocorre sob dois prismas distintos, mas inter-relacionados. O primeiro se apresenta sob um aspecto intrapsíquico, que está relacionado à capacidade de autorregulação do indivíduo, ou seja, a capacidade de diferenciar sentimentos de pensamentos, direcionando-se para um sistema intelectual ou emocional. O segundo se dá em um nível interpessoal, responsável pela manutenção da autonomia, mesmo diante da sua relação emocional com os outros (NEVES, 2011).

É esperado que, durante o processo de diferenciação, o indivíduo elabore seu *Self* separado da sua família, ainda que seus laços sejam mantidos com ela. Essa separação é necessária para que ele seja capaz de diferenciar-se emocionalmente, sem o rompimento dos seus vínculos com a família. O jovem que apresenta dificuldades no processo de diferenciação pode ficar fundido ou distanciar-se completamente daqueles significativos de seu grupo familiar. Aqueles que elaboram essa diferenciação de forma exitosa tenderão a diferenciar-se emocionalmente do seu núcleo sem o rompimento de vínculos significativos (NEVES, 2011; KERR, 1988).

A nova concepção familiar que começou a estruturar-se refletiu-se em um

sistema mais igualitário, em que homens e mulheres buscam o mercado de trabalho, dividem as tarefas domésticas e se responsabilizam pela criação dos filhos (PRATTA; SANTOS, 2007). A relação entre pais e filhos já não se caracteriza pelo autoritarismo, mas, sim, pelo estilo autorizante, em que os pais estimulam a independência e a individualidade dos filhos e dão explicações sobre as regras estabelecidas na família. Em relação a essa mudança, Caldana (1998) destaca que a nova forma de condução da educação dos filhos, com poucas regras e sem uma direção disciplinar mínima, pode dar-se em função de duas variáveis: a primeira devido a uma deficiência que possa integrar o estabelecimento de uma prática coerente e padronizada tanto intrafamiliar quanto entre famílias; a segunda pode estar relacionada a uma mudança no padrão familiar, resultado de um processo de alteração social e econômica, influenciando no sistema de valores familiar.

Pratta e Santos (2007) destacam que, mesmo diante de tantas mudanças, a família ainda possui função e importância incalculáveis, sendo uma instituição reconhecida e altamente valorizada por ser o lugar em que seus membros constroem e processam o seu desenvolvimento; ou seja, é nela que acontece o amadurecimento e o

desenvolvimento biopsicossocial dos seus integrantes.

Porém, é possível perceber nas relações familiares o grau de dependência emocional dos filhos em relação à família, o que refletirá na dificuldade do processo de diferenciação. Esse acontecimento é marcado por mais um conceito boweniano chamado “processo de projeção familiar”, caracterizado pela transmissão de imaturidade ou baixo grau de diferenciação dos pais em relação aos filhos. Em famílias aglutinadas ou emaranhadas, as crianças são envolvidas na emoção e na subjetividade dos seus cuidadores, que provocam uma unicidade de sentimentos. Conforme Martins, Rabinovich e Silva (2008, p. 184), “a projeção familiar não é o cuidado, mas sim uma preocupação ansiosa, excessiva e confusa com um ou mais filhos e filhas”.

A família possui importante função social de transmitir a cultura daquele núcleo e da sociedade, seus valores, crenças, normas, ideias e padrões comportamentais, preparando o indivíduo para o exercício da cidadania (PRATTA; SANTOS, 2007). Diante de sua importância e complexidade, a família precisa ser analisada sob a ótica sistêmica, pois, nela, uma série de elementos se inter-relacionam, funcionando de forma organizada, mas não fechada, ou seja, apesar de sua busca pela manutenção e

pelo equilíbrio do sistema, sofre influências externas e internas que geram a necessidade de constante adaptação (NEVES, 2011). Dessa forma, o sistema familiar não é entendido como algo estático; ao contrário, está em permanente processo de adaptação na busca de sua manutenção e continuidade (MINUCHIN; FISHMAN, 2003).

Segundo Kerr (1988), a teoria dos sistemas familiares proposta por Bowen busca a análise e a compreensão mais abrangente e sistemática do funcionamento humano, ou seja, considera os indivíduos e suas redes de relações familiares, analisando essa inter-relação (MAJOR *et al.*, 2014). A compreensão da inter-relação entre indivíduo e as relações familiares perpassa outro conceito de Bowen, chamado de “processo de transmissão multigeracional”, que significa a repetição de padrões comportamentais intergeracionais, que pode perdurar e resultar tanto em graus mais altos quanto mais baixos de diferenciação (GUIMARÃES, 2014).

Os padrões transgeracionais que se repetem ao longo do desenvolvimento da família no meio rural transmitem o funcionamento e a dinâmica familiar, conduzindo, muitas vezes, a uma justaposição de pensamentos e sentimentos nos saberes e fazeres que dificilmente cada

membro saberá discernir sobre seu próprio posicionamento diante da “lida” na roça. Esses comportamentos são passados de geração a geração, inundados de emoções, sentimentos e valorização identitária familiar, o que lhes dá orgulho e motivação para ser como os seus pais, avós e tataravós. Em contrapartida, as transmissões de comportamento de outras gerações podem causar em muitos jovens rurais a busca por novas práticas e conhecimento, em função de não se identificarem com o modo de viver dos pais e por quererem algo que lhes proporcione outro estilo de vida, de acordo com suas necessidades e realizações.

Mesmo diante de tantas transformações socioculturais e econômicas ao longo da história e que influenciaram a sua estrutura e concepção, a família continua sendo considerada a base do bem-estar e da segurança tanto do jovem quanto

de seus demais integrantes. É nesse sistema em que o desenvolvimento humano fundamentalmente básico acontece, ou seja, a família ainda mantém seu *status* de influenciar e ser responsável pelas fases do desenvolvimento dos seus componentes (PRATTA; SANTOS, 2007).

A complexidade da fase da adolescência propicia condições potencialmente problemáticas e conflituosas no contexto familiar, gerando, segundo Wagner *et al.* (2002), um aumento das disputas e brigas entre pais e filhos, normalmente em função de negociações constantes resultantes de conflitos geracionais. Para Steinberg e Morris (2001), essas relações conflituosas se estabelecem em função do menor tempo de convívio entre os jovens e seus pais e também demonstram o *déficit* das relações afetuosas.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A comunidade rural utilizada como caso empírico para este estudo se encontra localizada na zona sul de Ilhéus, na Bahia, distando em média 34 km do centro urbano, com vias de acesso bastante danificadas, o que dificulta o deslocamento, principalmente em dias de chuva. As residências são precárias, variando de casas mistas com alvenaria e madeira até casas de

pau a pique. Vivem na comunidade 442 pessoas, das quais mais de 60% são indivíduos maiores de 18 anos (desses, a maioria está acima dos 30 anos) e apenas 20% são crianças entre 0 e 10 anos. Mais de 21% dos adultos não são alfabetizados e mais de 60% foi apenas alfabetizado (MASSENA, 2015).

Na comunidade, não há nenhuma oferta de serviços públicos de saúde, segurança, esportes ou lazer – e muito menos coleta de lixo. Os estabelecimentos comerciais se resumem a pequenas mercearias, com produtos tão precários quanto as condições do local.

Tomando como referência o Decreto nº. 8.232/14, Massena (2015) verificou que 18,9% da população se encontra em situação de pobreza (13,5%) e extrema pobreza (4,5%). Uma renda *per capita* máxima de meio salário mínimo caracteriza 68,1% do total das pessoas.

Dados do IBGE (2002) demonstram que, de 1981 a 2001, houve um decréscimo no tamanho das famílias, reduzidas de 4,3 para 3,3 pessoas por domicílio, similar à média do Nordeste. Na comunidade estudada, esse número é ainda menor, apresentando, atualmente, uma média de 2,32 pessoas por família. Um resultado aparentemente normal se torna preocupante quando comparado a uma pesquisa realizada em 1996, por V&S Consultores (1996), na mesma comunidade, e que identificou, na época, 6,23 indivíduos por domicílio; ou seja, de 1996 para 2014, houve uma redução de mais de 60%.

Com base na coleta de dados, que incluiu a observação *in loco*, foi possível afirmar que, na comunidade estudada, não é

o baixo índice de natalidade nem o aumento do nível de mortalidade que explica o decréscimo significativo de pessoas por domicílio, muito menos algum tipo de planejamento familiar, mas, sim, o fenômeno de migração dos jovens (principalmente) para as áreas urbanas.

Pode-se pensar que indivíduos que vivem com uma renda *per capita* baixa, que não possuem condições adequadas (na percepção dos moradores) de transporte, de saúde, de segurança, de lazer, de educação, entre outros fatores, expressariam sentimentos de insatisfação em viver no local; no entanto, os resultados publicados por Massena (2015) demonstram que, em uma escala de 0 a 4, sendo 0 muito insatisfatório e 4 muito satisfatório, os moradores atribuem o índice de 3,34 para o sentimento de prazer em residir na comunidade. Sobre a pretensão de continuar residindo ali, o índice foi de 3,09. Mesmo não havendo nenhum tipo de policiamento ou serviço de segurança no lugar, 2,94 foi o resultado quanto ao sentimento de segurança na comunidade.

Um aspecto percebido nessa comunidade é a inserção da cultura urbana: conforto e modernidade são idealizados, além de outras possibilidades de supostas melhorias, mas que dependem

exclusivamente de ganhos de capital, algo extremamente precário para o contexto.

Sobre o olhar do adolescente, Dalcin e Troian (2009) destacam a significativa diluição entre as fronteiras rural/urbano, o que tem gerado um sentimento de desvalorização, de inferioridade por parte dos jovens, resultando na sua migração para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Brumer (2006) ressalta que, na medida em que se constrói uma imagem negativa, um papel social de inferioridade daqueles que vivem no campo, cresce o desejo em migrar da comunidade. O autor acrescenta a falta de transferência da cultura local dos adultos para os jovens como fator potencializador dessa realidade.

São as tradições familiares que inspiram o jovem a permanecer no campo inicialmente, e é essa prática que lhe possibilitará criar perspectivas exitosas a respeito de sua permanência no campo (CARNEIRO; CASTRO, 2007). Na comunidade estudada por Massena (2015), não foi verificada a preocupação dos mais velhos em transmitir aos jovens a cultura do rural, sua importância e necessidade de perpetuação, realidade que se consolida pela autopercepção dos próprios adultos, pela precariedade existente e pela limitada

perspectiva de que mudanças poderão ocorrer nesse cenário.

Nesse debate, surge a necessidade de se discutir a respeito dos padrões transgeracionais e suas relações, e Bessa, Costa e Torres (2016) ressaltam que a família, além de ter a responsabilidade de promover a educação das crianças, tem a função de socializá-la. Nesse sistema familiar é que são transmitidos os valores sociais e morais, a cultura, os costumes e as tradições, o que norteará as decisões e os comportamentos do jovem ao longo das gerações.

Silvestro *et al.* (2001) chamam a atenção para o fato de que, na agricultura familiar, os jovens devem integrar o processo de trabalho, já sendo introduzidos nas tarefas desenvolvidas pela família no campo. Aos poucos, esses indivíduos vão aprendendo e dominando as técnicas da lavoura ou da pecuária para, posteriormente, assumi-las.

Nessa ótica, entende-se que a família possui um papel indescritível quando se fala em manutenção e fortalecimento de costumes ao longo das gerações. É nela onde acontece a transmissão psíquica que fundamentará sua história, sua herança, bem como os vínculos que serão estabelecidos, possibilitando ao jovem a constituição do

seu *Self* e a decisão sobre se é importante ou não manter a tradição herdada (BESSA; COSTA; TORRES, 2016).

Essa tradição a que se referem (com a permanência do jovem no campo), ou a falta dela (com sua migração), pode gerar, respectivamente, consequências positivas ou negativas, ou seja, pode motivar a permanência do jovem no campo ou estimular sua migração para a cidade. É ainda mais grave quando se trata de pequenas comunidades que possuem em sua composição, basicamente, uma produção agrícola, uma realidade rural pautada na agricultura familiar.

A respeito da relação entre jovem, família e a prática da agricultura familiar, Silvestro *et al.* (2001, p. 28) argumentam que, nesse contexto, “[...] os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho [...]. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento”. Entretanto, esses conhecimentos não significam que os jovens organizam seu futuro com os olhos necessariamente voltados para a propriedade paterna. Se, até o final dos anos 1960, a continuidade na profissão agrícola podia ainda revestir-se do caráter

de uma obrigação moral, hoje, essa pressão deixou de existir.

A continuidade das unidades agrícolas familiares sofre sérias ameaças, uma vez que os jovens já não se envolvem mais com as atividades agrícolas, o que faz com que a nova geração migre para a cidade (COSTA JÚNIOR, 2007).

A heterogeneidade que se instala no campo, aliada à diluição da fronteira entre a cidade e o rural, contamina o jovem no seu processo de estabelecimento de planos e metas para o futuro, uma vez que ele passa a idealizar conquistas do moderno e do urbano em detrimento das atividades agrícolas realizadas pelos pais. Esses fatores afetam a identidade social dos jovens que optam pela saída da comunidade em busca de condições de saúde, emprego, renda e outros aspectos estruturais que não encontram no campo (CARNEIRO; CASTRO, 2007; COSTA JUNIOR, 2007).

Os jovens, prováveis sucessores das atividades desenvolvidas por seus pais no campo, enfrentam um significativo atraso educacional que os leva a abandonar os estudos muitas vezes – e essa realidade gera uma precariedade do seu desempenho como trabalhador rural. Segundo Abramovay (2001, p. 9), “[...] o nível de escolaridade atual compromete o próprio

exercício de cidadania, uma vez que eles não conseguem sequer ter acesso aos direitos legalmente constituídos, como por exemplo, a obtenção da condição de agricultor através do bloco do produtor”.

Ficar ou sair é uma questão presente na realidade do rural e, principalmente, do jovem. Alves e Dayrell (2015) trazem para o debate a dúvida natural que o adolescente tem a respeito do seu futuro, quando se questiona o que será da sua vida, que profissão seguir e quais caminhos trilhar.

Na adolescência, o jovem se defronta com a necessidade de escolher, seja profissionalmente ou na vida pessoal, onde estabelecerá seu projeto de vida (ALVES; DAYRELL, 2015), que poderá, ou não, estar vinculado à continuação da atividade agrícola.

“Todas as modificações corporais e as expectativas da sociedade com relação ao jovem levam-no a perceber que está vivenciando uma situação nova, a qual muitas vezes é vivida com ansiedade pelo desconhecimento de que rumo tomar” (AMARAL, 2007, p. 4).

O projeto de vida elaborado pelo jovem será fundamentado naquilo que foi aprendido e moldou sua identidade, suas crenças e valores, visando garantir a sua sobrevivência e o seu bem-estar. Daí, em busca das condições para a operacionalização do que foi projetado, o adolescente migrará da comunidade em

que vive, seja para estudar, para trabalhar ou apenas por não desejar a vida no campo (ALVES; DAYRELL, 2015).

Para Alves e Dayrell (2015), a própria migração é um processo complexo, pois não basta apenas sair da comunidade: é preciso possuir condições econômicas mínimas para isso e ser capaz de enfrentar as adversidades que surgirão durante o processo. Retomando o caso utilizado como exemplo empírico, pode-se supor que a situação naquela comunidade é tão precária que, mesmo sem as condições econômicas mínimas para deixá-la, o jovem acaba migrando – talvez por não conseguir vislumbrar uma perspectiva suficiente de sobrevivência ou qualidade de vida no local.

Quanto ao potencial de benefícios que a psicologia poderia trazer para todo esse contexto, pode-se dizer que, mesmo que ela reconheça o urbano como seu principal foco de ação, não se aproximando do rural em suas perspectivas, possui instrumentos e potencialidades para ser uma importante aliada da realidade do campo ou da sua mudança (LOPES; CARVALHO, 2017).

Para Dalcin e Troian (2009), os cursos de psicologia possuem em seu escopo uma base teórica e prática que permite a compreensão das relações

sociais, da cultura, das funções ocupacionais e de outros aspectos vivenciados no campo e, conseqüentemente, podem contribuir

significativamente com mudanças na preocupante realidade da agricultura familiar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento e o crescimento dos grandes negócios agrícolas, denominados agronegócios, é praticamente um paradoxo chamar a atenção para a agricultura familiar. No entanto, é preciso que se discuta a seu respeito, uma vez que é uma atividade que vem há milênios sendo desenvolvida e traz um arcabouço teórico incalculável e que precisa ser mantido.

Segundo o IBGE, a agricultura familiar é responsável por cerca de 70 a 80% do alimento que está presente na mesa dos brasileiros, respondendo por 35% do PIB do país. Diante desses dados, é impensado que não voltemos nosso olhar para esse setor e, por isso, é importante discutir o êxodo rural do jovem do campo, que é considerado, discutido e estudado com muita frequência e está presente em uma infinidade de livros e artigos, embora ainda sejam poucos aqueles que buscam uma explicação mais completa sobre a migração do jovem do campo para o urbano, muito menos sob o viés psicológico e de seus sistemas familiares.

Nessa ótica, é possível conjecturar que a migração do jovem do campo para a cidade é uma realidade influenciada por uma infinidade de fatores, alguns bastante conhecidos, inclusive da população em geral. Outros, por sua vez, estão voltados para as relações intrapsíquicas e para seus processos de necessidades, desejos, realizações, medos e fantasias. No entanto, pouca atenção tem sido dada a aspectos ainda mais complexos e que, hipoteticamente, estão intimamente correlacionados com esse fenômeno, as relações familiares existentes.

Nesse sentido, percebe-se que as novas configurações e relações familiares têm afetado a dinâmica e o funcionamento da vida rural, provocando modificações e rupturas em diversas famílias e reverberando nos processos educacionais dos valores, costumes, hábitos e tradições familiares. A desorganização dos padrões transgeracionais pode influenciar a tomada de decisão do jovem em permanecer ou sair do campo, assim como convida a família a refletir sobre uma nova concepção de viver

na zona rural com qualidade de vida e bem-estar biopsicossocial.

Quando o jovem não consegue estabelecer um vínculo com os costumes e tradições de sua família de origem, torna-se ainda mais complicado pensar que ele volte seu olhar para aquele grupo ao longo das gerações, ou seja, que modificará o processo de transmissão multigeracional e, conseqüentemente, a sua decisão em manter, ou não, a tradição herdada.

A psicologia pode contribuir na ressignificação cultural da agricultura familiar, essa fundamental atividade laboral que movimenta o país e carece de muita atenção. As diversas abordagens teóricas podem contribuir significativamente com aqueles que vivem no campo, mas se entende que a sistêmica familiar possui técnicas, conhecimentos e manejos com potencial favorável para tornar as relações familiares mais funcionais, saudáveis e assertivas.

A afirmação de que a sistêmica familiar possui instrumentos relevantes para contribuir com a mitigação da realidade que se apresenta no campo pode ser alicerçada por Carvalho e Silva (2011), que descrevem que ela se estrutura com o intuito

de: descrever e explicar a dinâmica, os processos e as mudanças familiares; permitir a descrição da complexidade emocional e das estruturas interpessoais dentro do sistema; compreender a correlação entre o indivíduo e sua cultura; descrever o processo de diferenciação e individuação dos componentes da família; e possibilitar a identificação das causas da disfunção no sistema, ao mesmo tempo que disponibiliza estratégias terapêuticas pós-modernas, que solicitam do jovem e de seus membros familiares a redefinição do significado do trabalhador rural com elementos da identidade familiar e a expressão de sua singularidade, autenticidade, autonomia e liberdade.

Diante da realidade de um processo migratório significativo que se apresenta na agricultura familiar, principalmente em pequenas comunidades rurais, acredita-se que lançar mão dos instrumentos disponibilizados pela sistêmica familiar pode significar ao menos uma compreensão mais profunda desse fenômeno, que, no futuro, poderá resultar na extinção ou na completa modificação de um sistema de produção, de uma relação de trabalho específica e pertencente ao nosso país.

7. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. **Agricultura familiar e Sucessão Profissional: Novos /Desafios**. Brasília: NEAD/MDA, 2001.
- ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.
- ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, n. 2, abr./maio/jun., 2011.
- ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 375-390, jun. 2015.
- AMARAL, V. L. **Psicologia da educação**. Natal-RN: EDUFRN, 2007.
- BESSA, C. O.; COSTA, C. A.; TORRES, M. S. O segredo e sua força transgeracional em uma família. **Psicologia.pt**, Portugal, 2016.
- BOWEN, Murray. **De la familia al individuo: la diferenciación del si em mismo em el sistema familiar**. Buenos Aires: Paidós, 1991.
- BRUMER, A. A Problemática dos Jovens Rurais na Pós-modernidade. In: **Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural**, VII, 20-24 de novembro de 2006. Quito, Equador. Anais...
- CALDANA, R. H. L. A criança e sua educação no início do século: autoridade, limites e cotidiano. **Temas em Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 87-103, 1998.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. IPEA, Texto para Discussão nº 621, 1999.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (orgs.). **Mundo rural e política**. Ensaio Interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad X, 1998.
- CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CARVALHAL, P. N. M.; SILVA, C. P. F. Terapia familiar sistêmica: uma breve introdução ao tema. **Psicologia.pt**, Portugal, 2011.
- CASAGRANDE, A. E.; SOUZA, E. B. C. O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n. 1, p. 2 – 27, jan./jun. 2012.
- CASTRO, E. G. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latino-americana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, n. 7, v. 1, p. 179-208, 2009.
- CASTRO, E. G. et al. **Os jovens estão indo embora? A juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X., Seropédica, EDUR, 2009.
- CERQUEIRA, C. A.; GIVISIEZ, G. H. N. Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira. In: Eduardo Luiz G. Rios-Neto; Juliana de Lucena Ruas-Riani. (Org.). **Introdução à demografia da educação**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004.

COSTA JÚNIOR, H. P. **Estudo da participação e permanência dos Jovens na agricultura familiar na localidade do ancorado em Rosário da Limeira – MG.** Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade). Centro Universitário de Caratinga. Caratinga: UNEC, 2007.

DALCIN, D.; TROIAN, A. Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. In: **I Seminário Nacional Sociologia & Política** (“Sociedade e Política em Tempos de Incerteza”), UFPR (2009).

ERIKSON, E. H. **Identity:** Youth and crisi. New York: Norton, 1968

FOGUESATTO, C. R. et al. A sucessão geracional na agricultura familiar sob a óptica dos jovens migrantes. In: **7º Encontro de Economia Gaúcha**, Porto Alegre, 15 a 16 de maio de 2014.

FONSECA, W. L. Causas e consequências do êxodo rural no nordeste brasileiro. **Nucleus**, v. 12, n. 1, abr. 2015.

FREITAS, C. G. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul.** Acre/ César Gomes de Freitas. Campo Grande, MS: [s.n.], 2008.

GOMES, A. M. A. Psicologia comunitária: uma abordagem conceitual. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 1, n. 2, p. 71-79, 1999.

GUIMARÃES, N. V. **Autoridade e autonomia em tempos líquidos:** a teoria sistêmica na contemporaneidade. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2014.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo da população, 2000. Disponível em: [http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 22 abr. 2018.

KERR, M. E. Chronic anxiety and defining self. **The Atlantic Monthly**, n. 9, p. 35-58, 1988.

LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2011.

LE BOURLEGAT, C. A. Ordem local como força interna de desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações.** Campo Grande, v. 01, n. 01, p. 13-20, set. 2000.

LEITE, et al. A formação em Psicologia para a atuação. In: **Psicologia e contextos rurais.** Natal: UFRN, 2013.

LIMA, S. M. V. et al. **Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil:** Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural. Brasília: MDA, 2013.

LOPES, L. G. R.; CARVALHO, D. B. Juventude assentada e a identidade vinculada com a terra. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, 2017.

MAJOR et al. Inventário de diferenciação do Self. In: **Avaliação familiar:** funcionamento e intervenção. RELVAS, A. P.; MAJOR, S. Portugal: Universidade de Coimbra, 2014.

MARTINS, A. M. et al. A formação em Psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. **Psicol. Ensino & Form.** Brasília, v. 1, n. 1, p. 83-98, abr. 2010.

MARTINS, E. M. A.; RABINOVICH, E. P.; SILVA, C. N. Família e o processo de diferenciação na perspectiva de Murray Bowen: um estudo de caso. **Psicol.** USP,

São Paulo, v. 19, n. 2, p. 181-197, June, 2008.

MASSENA, F. S. **Condições de sustentabilidade ambiental de comunidades rurais em área de proteção ambiental: o caso do Retiro e da Tibina, Ilhéus, Bahia**: UESC, 2015. 171 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2015.

MINUCHIN, S.; FISHMAN, H. C. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NEVES, C. D. **Diferenciação do Self: diferenças entre pais e filhos adolescentes e relação com o ambiente familiar**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Lisboa. Mestrado Integrado em Psicologia, 2011.

PAPALIA, D.E. **Desenvolvimento humano**/ Diane E. Papalia, Sally Wendkos Olds, Ruth Duskin Feldman; tradução: Carla Vercesi. 10ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007.

SANTOS, M. J.; SILVA, B. B.; OLIVEIRA, E. M. Analogia entre desmatamento e êxodo rural no nordeste do Brasil. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 8, n. 1, p. 1-14, 2009.

SCARPARO, H. B. K; GUARESCHI, N. M. F. Psicologia social comunitária. **Psicologia Social**. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 100-108, 2007.

SCHNEIDER, I. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. **Indicadores Econômicos**. Porto Alegre: FEE, v. 2, n. 4, p. 259-268, 1994.

SILVESTRO, M. L. et al. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri, 2001.

SPINELLI JUNIOR, V. Bauman e a impossibilidade da comunidade. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais – CAOS**. n. 11., p. 01-13., Out. 2006. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n11/01.pdf>>. Acesso: 09 de mar. 2018.

STEINBERG, L.; MORRIS, A. S. Adolescent development. **Annual Review of Psychology**. n. 52, p. 83-110, 2001.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 346 p., 2006.

TAVARES, R. C. O sentimento de pertencimento social como um direito universal. **Cad. de Pesq. Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 15, n. 106, p. 179-201, jan./jun., 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VANDERLINDE, T. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos Agricultores no sul do Brasil. **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 10, p. 49-60, 2005.

V&S Consultores S/A. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada**. Diagnóstico Ambiental. V. 1. Ilhéus, Bahia, 1996.

WAGNER et al. A comunicação em famílias com filhos adolescentes.

Psicologia em Estudo, n. 7, v. 1, p. 75-80, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WEBER, M. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2005.

WEISHEIMER, N. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. **Desidades**, n.1, dez, 2013.

WELTI, C. **Programa latino americano de actividades em población**. Santiago-Chile: CELADE, 1997.



AS DIMENSÕES DA CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE NO RIO GRANDE DO SUL¹

The dimensions of agrobiodiversity conservation in Rio Grande do Sul

Viviane Camejo Pereira²
Fábio Kessler Dal Soglio³

RESUMO

O objetivo do presente artigo é demonstrar os diversos fatores envolvidos na conservação da agrobiodiversidade das sementes crioulas pelos agricultores para além de perspectivas que ressaltam apenas os fatores biológicos desse processo. As práticas de conservação realizadas pelos agricultores são consideradas sociais e envolvem práticas de manutenção das sementes, incluindo as formas de organização desses agricultores. A pesquisa envolveu casos-tipo em dois municípios do Rio Grande do Sul, Brasil: três casos em um município da região central e outros quatro da região norte do estado. Foi possível categorizar as práticas sociais de conservação em diferentes dimensões: socioecológica, socioeconômica e política, cultural e ética. A conservação das sementes crioulas realizada pelos agricultores é complexa, envolvendo análises interdisciplinares e um olhar multidimensional. Sugere-se que é importante que os diversos elementos trazidos nas dimensões sejam levados em consideração na criação de políticas públicas em agroecologia, reconhecendo o protagonismo dos guardiões de sementes crioulas e contribuindo, assim, para o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: biodiversidade; agroecologia; guardiões de sementes crioulas; análise multidimensional.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present the various factors involved in the conservation of landraces agrobiodiversity by farmers, as well as perspectives that highlight only the biological factors of this process. Conservation practices carried out by farmers are social

¹ Este artigo tem como base o estudo de Pereira (2017). Algumas das reflexões foram publicadas nas Memórias do VII Congresso Latinoamericano de Agroecología, realizado em Guayaquil, em 2018.

² Doutora e mestra em Desenvolvimento Rural. Bióloga. Professora na Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: vivianecamejop@gmail.com

³ Ph.D em Fitopatologia. Mestre em Fitotecnia. Engenheiro Agrônomo. Professor Titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: fabiods@ufrgs.br

considerations and involve seed maintenance practices, including farmers' forms of organization. The research involved case studies in two municipalities of Rio Grande do Sul, Brazil, three cases in a municipality in the central region and four in the northern region of the state. It was possible to categorize social practices conservation in different dimensions: socioecological, socioeconomic and political, cultural and ethics. The conservation of creole seeds by farmers is complex, involving interdisciplinary analysis and a multidimensional look. It is suggested that the various elements brought into the dimensions are important to be taken into account in the creation of agroecology public policies, recognizing the role of guardians of landraces and thus contributing to sustainable rural development.

Keywords: biodiversity, agroecology; landraces guardians; multidimensional analysis.

1. INTRODUÇÃO

A busca por autonomia é uma das características de agricultores em uma condição camponesa (PLOEG, 2008). A luta por autonomia se dá em diversas esferas, sendo a coprodução – “interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva” – e a autogestão da base de recursos alguns de suas principais expressões (PLOEG, 2008, p. 40).

A conservação da agrobiodiversidade, enquanto práticas de manutenção realizadas por agricultores envolvendo aspectos técnicos e também sociais, é um aspecto essencial para a autossuficiência produtiva e alimentar. No Rio Grande do Sul, a conservação das sementes crioulas se configura como uma das expressões da busca por autonomia de guardiões de sementes crioulas, envolvendo dimensões como a produtiva, a econômica e a alimentar

(CASSOL, 2013; KAUFMANN, 2014; OLANDA, 2015; PEREIRA, 2017; SILVA, 2017).

Ainda que a Revolução Verde tenha proporcionado diversos incentivos para a substituição de formas tradicionais de fazer agricultura, como, por exemplo, para a substituição de sementes crioulas por sementes comerciais, muitos agricultores continuaram mantendo suas sementes crioulas ou, em alguns casos, resgatando variedades perdidas. Dessa forma, apesar de em condições estruturais adversas e em meio a tentativas de homogeneização cultural ou produtiva, muitos agricultores familiares e camponeses desenvolvem ou mantêm projetos de vida e práticas heterogêneas (LONG, 2007).

A prática da conservação da agrobiodiversidade é uma das

características da condição camponesa, já que a reprodução social depende da coprodução com a natureza (PLOEG, 2008). A coprodução com a natureza envolveria formas de conservação ambiental em um agroecossistema, e essas formas de conservação se relacionam com as práticas de manejo dos agricultores envolvendo a *praxis* (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008) e o processo denominado por Toledo (2013) e Toledo, Alarcón-Chaires e Barón (1999) como a apropriação da natureza¹. A apropriação da natureza é orientada por um *corpus* de conhecimento camponês que é expresso nos saberes imersos na cultura e nas crenças, o *kosmos*, nos usos e nos costumes da família e da comunidade (TOLEDO, 1991, TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008).

Os agricultores familiares e camponeses que se dedicam à conservação das sementes crioulas, em algumas regiões, acabam tendo reconhecimento público por essa atividade, sendo chamados de guardiões² de sementes crioulas. De acordo com

Bevilaqua *et al.* (2014, p. 104), os guardiões “[...] são agricultores que possuem sementes crioulas de diferentes espécies e que as mantêm por processo de multiplicação através do tempo, com ou sem seleção artificial”. Pode haver guardiões de sementes com as mais diversas características, mas se tratam, geralmente, de agricultores que, muitas vezes, em um primeiro momento, não se reconhecem como “guardiões”, já que a conservação das sementes crioulas faz parte do seu dia a dia, não sendo uma tarefa à parte da sua vida cotidiana. Esses agricultores acabam recebendo essa denominação a partir de um reconhecimento público de atores sociais, como extensionistas rurais, técnicos, agentes de desenvolvimento rural, pesquisadores e estudantes de universidades e/ou outros atores ligados a organizações da sociedade civil. Em outros casos, são pessoas que não tinham a prática da conservação das sementes crioulas, mas que, ao se envolverem com guardiões, acabam interessando-se pelo resgate e pela manutenção das sementes crioulas.

¹ Para Toledo, Alarcón-Chaires e Barón (1999), a apropriação da natureza realizada pelos agricultores está relacionada à internalização de elementos ou serviços naturais ao organismo social.

²Por guardiões, entendem-se agricultores guardiões e agricultoras guardiãs.

Apesar das diversas interpretações acadêmicas sobre o que sejam, as variedades de sementes crioulas são selecionadas e mantidas pelos agricultores, diferenciando-se, assim, das sementes de variedades comerciais. As sementes crioulas podem ser conhecidas, também, como tradicionais e/ou nativas, podendo ser conceituadas de forma diferente quanto ao ponto de vista agrônomo, normativo ou político – esse último protagonizado pelos movimentos sociais.

Para Camacho-Villa *et al.* (2005), as sementes crioulas são altamente diversas geneticamente, mas podem ser reconhecidas por traços comuns compartilhados: “[...] origem histórica, alta diversidade genética, adaptação genética local, identidade reconhecível, falta de melhoramento genético formal [...]”³ (CAMACHO-VILLA *et al.*, 2005, p. 1). Essas características distinguem essas sementes das variedades comerciais, e os nomes das variedades crioulas podem ser determinados por fatores como o uso e a sua origem. Além disso, as sementes crioulas podem ser reconhecidas por diferentes nomes em diferentes países ou

comunidades (CAMACHO-VILLA *et al.*, 2005), e variadas são as formas de manejo e os sistemas produtivos em que elas estão inseridas.

Neste artigo, as sementes (de variedades ou cultivares) crioulas, do ponto de vista agrônomo e da prática cotidiana dos agricultores, são consideradas material de reprodução vegetal de qualquer cultivar, proveniente de reprodução sexuada ou assexuada, resgatado, mantido e selecionado, de uso e posse de agricultores familiares e camponeses. Muitos agricultores observam que o manejo das sementes crioulas ano após ano resulta em uma maior adaptação dessas às condições climáticas, ambientais e dos solos do local onde são semeadas. As sementes crioulas, em alguns casos de guardiões, acabam tornando-se o carro-chefe em processos de sensibilização de agricultores para conservação da agrobiodiversidade e catalisadoras para a organização e para a formação de redes entre os próprios agricultores e entre eles e atores sociais externos.

De acordo com Machado, Santilli e Magalhães (2008), a agrobiodiversidade faz parte da

³ Tradução nossa de “historical origin, high genetic diversity, local genetic

adaptation, recognizable identity, lack of formal genetic improvement” (CAMACHO-VILLA *et al.*, 2005, p.1).

biodiversidade, envolvendo aspectos biológicos e também a dimensão humana. Para os autores, a intervenção humana é essencial para a compreensão da agrobiodiversidade, em que se incluem “as diferentes práticas de manejo dos agroecossistemas, os saberes e os conhecimentos agrícolas tradicionais, relacionados com o uso culinário, em festividades, em cerimônias religiosas, etc.” (MACHADO; SANTILLI; MAGALHÃES, 2008, p. 28).

O processo de resgate, a manutenção, o manejo, os usos e o compartilhamento das variedades crioulas realizadas pelos agricultores são considerados, neste estudo, processos de conservação das sementes crioulas. A organização dos agricultores em associações de guardiões de sementes crioulas, as feiras de trocas de sementes, a formação de redes com outros atores a fim de fortalecer a atividade e a reivindicação de espaços, o manejo sustentável do agroecossistema, os projetos e iniciativas de valorização da agrobiodiversidade fariam parte, então, das práticas sociais de conservação das sementes crioulas.

A prática da conservação das variedades crioulas se configura como a expressão de uma heterogeneidade, ou

seja, como reações não homogêneas de agricultores que, embora em muitos casos tenham aderido às tecnologias modernas, empreendem processos de resistência cotidiana ao manterem suas sementes crioulas. O objetivo geral deste estudo realizado na área do desenvolvimento rural foi compreender como os agricultores realizam a conservação das variedades crioulas, que práticas estavam envolvidas e como elas se relacionavam com outros elementos, além dos aspectos biológicos, para a conservação. Para responder os questionamentos da pesquisa, mobilizou-se a perspectiva orientada ao ator (LONG, 2007) e a ideia de prática social (RECKWITZ, 2002) auxiliada pela abordagem etnoecológica a partir dos termos *praxis*, *kosmos* e *corpus* de conhecimento camponês (TOLEDO, 1991; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008) para compreensão das práticas dos agricultores guardiões de sementes crioulas.

As práticas sociais são compartilhadas pelos atores sociais que possuem objetivos comuns, como a manutenção das sementes crioulas. Essas práticas podem estar relacionadas a atividades técnicas e também ao âmbito da organização coletiva. A conservação das variedades crioulas,

neste estudo, envolveu o conjunto de práticas que culminam na manutenção da existência das sementes crioulas: a organização dos agricultores, o resgate das variedades, as práticas de manejo, a produção e a multiplicação, a conservação pelo uso, as formas de compartilhamento e a promoção. Essas práticas puderam ser organizadas em

dimensões como forma de orientar análises que contribuam para a construção de políticas públicas. Neste artigo, são apresentadas as diferentes dimensões da conservação das sementes, importantes para o planejamento e para a execução de políticas públicas, de modo que sejam eficazes para a conservação da agrobiodiversidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Perspectiva orientada ao ator

A perspectiva orientada ao ator (POA) pode ser considerada uma abordagem pós-estruturalista construtivista (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ; PEREIRA; DAL SOGLIO, 2015) sob a qual se entende que os atores sejam capazes de expressar-se e de tomar decisões e atitudes a fim de resolver seus próprios problemas, não sendo apenas meros reprodutores da estrutura, mas respondendo a ela por meio de práticas heterogêneas. Para Long (2007, p. 43):

“Una ventaja del enfoque centrado en el actor es que se empieza con el interés de explicar las respuestas diferenciales a circunstancias estructurales similares, aun cuando las condiciones parezcan más o menos homogéneas”.

As mudanças estruturais são influenciadas por grandes questões que podem ser analisadas a partir de uma abordagem macrosociológica, mas também decorrem da capacidade dos atores de enfrentar as condições externas e desenvolver suas próprias estratégias. Dessa forma, a capacidade de ação dos indivíduos pode ser compreendida pela sua agência, que está condicionada à possibilidade de fazer a diferença a partir da organização das suas capacidades, para além do processo cognitivo, da persuasão ou do carisma (LONG; PLOEG, 2011). A noção de agência humana pressupõe que os indivíduos e grupos sociais são “*‘capaces para conocer’ y ‘háviles para hacer’*, dentro de los límites de información y recursos que tienen y las incertidumbres que encaran [...]” (LONG, 2007, p. 63). A

agência, de acordo com Long e Ploeg (2011) e Long (2007), é a capacidade do ator enquanto indivíduo para responder a condições externas a partir do processamento de sua experiência social, desenvolvendo formas de lidar com a vida, ainda que em meio a formas de coerção.

A abordagem da POA é interessante nos estudos sobre desenvolvimento rural, pois permite analisar as heterogeneidades dos atores em suas respostas às dinâmicas das estruturas. Neste estudo, a contribuição da POA foi teórica, a partir da mobilização de conceitos, oferecendo elementos para análise e interpretação dos casos empíricos e, também, metodológicos, no acompanhamento dos atores, para compreender seu ponto de vista (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ; PEREIRA; DAL SOGLIO, 2015).

O problema de pesquisa foi construído junto aos atores sociais e a partir deles. Para o processo de construção do problema, foram observadas diversas reuniões e realizadas visitas aos atores sociais, assim como a feiras de trocas de sementes crioulas. Na POA, são utilizados procedimentos como a observação participante no âmbito da abordagem etnográfica. Sobre conceitos mobilizados, foram utilizadas a agência

dos atores e as noções de autonomia e resistência camponesa.

O conhecimento na POA é um elemento de destaque, pois está relacionado à capacidade dos agricultores, a partir dos recursos disponíveis e do que conseguem mobilizar com seus conhecimentos, de dar sentido a questões sociotécnicas, elaborando suas próprias soluções para seus problemas (STUIVER; LEEUWIS; PLOEG, 2004).

Os agricultores podem organizar-se de forma individual ou coletiva frente à intervenção do governo e de instituições (LONG, 2007). No processo organizativo, desenvolvem mecanismos individuais que, somados ao coletivo, reduzem a vulnerabilidade e aumentam a capacidade de resiliência frente a fatores externos à unidade produtiva. Esses mecanismos são desenvolvidos a partir do poder de agência desses atores, que, no rural, relacionam-se com a abordagem de Ploeg (2008) na busca pela autonomia e em processos de resistência camponesa. Na próxima seção, será trazida a noção de prática social, que adquire diferentes significados de acordo com o campo do conhecimento que a analisa, mas que, sob a POA, alcança protagonismo para a análise das práticas dos atores sociais.

2.2 Prática social: a prática no cotidiano entre as ações e a transmissão das normas de vida

Para Reckwitz (2002), a prática social é analisada por distintas vertentes filosóficas e sociológicas possivelmente sucessoras da teoria da ação de Weber. Entre as diferentes abordagens, há, em comum, as análises sobre as práticas cotidianas. A prática social como unidade de análise e como conceito surge a partir da busca nas estruturas simbólicas de sentido pela explicação e pela compreensão da ação. As práticas sociais, mais do que ações, são relações que as pessoas e os grupos mantêm entre si com o intuito de transmitir as normas da vida para a garantia da sobrevivência (SILVA, 2004). As práticas tradicionais entre os membros de um grupo, por exemplo, são transmitidas em práticas sociais – sobre esses grupos, pode-se dar como exemplo a família (SILVA, 2004). Uma prática é considerada social quando se coloca como forma de comportamento e compreensão que surge em distintos locais, realizada por diferentes corpos e mentes e em diferentes momentos (RECKWITZ, 2002).

As “práticas sociais podem ser entendidas como procedimentos, métodos e técnicas executados apropriadamente pelos agentes sociais,

mas não necessariamente vinculadas a motivos claros para o agente” (ALMEIDA; WANDERLEY, 2014, p. 6). Essas práticas podem ser oriundas de um saber-fazer em que nem mesmo os próprios atores realizam de forma totalmente consciente. Segundo Cohen (1999), as práticas sociais estão relacionadas à capacidade de intervenção e, de certa forma, fazem a diferença para a continuidade e para o resultado das atividades sociais que envolvem um grande número de relações entre práticas desenvolvidas.

O conhecimento imerso nas práticas fez parte das análises de Toledo (1991, 1993) e de Long (2007) a partir de diferentes perspectivas teóricas. Ambos os autores tentaram demonstrar a complexidade das interfaces que constituem o conhecimento, mas Toledo analisa profundamente os conhecimentos camponeses imersos na *praxis*, orientados por um *kosmos* – sistema de crenças dos camponeses. Long e outros autores, ao analisarem o conhecimento sob a POA, focaram na dinâmica do conhecimento, em como ele é construído, compartilhado entre os atores nas diferentes arenas, em como esse conhecimento constitui a agência e as práticas heterogêneas.

Na próxima seção, a etnoecologia é apresentada como um arcabouço teórico-metodológico interessante para análise dos atores sociais agricultores familiares e camponeses em sua relação com a natureza a partir das práticas.

2.3 Etnoecologia: um olhar sobre a *praxis*, o *kosmos* e o *corpus* de conhecimento camponês

O complexo k-c-p (*kosmos*, *corpus*, *praxis*), neste estudo, orientou a análise sobre a relação dos agricultores com as sementes e a agrobiodiversidade. A *praxis* – prática envolvida na manutenção das sementes crioulas pelos guardiões – está relacionada a sua própria forma de pensar e entender o mundo, que tem relação com as normas da vida social que são compartilhadas entre os indivíduos de uma família e entre as famílias na comunidade. A condição camponesa de alguns agricultores familiares denotaria certos elementos que remeteriam a uma racionalidade específica apresentada por Toledo (1991).

Essa racionalidade não quer dizer que todos os grupos se comportam ou pensam e agem da mesma forma, mas que há certos elementos que são transversais na convivência com a natureza no processo produtivo – o que

Ploeg (2008) tratou como coprodução ser humano/natureza. O manejo da natureza está relacionado ao *corpus* de conhecimento dos agricultores. Os conhecimentos locais são construídos cotidianamente, a partir da experiência prática cotidiana, das aprendizagens dos erros e dos acertos. Esses conhecimentos são dinâmicos e resultam de diversos processos. Em alguns casos, o resgate de algumas variedades de sementes crioulas pode ser recente e, além disso, embebido de conhecimentos técnico-científicos construídos a partir da relação com extensionistas rurais e pesquisadores.

Os saberes construídos a partir da experiência vivida em conexão com diversas formas de conhecimentos orientam as práticas, e as práticas internalizadas e compartilhadas podem construir outros novos conhecimentos. A relação dos agricultores familiares e camponeses e os elementos que compõem o agroecossistema fazem parte do *corpus* de conhecimento desses agricultores que orienta um conjunto das práticas produtivas imersas em uma *praxis* (TOLEDO, 1991, 1993; BARRERA-BASSOLS, 2008).

Acredita-se que, independentemente de como foi construído, a consolidação ou não desse conhecimento por meio das práticas

sociais sofre a influência da visão de mundo pelas crenças compartilhadas entre os agricultores – o *kosmos* (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008). Apesar da diferenciação dos

termos, a análise não pretende ser reducionista; pelo contrário, analisam-se as partes e a relação entre elas para poder compreender o todo.

3 METODOLOGIA

A construção do problema de pesquisa envolveu a imersão na temática que teve início antes do trabalho de campo. Foram realizadas visitas a experiências de guardiões de sementes crioulas em diversas regiões do estado do RS – algumas organizadas em coletivos, outras individuais. Além disso, foi realizada revisão bibliográfica sobre o tema das sementes crioulas e visitas a feiras de trocas de sementes crioulas.

O estudo foi realizado no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, com análise de casos-tipo representativos (HERNÁNDEZ-SAMPIERI; FERNÁNDEZ-COLLADO; BAPTISTA-LUCIO, 2006) de guardiões de sementes crioulas organizados em associações de guardiões: três casos em um município da região central do estado

e quatro casos em outro município da região norte do estado.

A abordagem consistiu em seguir os atores em atividades cotidianas produtivas e em espaços de decisão, como reuniões e feiras de trocas de sementes crioulas. Além disso, buscou-se compreender o ponto de vista dos atores, principalmente os agricultores, em torno do processo de conservação das sementes crioulas. Foram utilizadas ferramentas como observação participante, entrevistas semiestruturadas, quando necessário para esclarecer algum elemento não esclarecido na observação e na interação com os agricultores, e anotações em diário de campo. Como ferramentas auxiliares, foi utilizada uma metodologia com imagem e mapa da propriedade.

4. A CONSERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS

De acordo com Diegues (2000), os estudos sobre conservação da

biodiversidade no Brasil têm como base teórica os pressupostos da biologia da

conservação, que surge nos anos 1980, aliada à ideia preservacionista. Porém, no caso da conservação da agrobiodiversidade, necessariamente, a manutenção da biodiversidade depende do manejo humano, em uma perspectiva de conservação pelo uso, atrelada à importância da agrobiodiversidade para as atividades humanas.

No âmbito da conservação das sementes crioulas, os agricultores guardiões desempenham um papel importante na manutenção da diversidade genética dessas sementes por meio da estratégia de conservação *in situ on farm* (PROCISUR, 2010). Nesse tipo de conservação, os agricultores guardiões de sementes crioulas mantêm a reprodução das sementes na unidade de produção sob as condições edafoclimáticas locais. No referido estudo, as práticas dos guardiões de sementes crioulas que favorecem a manutenção de uma diversidade biológica no agroecossistema vão além do armazenamento da semente, que seria um dos elementos no âmbito da conservação.

De acordo com Barbault (2006, p. 397), é preciso “[...] levar em conta que o homem não pode mais se limitar ao simples reconhecimento de sua capacidade de gestão ou de degradação.

Deve-se ampliar ao conjunto de suas dimensões”. A partir de Barbault (2006), uma moderna biologia da conservação necessitaria dialogar com outros conhecimentos para além da ecologia, envolvendo dimensões de cunho social, cultural e econômico, assim como deveria agregar outros conhecimentos de diferentes disciplinas, como geografia, antropologia, sociologia e economia, em uma perspectiva interdisciplinar. Tratar o ser humano como “gestor” ou “potencial degradador” remete à representação do ser humano agindo “sobre”, e não “com” a natureza. No que tange às práticas de diversos agricultores familiares e camponeses, a relação que muitos desses desenvolvem com a agrobiodiversidade vai além da ideia de uma capacidade de gestão ou de degradação. Na agricultura familiar e camponesa, ser humano e natureza estão em constante coprodução e coevolução (PLOEG, 2008).

Para Toledo (1993, p. 215) “[...] *la autosuficiencia campesina, que está ampliamente basada en una simbiosis permanente con los recursos locales naturales, constituye el punto de partida para un desarrollo alternativo ecológicamente relevante.*”. Isso nos faz pensar que, no âmbito da conservação da agrobiodiversidade, em que o

componente humano é imprescindível, deve-se atentar para as especificidades das relações que determinados grupos humanos no rural estabelecem com o ambiente. Para muitos agricultores, a biodiversidade faz parte do seu cotidiano, e as relações que estabelecem com ela possuem múltiplos sentidos – nesses casos, a agrobiodiversidade é necessária como o meio de vida de agricultores familiares e camponeses, em especial os guardiões de sementes crioulas.

No estudo, para os agricultores, conservar remete a existir e a manter. A partir disso, são envolvidas as atividades que permitem a existência das sementes entre os agricultores, e as maneiras de manutenção dar-se-iam por meio de atividades práticas cotidianas. O fluxo envolvido nas práticas de conservação das sementes crioulas pelos agricultores guardiões envolve: organização dos agricultores, resgate, práticas de manejo, produção-multiplicação, usos e compartilhamento - divulgação, elementos que sintetizam a prática conservacionista da agrobiodiversidade por parte dos guardiões.

A importância da manutenção das sementes crioulas esteve relacionada à autonomia, à não necessidade de comprar sementes, à manutenção das variedades crioulas dos agricultores e à

alimentação dos animais. Durante o trabalho de campo com algumas famílias, também se observou a importância simbólica, pois as sementes crioulas, em alguns casos, remetem à convivência familiar e/ou comunitária. Segundo os agricultores, algumas práticas de manejo são compartilhadas entre os membros de uma mesma família, outras são práticas que foram apreendidas com a extensão rural, com técnicos e pesquisadores. Assim, constatou-se a importância das sementes crioulas para as relações sociais e para a construção e para o compartilhamento de conhecimentos e práticas.

O cuidado com as sementes também desperta nos guardiões e nas pessoas que se dedicam a promover a conservação das sementes crioulas preocupações inerentes à importância do papel do guardião, da continuidade da atividade e das sementes crioulas.

4.1 As dimensões da conservação das sementes crioulas

A análise de que a conservação das sementes crioulas é composta por dimensões, ou seja, que são importantes, diferentes e complementares fatores, como o social, o cultural e o ambiental, demonstra que a conservação da agrobiodiversidade é complexa. A

conservação das sementes crioulas, no âmbito das práticas dos agricultores, vai além do foco nos aspectos biológicos.

A proposta de categorização se deu a partir das análises das práticas sociais dos agricultores, as quais foram compreendidas como importantes para a conservação das sementes crioulas. A conservação se constitui como um conjunto de elementos práticos e reflexivos que, para melhor análise dessas relações, foram categorizados em dimensões. Na prática social cotidiana, nem sempre é possível organizar as práticas dessa forma, já que elas estão relacionadas e incorporadas umas nas outras.

A conservação das sementes crioulas vista como prática social no referido estudo pôde ser categorizada nas seguintes dimensões:

- a) socioecológica: relacionada ao *corpus* de conhecimento em torno da agrobiodiversidade, das práticas técnicas sobre o manejo e a apropriação da natureza;
- b) socioeconômica e política: relacionada a aspectos que constituem a agricultura familiar

camponesa, como a autonomia e a resistência camponesa;

- c) cultural: orientada pelas percepções dos agricultores sobre a semente crioula, seu valor pelo uso na alimentação e na vida cotidiana, o uso estético (ornamentação) e o *kosmos* imerso na cultura e que orienta o *corpus* de conhecimento e a *praxis* camponesa.

O termo “socioecológico” é usado na obra de Berkes e Folke (1998)¹⁵ e por García-Frapolli e Toledo (2008) para tratar a sustentabilidade como elemento importante para a resiliência dos sistemas socioecológicos, ou seja, quando as “[...] *actividades humanas se ajustan a las características y dinámicas de los ecosistemas*” (SALAS-ZAPATA; RÍOS-OSORIO; ÁLVAREZ-DEL CASTILLO, 2012, p. 75). Assim, o termo é adequado para tratar da agrobiodiversidade e sua relação com as práticas dos agricultores.

A dimensão socioeconômica e política remete ao olhar sobre o autoconsumo, à autonomia e à resistência camponesa, que se

¹⁵ BERKES, F.; FOLKE, C. (Org.). **Linking Social and Ecological Systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building**

Resilience. Cambridge University Press, New York, 1998.

relacionam, também, com caráter o político e econômico na medida em que a organização dos agricultores contribui para o acesso a projetos e às sementes crioulas – a autonomia proporciona melhor aproveitamento dos recursos da propriedade. A organização em associações e a vida em comunidade também são aspectos políticos, mas, no momento em que os agricultores se organizam com perspectivas de acessar recursos a partir de projetos, o que, muitas vezes, enquanto indivíduos, talvez não conseguissem fazer, também podem ser aspectos socioeconômicos. A essa dimensão, também se pode agregar o acesso a políticas públicas nas esferas nacional, regional ou local que favoreçam a conservação da agrobiodiversidade.

Na dimensão cultural, são envolvidos aspectos sobre as práticas compartilhadas, o valor estético que os agricultores atribuem às sementes crioulas no artesanato, por suas variadas formas e cores, e a visão de mundo, que pode estar relacionada a uma construção cultural familiar e comunitária influenciada por fatores como a religiosidade e a reciprocidade. Esses elementos também influenciam a ética que permeia a relação dos agricultores com a agrobiodiversidade e que, neste estudo, relaciona-se com a dimensão

cultural e se refere à dimensão ética da sustentabilidade na agricultura e da solidariedade entre as gerações (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

A ética dos guardiões de sementes crioulas, portanto, também é permeada pelo cuidado com as sementes, pela solidariedade e pela reciprocidade. Na análise dessa dimensão, foram envolvidos os aspectos que remetem a referências dos agricultores sobre a importância do que é antigo, ainda que alguns agricultores tivessem obtido o reconhecimento como guardiões recentemente; a reciprocidade, envolvendo práticas de retribuição com a geração atual e com a natureza; o futuro, com a análise das perspectivas futuras sobre a conservação das sementes crioulas e sobre a manutenção das famílias no rural, na sucessão rural, entre outros.

A reciprocidade é um elemento importante na conservação das sementes crioulas realizada pelos agricultores. De acordo com Sabourin (2012), no Brasil, as relações sociais e econômicas não são constituídas apenas a partir da troca mercantil; há relações de reciprocidade que se constituem a partir de outras lógicas.

Foi possível observar a importância da reciprocidade nas relações com os familiares, com os

vizinhos na comunidade, na associação, com as pessoas que os visitam e também com a natureza, com a agrobiodiversidade. Essa reciprocidade alimenta certo sentido ético que orienta as demais dimensões envolvidas na conservação, como a solidariedade nos momentos de troca de sementes, no que tange à memória dos antepassados, e na preocupação em manter as sementes crioulas para as gerações futuras.

Na dimensão socioecológica, podem ser incluídos os aspectos relacionados à agrobiodiversidade, com análises sobre a paisagem, a biodiversidade e fatores edafoclimáticos. As práticas analisadas a partir do *corpus* de conhecimento, a *praxis* e suas expressões técnicas, também abarcam aspectos socioecológicos, como as práticas de manejo e conservação pelo uso.

Na dimensão socioeconômica e política, incluem-se as análises sobre a construção da autonomia e da resistência camponesa envolvendo o autoconsumo alimentar, a autonomia e a resistência na produção e a autonomia e a resistência na organização. No aspecto sobre a organização, a vida em comunidade e o empoderamento dos agricultores, analisou-se o envolvimento com organizações sociais, como sindicatos, associações, cooperativas e outros no

que tange ao acesso às políticas públicas. Sugere-se também, para futuros estudos, análises sobre as percepções dos agricultores e o acesso às políticas públicas que estimulam e/ou favorecem a manutenção da agrobiodiversidade.

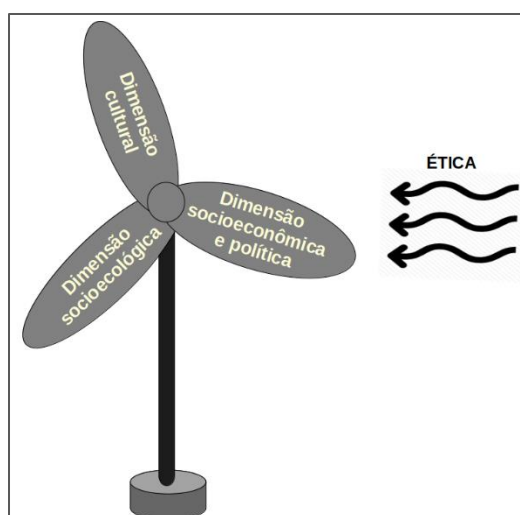
Na dimensão cultural, foram categorizados os aspectos envolvidos, como as percepções dos agricultores sobre as sementes crioulas, com foco em como elas são identificadas por eles; o mundo das crenças, envolvendo a análise sobre a visão dos agricultores sobre a relação com natureza; e, por fim, o valor estético da agrobiodiversidade, manifestado nos fatores que fazem com que as sementes sejam utilizadas na ornamentação.

As dimensões e os aspectos analisados não são estáticos; pelo contrário, são dinâmicos e podem ser adaptados a cada realidade local, assim como ao foco de cada estudo. A partir da categorização em dimensões dos elementos que circundam a conservação das sementes crioulas, pode-se observar que a temática das sementes crioulas envolve outros aspectos e temporalidades da vida social de seus guardiões. Não se trabalha apenas com a perspectiva presente, mas com valores éticos de resgate do passado e com a preocupação com o futuro.

Na tentativa didática de ilustrar a importância das dimensões da conservação das sementes crioulas para manutenção da agrobiodiversidade, apresentamos ao leitor a ideia de um cata-vento, em que o eixo central representa a conservação das sementes crioulas, e cada uma das hélices representa uma das dimensões da sua

conservação. Todas as dimensões, juntas, em movimento, fazem o cata-vento da conservação das sementes crioulas funcionar. A ética é o “vento” que orienta o sentido do funcionamento das hélices, cujo movimento também pode produzir energia, que é a manutenção da agrobiodiversidade (Figura 1).

Figura 1 – Representação de um cata-vento com as dimensões da conservação das variedades crioulas como prática social



Fonte: Adaptado de Pereira (2017, p. 177) e Pereira e Dal Soglio (2019, p. 399).

Infere-se, a partir do estudo, que a satisfação da vida no campo pode estar relacionada à reciprocidade com a natureza, com as gerações passadas, presentes e futuras, e também com níveis de agrobiodiversidade que, por sua vez, alimentam diversos aspectos da vida, desde a nutrição do corpo e a construção de artefatos até a convivência e a coletividade nas associações de guardiões de sementes crioulas.

A conservação dessas sementes realizada pelos guardiões também envolve algumas dificuldades. Dentre elas, pode-se citar: a idade avançada de alguns guardiões, o desinteresse dos jovens, a pouca disponibilidade de mão de obra para auxiliar no seu manejo e nos demais cultivos e criações, eventos climáticos, insumos caros, poucos subsídios econômicos, a necessidade de políticas públicas voltadas à valorização

das sementes crioulas e de seus guardiões e o pouco incentivo dos consumidores em demandar produtos oriundos das sementes crioulas. As feiras de trocas de sementes crioulas e as feiras de comercialização de produtos oriundos das sementes crioulas, assim como o incentivo à organização produtiva e à comercialização por meio de cooperativas, são elementos que poderiam fomentar ainda mais o interesse de agricultores e dos consumidores por esses alimentos.

A resistência dos agricultores em manter a agrobiodiversidade tem potencial de melhoria da qualidade de vida, assim como o estabelecimento de redes de apoio envolvendo diversos atores. Essa resistência se reflete nas práticas sociais, nos saberes mobilizados nas formas de uso dos recursos disponíveis na unidade de produção, dando-lhes autonomia frente a agentes externos à propriedade e resistência frente aos assédios da agricultura moderna ou convencional. A organização enquanto associações de guardiões, por sua vez, tem potencial para o alcance de maiores oportunidades para melhoria do sistema produtivo, com possibilidades de geração de renda e aprimoramento da qualidade de vida. A

conservação das sementes crioulas e da agrobiodiversidade configura-se, efetivamente, como um processo de resistência.

As ações locais em torno da conservação das sementes crioulas, como festas e feiras de trocas de sementes, estimulam os agricultores a partir da visibilidade e do reconhecimento do trabalho que realizam. Nesses espaços, há trocas de conhecimentos e as próprias feiras podem configurar-se como espaços de resistência. Feiras de comercialização e a criação de outros espaços para divulgar as sementes crioulas e seus produtos podem estimular, inclusive, agricultores que não estão envolvidos no processo a se organizar e a propor projetos – esses elementos incentivariam o desenvolvimento rural sustentável desde o local.

Os projetos de desenvolvimento rural precisam valorizar as iniciativas da extensão rural e dos agricultores que fomentam a valorização da agrobiodiversidade local, não apenas no âmbito da organização e de acesso a projetos, mas também no âmbito da conservação ambiental que esses processos podem estimular.

5. AS SEMENTES CRIOULAS NO FOMENTO A ESTILOS DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEIS

As políticas públicas devem transcender a ideia do ser humano como o agente capaz de protagonizar a “gestão ou a degradação”, como indica Barbault (2005). Nessa visão, o ser humano estaria fora da natureza, podendo intervir, ou não, conforme seu interesse, o que remete a uma natureza provedora de recursos. Porém, no caso de muitos agricultores familiares e camponeses guardiões de sementes crioulas, além de prover recursos para a agricultura, essa relação com a natureza pode ser muito mais intrínseca: os agricultores sabem que dependem da semente, e as sementes seguem sendo crioulas por estarem nas mãos desses agricultores, que as resgatam, selecionam, manejam e mantêm.

Foi possível observar que os discursos de atores que atuam junto aos agricultores, incentivando a produção orgânica e a agroecologia, provocaram a reflexão de agricultores sobre a transição para estilos de agricultura sustentáveis. A manutenção da agrobiodiversidade por meio da conservação das sementes crioulas – ou tendo-a como princípio –

estimulou muitos agricultores a refletir sobre suas práticas agrícolas, algumas convencionais, fomentando a vontade ou até mesmo iniciativas de transição das unidades de produção para a adoção de práticas agrícolas sustentáveis e agroecológicas.

Destaca-se a compreensão por parte dos guardiões adultos sobre o papel dos jovens na continuidade dos processos de conservação das sementes crioulas. O caso dos guardiões mirins no centro do estado do RS é um exemplo de como as crianças e os jovens podem ser estimulados a participar da conservação da biodiversidade local¹⁶. O papel das mulheres junto à agroecologia tem ganhado destaque nas experiências de guardiões de sementes crioulas analisadas. Durante a pesquisa de campo, havia projetos fomentados pela extensão rural e pelas próprias associações de guardiões para a organização das mulheres. Certas práticas de manejo, assim como a manutenção de certas variedades crioulas, foram percebidas como atribuições das mulheres. A valorização

¹⁶ Sobre os guardiões mirins, ver Cassol (2013).

dos jovens e mulheres na conservação das sementes crioulas poderia ser fortalecida e ainda mais potencializada por políticas públicas em agroecologia construídas desde processos endógenos

com maior valorização dos agricultores guardiões e das agriculturas guardiãs e de seu potencial na conservação ambiental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sementes crioulas, para muitos agricultores, influenciam não apenas suas práticas agrícolas, mas a forma como se relacionam com o ambiente. Para a manutenção das sementes crioulas, os agricultores, junto à extensão rural e a atores sociais envolvidos, desenvolvem e fortalecem práticas sociais de conservação da agrobiodiversidade. Os agricultores que atuam na conservação das sementes crioulas acabam assumindo um papel importante em suas comunidades a partir do reconhecimento público como guardiões e guardiãs. Segundo os agricultores, a incorporação das sementes crioulas nas suas vidas possibilita o autoconsumo das famílias e da propriedade, evita despesas com insumos externos e contribui para a sua organização e para a segurança alimentar e nutricional.

O trabalho desenvolvido pelos guardiões de sementes crioulas não é restrito ao armazenamento de sementes ou à conservação dos aspectos biológicos, que, muitas vezes, acaba

sendo a principal preocupação em pesquisas e na formulação de políticas públicas. Os agricultores empreendem lógicas próprias na conservação das sementes crioulas e, nesse sentido, talvez a compreensão dessas diversas lógicas, muitas vezes embebidas de conhecimento técnico acadêmico, e ao mesmo tempo tão próprias e impregnadas de saberes populares, seja um dos importantes desafios.

O estudo demonstrou, a partir da multidimensionalidade da conservação das sementes crioulas, que a prática dos agricultores guardiões envolve uma série de elementos. Assim, para o fomento do desenvolvimento rural local, é importante a observação de três elementos importantes: a complexidade da temática, a interdisciplinaridade envolvida e a análise multidimensional.

As políticas públicas para conservação da agrobiodiversidade precisam contemplar as especificidades do ator social guardião de sementes crioulas para estimular a atividade. Além disso, de acordo com Sabourin (2012), as

políticas públicas no âmbito da agricultura familiar precisam levar em consideração as lógicas que constituem a reciprocidade. Nesse sentido, o fomento para a organização de cooperativas e de feiras livres, assim como diferentes formas de apoio à transição agroecológica, é importante para que se alcance o desenvolvimento rural sustentável.

Entende-se a importância da valorização dos agricultores que se dedicam à manutenção da biodiversidade e que, ao a realizarem, não mantêm apenas a diversidade genética, mas, também, saberes, histórias e relações sociais importantes para o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa.

7. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. L.; WANDERLEY, L. S. O. Educação para sustentabilidade e prática social: discursos e Experiências. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE (ENGEMA), 16. Anais [...]* São Paulo, 2014. p.1-12. Disponível em: <https://www.engema.org.br/XVIENGEMA/243.pdf> Acesso em: 24 out. 2019.
- BARBAULT, R. A conservação e a gestão da biodiversidade: um desafio para a ecologia. *In: GARAY, I.; BECKER, B. K. (Org.). Dimensões humanas da biodiversidade.* Petrópolis: Vozes, 2006.
- BEVILAQUA, G. A. P., ANTUNES, I. F.; BARBIERI, R. L. SCHWENGBER, J. E.; ANJOS E SILVA, S. D.; LEITE, D. L.; CARDOSO, J. H. Agricultores guardiões de sementes crioulas e ampliação da agrobiodiversidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-118, 2014.
- CAMACHO-VILLA, T. C.; MAXTED, N.; SCHOLTEN, M.; FORD-LLOYD, B. Defining and identifying crop landraces. **Plant Genetic Resources**, Wageningen, v. 3, n. 5, p. 373-384, 2005.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85, 2002.
- CASSOL, K. P. **Construindo a autonomia:** o caso da associação dos guardiões das sementes Crioulas de Ibarama/RS. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.
- COHEN, I. J. Teoria da estruturação e práxis social. *In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). Teoria social hoje.* São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 393-446.
- DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec, 2000. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Etnoconservacao%20livro%20completo.pdf> Acesso em: 24 out. 2019.

GARCÍA- FRAPOLLI, E.; TOLEDO, V. M. Evaluación de sistemas socioecológicos en áreas protegidas: un instrumento desde la economía ecológica. **Argumentos**, México, v. 21, n. 56, 2008.

HERNÁNDEZ-SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ-COLLADO, C.; BAPTISTA-LUCIO, P. **Metodología de la investigación**. 4 Ed. Cidade do México: McGRAW-HILL/Interamericana Editores, 2006.

KAUFMANN, M. P. **Resgate, conservação e multiplicação da agrobiodiversidade crioula**: Um estudo de caso sobre a experiência dos guardiões das sementes crioulas de Ibarama (RS). 2014. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

LONG, N.; PLOEG, J. V. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011, p. 21-48.

LONG, N. **Sociologia del desarrollo**: uma perspectiva centrada em el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social. San Luis, Mx: El Colégio de San Luis, 2007.

MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico**: implicações conceituais e jurídicas. Textos para discussão, 34. Brasília, DF: Embrapa Informação tecnológica, 2008. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/139665/1/machado-01.pdf>
Acesso em: 24 out. 2019.

OLANDA, R. B. **Famílias guardiãs de semente crioulas**: a tradição contribuindo para a agrobiodiversidade, 2015. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade de Pelotas, Pelotas, 2015.

PEREIRA, V. C. **A conservação das variedades crioulas como prática de agricultores no Rio Grande do Sul**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PEREIRA, V. C.; DAL SOGLIO, F. As dimensões da conservação das sementes crioulas no Rio Grande do Sul, Brasil. In: Memórias Congresso Latinoamericano de Agroecología, 7., 2018, Guayaquil. **Anais** [...]. Guayaquil: SOCLA, 2019. P. 396-402. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1o6GW3x09DJxenzUmp7lgBwl7z9nOh6e/view>
Acesso em: 31 out. 2020.

PLOEG, V, D. J. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PROCISUR. **Estrategia en los recursos fitogenéticos para los países del Cono Sur** / IICA Montevideo: Procisur, IICA, 2010.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, S.; PEREIRA, V. C.; DAL SOGLIO, F. K. A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural. **Perspectivas Rurales Nueva época**, San Jose, Costa Rica, año 13, n. 25, 2015.

SALAS- ZAPATA, W. A.; RÍOS- OSORIO, L. A; ÁLVAREZ-DEL CASTILLO, J. Marco conceptual para entender la sustentabilidad de los

sistemas socioecológicos. **Ecologia Austral**, San Luis, Argentina, v. 22, p. 74-79, 2012.

SILVA, I. C. L. **Guardiões da agrobiodiversidade crioula de Tenente Portela (RS) sonhos e trajetórias**. 2017. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

SILVA, P. B. G. O grupo de pesquisa práticas sociais e processos educativos. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DO GRUPO DE PESQUISA EM PRÁTICAS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS, 1., 2004, São Carlos. **Anais** [...] São Carlos: PPGE/UFSCar, 2004. p.1-4. Disponível em: www.processoseducativos.ufscar.br/historico_grupo_pesquisa_petronilha.doc Acesso em: 24 out. 2019.

SABOURIN, E. Reciprocidade e análise de políticas públicas rurais no Brasil. **RURIS: Rev. Cent. Estud. Rur.**, Campinas, v. 6, n. 2, 2012.

STUIVER, M; LEEUWIS, C; PLOEG, J. V. D. The Power os experience: farmer's knowledge and sustainable innovations. In: WISKERKE, J. S.; PLOEG, J. V. D. **Seeds of Transition**. Assen: Van Gorcun, 2004.

RECKWITZ, A. Theorizing Toward a Theory of Social Practices: A Development in Culturalist. **European Journal of Social Theory**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

TOLEDO, V. M. **El juego de la supervivencia**. Un manual para la investigación etnoecologica en Latinoamerica. Centro de Ecologia. Universidad Nacional Autónoma de México. México, DF, 1991.

TOLEDO, V. M. El metabolismo social: una nueva teoría socioecológica. **Relaciones**, Michoacán, México, v. 136, p. 41-71, 2013.

TOLEDO, V. M. La racionalidad ecológica de la producción campesina. In: SEVILLA-GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. N. S. **Ecología, campesinado e historia**. Barcelona: Editorial La Piqueta, 1993.

TOLEDO, V. M.; ALARCÓN-CHAIRES, P.; BARÓN, L. Estudiar lo rural desde una perspectiva interdisciplinaria: una aproximación al caso de México. **Estudios Agrarios**, Ciudad de México, v.12, p.55-90, 1999.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Barcelona: ICARIA, 2008.



ANÁLISE DAS COMPRAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR SOB O ENFOQUE DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA: ESTUDOS DE CASOS NO VALE DO RIBEIRA / SP ¹

*Analysis of public purchases from family farmers with focus on the multifunctionality of
agriculture: case studies in Vale do Ribeira / SP*

Rafael Eduardo Chiodi²
Gustavo Fonseca de Almeida³
Paulo Eduardo Moruzzi Marques⁴

RESUMO

O rural tem deixado de ser percebido apenas como espaço de produção agrícola para ser encarado como detentor de múltiplas funções de interesse geral da sociedade. O reconhecimento de papéis sociais, ambientais e culturais da agricultura torna a população rural foco de novas políticas públicas. A noção da multifuncionalidade da agricultura dispõe de um aparato teórico-metodológico para análise dessas funções, podendo orientar a avaliação dessas políticas. Assim, o artigo analisa efeitos das compras públicas de bananas sobre múltiplas dimensões da agricultura familiar nos municípios de Miracatu e Sete Barras, em São Paulo. Para tanto, foram entrevistados 38 agricultores e seis gestores vinculados a quatro organizações formais. Identificou-se que os preços recebidos no mercado institucional refletiram na melhoria da renda familiar e em investimentos produtivos. Contraditoriamente, estes últimos representaram escolhas distintas realizadas pelos agricultores. De um lado, houve estímulo à produção em sistemas orgânicos certificados, mais sustentáveis, e, por outro lado, ocorreu a indução da intensificação do uso de agroquímicos em sistemas convencionais. De toda maneira, a organização dos agricultores em cooperativas promoveu inclusão social, fortaleceu relações

¹ Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio financeiro à pesquisa. Processo [421032/2016-2].

² Professor da Universidade Federal de Lavras, Departamento de Administração e Economia, na área de Desenvolvimento e Extensão. Endereço eletrônico: rafaelchiodi@ufla.br

³ Professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Centro de Ciências da Natureza do Campus Lagoa do Sino, na área de Extensão Rural e Agroecologia. Endereço eletrônico: gufoal@ufscar.br

⁴ Professor da Universidade de São Paulo - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Departamento de Economia, Administração e Sociologia, na área de Sociologia Rural. Endereço eletrônico: pmarques@usp.br

de confiança, valorizou o trabalho familiar e permitiu o maior controle sobre os processos de comercialização, efeitos compreendidos como inéditos no Vale do Ribeira.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Multifuncionalidade da agricultura, Agricultura familiar, Mercado público.

ABSTRACT

Rural is no longer perceived only as a space for agriculture production, but seen as provider of multiple functions of interest for society. The recognition of the social, environmental and cultural functions linked to agriculture makes the rural population a potential focus for new public policies. The multifunctionality of agriculture framework has a theoretical and methodological apparatus capable to understand those functions to guide the evaluation of these policies. The paper analyzes the effects of public purchases of banana fruit on multiple dimensions of family farmers in the municipalities of Miracatu and Sete Barras, in São Paulo. A group of 38 farmers and six managers linked to four formal organizations were interviewed. The prices paid for the farmers from the public purchases reflected in the improvement of the families income and in a higher investment in production. Contradictorily, these investments followed distinct movements. A group invested in organic certified systems, more sustainable, other intensifying the use of agrochemicals in conventional systems. The organization of the farmers in cooperatives promoted social inclusion, increased relationships of trust, valued family work, and allowed greater control over marketing processes, all of which were understood to be unprecedented in the Vale do Ribeira.

Keywords: Sustainability, Multifunctionality of agriculture, Family farming, Public market.

1. INTRODUÇÃO

A noção de multifuncionalidade da agricultura pode ser compreendida como uma perspectiva que permite traçar estratégias de superação dos efeitos sociais (êxodo rural, pobreza e exclusão social) e ambientais (exploração desordenada e predatória de recursos naturais) negativos derivados da implementação de políticas públicas de promoção da modernização da agricultura. O enfoque se torna menos seletivo e mais inclusivo ao considerar os atores sociais do campo e por incorporar, de modo mais integrado, as preocupações com

os efeitos da agricultura sobre os recursos naturais (MALUF; CARNEIRO, 2003).

Neste sentido, a noção de multifuncionalidade da agricultura (MFA) fortalece o reconhecimento do “interesse público de funções sociais, ambientais, econômicas e culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis, associadas à atividade agropecuária” (SABOURIN, 2005, p.161). Com esta ótica, a MFA passou a constituir um referencial para orientar políticas de desenvolvimento rural em bases mais sustentáveis (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009). Ademais, no

campo teórico-metodológico, a noção pôde subsidiar de maneira instigante a construção de instrumentos analíticos para avaliar políticas públicas de desenvolvimento rural (CARNEIRO; MALUF, 2003; MORUZZI MARQUES; FLEXOR, 2008).

No Brasil, a partir do ano 2000, políticas públicas inovadoras foram formuladas para sustentar a agricultura familiar. Apesar da predominância do viés econômico, tais ações ampliaram significativamente as perspectivas de legitimar a agricultura do tipo familiar como a expressão de uma atividade agrícola multifuncional. Assim, suas respostas às políticas públicas atenderiam um conjunto amplo de funções de interesse geral da sociedade, aproximando-as aos propósitos associados à multifuncionalidade da agricultura (BONNAL; MALUF, 2009).

Neste âmbito, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que, ao estabeleceram canais de compra institucional direta de alimentos de agricultores familiares e suas organizações, abriram formas de escoamento atrativas devido aos preços praticados e condições de comercialização. Ademais, estes programas foram constituídos para atingir objetivos multidimensionais, tais como promover a segurança alimentar de grupos vulneráveis,

estimular a organização de agricultores familiares, valorizar e ressignificar a produção local/regional, gerar renda na agricultura familiar, promover a produção e a alimentação saudável e que conserva os recursos naturais (MATTEI, 2007; BELIK; FORNAZIER, 2016; CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017).

A partir desta linha interpretativa, buscou-se investigar, numa região de forte presença da agricultura familiar, o Vale do Ribeira paulista, como ocorreu a evolução da participação de agricultores familiares e de suas organizações cooperativas no fornecimento de bananas para esses programas governamentais, visando compreender os efeitos destas políticas públicas sob o olhar da multifuncionalidade da agricultura. Tal contexto remeteu às transformações nas relações históricas de inserção dos agricultores familiares do Vale do Ribeira nos mercados de comercialização de bananas. Esses produtores, por longo período de tempo, dependeram quase que exclusivamente do mercado convencional, que tem como componente central o agente intermediário, uma vez que os locais de consumo estão relativamente distantes dos locais de produção. Ao longo do tempo, verificou-se que o escoamento da produção por este canal determinou relações desfavoráveis aos agricultores familiares por não

possuírem controle sobre o processo de comercialização e poder de decisão sobre os preços das frutas, assim como sobre os recebimentos e sobre as quantidades comercializadas (CHIODI; ALMEIDA; ASSIS, 2020).

A partir do acesso ao PAA e posteriormente ao PNAE, notadamente, assiste-se a emergência expressiva de cooperativas singulares e da constituição de uma cooperativa de segunda geração. Ainda, um diferencial de caso no Vale do Ribeira é que, desde 2014, as cooperativas locais atendem o Programa de Alimentação Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo. Por suas dimensões, trata-se de um dos maiores adquirentes de alimentos para escolares do Brasil (ASSIS, 2019).

Partindo, assim, do referencial de MFA, o artigo analisa efeitos das compras

públicas via PAA e PNAE sobre múltiplas dimensões em torno de produtores familiares organizados em cooperativas nos municípios paulistas de Miracatu e Sete Barras, no Vale do Ribeira em São Paulo. Especificamente, focalizam-se efeitos sobre diferentes campos: 1. a dinâmica de reprodução socioeconômica das famílias rurais, considerando aspectos relacionados à geração de ocupação e renda e à permanência dos jovens no campo; 2. a promoção da segurança alimentar no que tange à produção para o autoconsumo e mercantil de alimentos, além de opções técnico-produtivas; 3. a manutenção do tecido social, considerando processos de promoção da integração social; e 4. a conservação dos recursos naturais, enfocando a produção e o uso sustentável dos recursos naturais.

2. A NOÇÃO DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA

O processo de modernização agrícola transformou a agricultura em um setor produtivo ligado intimamente ao setor industrial e, por esta razão, importante componente do crescimento econômico em muitos países. A expansão produtiva e o aumento da produtividade agrícola ocorreram por meio do progresso tecnológico, assentado sobre o conceito da especialização pelo uso de sementes e mudas melhoradas geneticamente, de

insumos químicos e da mecanização agrícola. Os governos nacionais desempenharam papel fundamental na modernização da agricultura. Nos países centrais do capitalismo (EUA, Japão, aqueles da Comunidade Europeia), este processo visou inicialmente garantir alimentos em abundância e a baixo custo para a população urbana, tendo na agricultura familiar a sua base de sustentação. Em países ditos

subdesenvolvidos, tais como México, Egito e Brasil, as escolhas com vistas à modernização favoreceram latifúndios patronais agroexportadores (VEIGA, 2007).

Ao lado do sucesso produtivo, também é inegável o custo social (êxodo rural, insalubridade urbana e exclusão persistente) e ambiental (exploração desordenada e predatória de recursos naturais) cobrado pelo processo de modernização da agricultura. Na França, os estabelecimentos em condições desfavoráveis para a agricultura produtivista (com tamanho reduzido e em terrenos montanhosos) foram excluídos das políticas públicas de modernização, mas compensações foram numerosas para atenuar perversidades (ROUX; BOINON, 2010). No Brasil, de modo geral, a agricultura de base familiar foi profundamente desconsiderada pelas políticas públicas que promoveram a agricultura moderna (GONÇALVES NETO, 1997). Nos dois casos, os efeitos prejudiciais aos recursos naturais foram socializados. A poluição de mananciais de água devido ao uso de agroquímicos, a redução da biodiversidade, a erosão dos solos e a perda de fertilidade foram acentuados onde a agricultura moderna se estabeleceu e avançou. Em razão destas mazelas, a Agenda 21 dedicou um capítulo

exclusivo à “Promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável”, apresentando 12 áreas de programas (MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE - MMA, 1992). A maior parte destes últimos foi concebida para enfrentar problemas que podem ser creditados à modernização da agricultura. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) vem apoiando ações sob uma perspectiva de agricultura sustentável (FRIEDRICH, 2014), que, em grande medida se contrapõe ao modelo de agricultura industrial produtivista, até então difundido.

A partir da crítica destes efeitos sociais e ambientais, emerge outra forma de conceber o papel da agricultura na sociedade. Trata-se de uma mudança de ótica: a agricultura não deve ser vista apenas como um setor produtivo, mas como uma atividade comportando múltiplas funções de interesse geral da sociedade (MALUF; CARNEIRO, 2003). Esse novo olhar para a agricultura expande-se também para o mundo rural, inscrevendo-se em um almejado desenvolvimento sustentável que, conforme Sachs (2004), está associado ao compromisso com a ética e a solidariedade para com as gerações presentes e futuras no que tange à utilização prudente dos recursos naturais, estabelecendo critérios zelosos para as dimensões social, ambiental e econômica.

Desse modo, a noção de multifuncionalidade da agricultura (MFA) ressalta a importância estratégica da atividade agrícola para o desenvolvimento sustentável. Conforme Laurent (2000), a MFA pode ser definida como o conjunto das contribuições da agricultura para um desenvolvimento econômico e social considerado na sua globalidade. Desse modo:

A noção de multifuncionalidade da agricultura é tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade e não apenas seus componentes econômicos. A noção incorpora a provisão, por parte desses agricultores, de bens públicos relacionados com o meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural (MALUF, 2002 citado por CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 47).

A aplicação da noção de MFA como orientadora de políticas públicas emerge no contexto europeu, especialmente na França (REMY, 2004). No Brasil, essa noção ganha mais importância como instrumento analítico no início na década de 2000, quando ocorreram intercâmbios entre pesquisadores franceses e brasileiros por meio de diferentes projetos de pesquisa, buscando moldar a noção para a realidade da agricultura e das políticas públicas no

país. Esta cooperação científica resultou diversas publicações (MALUF; CARNEIRO, 2003; SABOURIN, 2005; MORUZZI MARQUES; FLEXOR, 2008; CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009; CARNEIRO, 2012). Ao longo das investigações (MALUF; CARNEIRO, 2003; CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009), a análise da MFA se remeteu a quatro níveis: as famílias rurais, as políticas públicas, o território e a sociedade. Por sua vez, foram estabelecidas quatro dimensões para abordar as funções em torno da agricultura: 1) a dinâmica de reprodução das famílias e comunidades rurais; 2) as características técnico-produtivas e de sustentabilidade da atividade agrícola; 3) as questões de identidade, integração social e legitimidade relativa às famílias rurais e; 4) as relações com o território e com a natureza (MALUF; CARNEIRO, 2003). Em relação à análise das políticas públicas, o cerne foi verificar em que medida estas últimas reconhecem e conferem legitimidade à MFA (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

No Brasil, a promoção do debate sobre a MFA se justifica devido à relevância de questões como: a pluriatividade das famílias rurais; o papel da agricultura e de outras atividades rurais na criação e na manutenção de empregos e na geração de renda; a expansão do interesse por produtos

agrícolas de qualidade; a proteção do meio ambiente; as preocupações ligadas à segurança alimentar e; a manutenção da paisagem rural (MALUF, 2002; MALUF; CARNEIRO, 2003). Para Bonnal e Maluf (2009), a reflexão sobre a MFA e a introdução de seus preceitos no âmbito das

políticas públicas rurais poderiam impulsionar a concepção de um modelo de desenvolvimento fundado na inclusão social da categoria dos agricultores familiares, deixados à margem da modernização da agricultura.

3. AS COMPRAS PÚBLICAS DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Nas últimas duas décadas, foram instituídos dispositivos de políticas públicas direcionados ao apoio à agricultura familiar²¹ com diferentes graus de afinidade em relação à noção de MFA. Para os nossos propósitos, convém citar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e os instrumentos previstos graças às alterações na lei de orientação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pela Lei nº 10.696/2003, tendo como objetivos promover a segurança alimentar de grupos sociais vulneráveis e, ao mesmo tempo, incentivar a organização e a produção da agricultura familiar. Para tanto, o PAA viabilizou pela primeira vez a compra direta da produção dos agricultores familiares ou

de suas organizações por entes públicos em escala nacional. Não somente, também permitiu que estas compras públicas não estivessem sujeitas a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993), estabelecendo a dispensa de licitações para a aquisição dos produtos diretamente da agricultura familiar (TRICHES; GRISA, 2015; CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017). Desta maneira, houve uma desburocratização dos processos, permitindo maior participação dos agricultores familiares no mercado institucional, principalmente devido à eliminação da concorrência com segmentos empresariais, que disputam as licitações com escalas e custos de produção mais favoráveis (TRICHES; GRISA, 2015).

²¹ Segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, o agricultor familiar é definido da seguinte maneira: a) não possua estabelecimento rural maior que quatro módulos fiscais; b) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento

ou empreendimento; c) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; d) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Ademais, a legislação do PAA estabeleceu que a aquisição dos produtos agropecuários deva ser realizada com base em preços que considerem a realidade da agricultura familiar. Desta forma, as referências de preços são vinculadas ao mercado regional (TRICHES; GRISA, 2015).

Operando nestes moldes, o PAA estimulou mudanças relevantes no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Este último existe desde 1955 com objetivo de ofertar alimentação a estudantes da rede pública de ensino. Conforme Baccarin et al. (2017), desde o início da implementação do PAA observou-se que parte significativa dos produtos adquiridos se destinava à alimentação escolar no âmbito estadual e municipal. Os autores ressaltaram que algumas experiências exitosas do PAA sustentaram a aprovação da Lei nº 11.947/2009, que passou a regulamentar a aquisição de produtos da agricultura familiar no âmbito do PNAE.

Esta referida lei inovou o desenho do PNAE, visando incentivar a aquisição de alimentos diversificados, produzidos pela agricultura familiar preferencialmente em âmbito local. Estas normas estabeleceram que, do total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação a estados e municípios no âmbito do PNAE, no mínimo

30% deve ser destinado à aquisição de alimentos da agricultura familiar (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017). Analogamente ao PAA, as compras públicas de alimentos, que seguiam preceitos legais de isonomia e da concorrência, passaram a ocorrer junto ao agricultor familiar, por meio de Chamadas Públicas, com a dispensa do processo licitatório (TRICHES; GRISA, 2015).

Além de abrir espaço para que a produção familiar atendesse as escolas, a legislação do PNAE priorizou a compra de alimentos de produtores assentados pela reforma agrária, quilombolas e indígenas, indicando igualmente a primazia de produtos orgânicos e agroecológicos. Os agricultores organizados em cooperativas ou associações deveriam também ser privilegiados. Assim, a legislação mudou a lógica da competição entre “agentes desiguais” e reconheceu questões socioculturais, organizativas e ambientais como norteadoras das compras institucionais (BACCARIN et al., 2017).

No PNAE, os preços pagos aos produtores devem ser norteados por aqueles dos produtos locais. Conforme a resolução nº 26/2013, o preço de aquisição do programa será aquele médio pesquisado em mercados em âmbito local (no mínimo três), com prioridade para feiras de produção familiar. Esta resolução estabelece que

todos os custos que incidirem sobre o processo de fornecimento dos alimentos devam ser incorporados no preço final

pago, visando garantir uma remuneração justa aos produtores familiares (SCHABARUM; TRICHES, 2019).

4. O VALE DO RIBEIRA E A COMERCIALIZAÇÃO DE BANANAS

O Vale do Ribeira está localizado no sul do estado de São Paulo, região Sudeste do Brasil. O seu território engloba 25 municípios e uma área de 18.075,27 km². Em 2010, este território possuía uma população de 443.231 habitantes, dos quais 328.410 residiam em perímetros urbanos e 114.821 em áreas rurais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2015).

A bananicultura é uma de suas atividades econômicas mais importantes, representando a base geradora de emprego e renda para grande parte dos seus municípios (GONÇALVES; SOUZA, 2001). A agricultura familiar exerce um papel expressivo no segmento “produtor de bananas” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2017). Em 2017, a participação dos cultivos de bananas dos municípios do Vale do Ribeira se aproximou de 22% da produção nacional, representando cerca de 89% da produção paulista, a maior do Brasil (IBGE, 2017).

Além da bananicultura, os municípios do Vale do Ribeira têm em comum baixos índices de desenvolvimento humano (IDH).

Estes indicadores posicionam a região entre as mais pobres do estado de São Paulo, reflexo de que as políticas de desenvolvimento econômico e social até então implementadas pouco mudaram a realidade regional ao longo das últimas décadas.

Convém insistir aqui que a cadeia de valorização da banana é componente fundamental aos processos ligados ao desenvolvimento socioeconômico do Vale do Ribeira (GONÇALVES; SOUZA, 2001). Neste ponto, vale enfatizar que tradicionalmente os bananicultores comercializam suas bananas via agentes intermediários (caminhoneiros, atacadistas e varejistas). Desta forma, esta comercialização, ao mesmo tempo, limita a rentabilidade do produtor e transfere o valor agregado ao produto para fora da região, tornando a atividade marginal sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico e social na medida em que não internaliza mecanismos multiplicadores de renda (GONÇALVES; SOUZA, 2001; CHIODI; ALMEIDA; ASSIS, 2020).

Nesse contexto, as compras públicas de bananas via PAA e PNAE representaram

alternativas aos canais tradicionais de comercialização para favorecer o desenvolvimento regional. Inicialmente havia uma exigência para que os agricultores atendessem o programa, de se organizarem em associações e/ou cooperativas. Já o PNAE exigiu dos agricultores maior compromisso em relação a constância das entregas e com padrão de qualidade. Com isso, várias cooperativas de agricultores familiares foram criadas no Vale do Ribeira: em 2019, doze estavam ativas (ASSIS, 2019).

Especialmente no que tange ao PNAE, cumpre frisar a centralidade assumida pelas compras de bananas pela

Prefeitura Municipal de São Paulo (ASSIS, 2019). A capital paulista possui um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, fornecendo aproximadamente 1.885.000 refeições diárias a 900.000 alunos nas 2.720 unidades educacionais do município (SÃO PAULO, 2016). A partir de 2014, as cooperativas do Vale do Ribeira progressivamente passaram a atender o programa, o que tem contribuído para o fortalecimento cooperativista dos produtores familiares. Este processo teve como resultado inédito a criação de uma cooperativa de segunda geração: a Cooperativa Central do Vale (ASSIS, 2019).

5. METODOLOGIA

O artigo explora o conceito de “referencial” de política pública, central na abordagem cognitiva que concebe as políticas públicas como fruto da expressão das representações que uma sociedade ou um grupo social tem da realidade e de seus problemas (MULLER, 2002). Autor central desta abordagem cognitiva, Pierre Muller (2010) propõe que, nas últimas décadas, emerge um referencial associado à perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, participativo e com inclusão social. Efetivamente, o debate em torno da sustentabilidade favorece a construção de uma visão de mundo cujo olhar para a

agricultura assimila suas múltiplas dimensões de interesse para com a sociedade (social, econômica, de proteção ambiental e cultural), o que implica também em considerar o mundo rural não exclusivamente restrito ao seu componente agrícola e produtivo (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Considerando este referencial de política pública, a pesquisa focou cinco organizações de produtores de bananas que acessaram o PAA e o PNAE: em Miracatu, a Associação dos Bananicultores de Miracatu (Abam) e a Cooperativa dos Bananicultores de Miracatu (Coobam) e,

em Sete Barras, a Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do Guapiruvu (Cooperagua) e a Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras (Coopafasb).

A escolha destas organizações se justifica pela sua representatividade em termos da organização de produtores familiares em busca de alternativas de comercialização. As cooperativas possibilitam que os produtores familiares, antes totalmente dependentes do mercado convencional da banana, acessem os mercados institucionais.

A pesquisa de campo ocorreu em duas etapas: 1º levantamento de dados por meio de entrevistas junto a seis gestores das organizações e; 2º levantamento de dados junto a 38 produtores familiares da base dessas quatro organizações.

A pesquisa com os gestores das organizações visou obter elementos para a compreensão do funcionamento de diferentes canais de distribuição de bananas no âmbito regional, além de permitir

conhecer a percepção destes atores sobre efeitos das compras públicas em diferentes dimensões da realidade local. As entrevistas aconteceram em agosto de 2017. Um roteiro composto por perguntas abertas orientou estas últimas, que foram gravadas e transcritas (RICHARDSON, 2010).

A pesquisa junto aos produtores focou percepções sobre efeitos da comercialização de bananas via cooperativa no mercado institucional. Conforme Carneiro e Maluf (2003), estabeleceu-se um número mínimo de entrevistas de modo a obter uma amostra representativa do universo de referência. Assim, foram entrevistados cerca de 10% do total de cooperados/associados, a saber: 11 produtores da base da Abam (98 associados), seis da Coobam (62 cooperados), dez da Cooperagua (76 cooperados) e 11 da Coopafasb (103 cooperados). A partir de roteiro semiestruturado, as entrevistas ocorreram entre os dias 21 e 23 de maio de 2018, com registro escrito das respostas.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1. Reprodução socioeconômica das famílias rurais

Os agricultores entrevistados, majoritariamente, são proprietários de pequenas parcelas de terra, em média 12,1

hectares. Em suas propriedades, 66% destes interlocutores se ocupam exclusivamente da produção de bananas e 34% realizam também outras atividades. Assim, para 71% do universo considerado, a venda de bananas representa a principal fonte de

renda familiar. Para os demais, a renda familiar inclui a remuneração advinda da comercialização de palmito pupunha e de rendimentos não-agrícolas.

Diante desse quadro, depreende-se que o preço recebido pela produção de bananas determinará sobremaneira as condições de reprodução socioeconômica das famílias. O preço do produto aqui merece uma análise central, uma vez que se vincula à rentabilidade da atividade.

Para compreender os efeitos das compras públicas, o preço foi considerado de modo comparado àqueles praticados no chamado “mercado convencional da banana”, tradicionalmente acessados pelos produtores. Este último se refere à produção destinada a supermercados, varejões, sacolões, feiras ou cozinhas industriais, situados em grandes e médias cidades. Um componente-chave deste mercado é a presença de um ou mais agentes intermediários ou atravessadores (CHIODI; ALMEIDA; ASSIS, 2020).

Oportuno aqui ressaltar, de acordo com Schneider (2016), que os mercados convencionais se caracterizam pela

circulação de mercadorias com referência na relação oferta e demanda, mas que são dominados por grupos restritos de agentes privados. O objetivo central desses agentes econômicos é a realização de negócios, vendendo para comprar e vice-versa, a fim de obter lucros. São mercados de alto risco e incerteza e, por isso, de difícil controle e regulação, gerando alto grau de vulnerabilidade aos produtores.

No período da pesquisa, foram coletados dados sobre os preços praticados junto aos produtores pelos intermediários e sobre aqueles relativos ao PNAE da Prefeitura de São Paulo, que era o principal adquirente da produção. Conforme a Tabela 1, observa-se um preço médio por quilograma das frutas pago pelo PNAE cerca de 100% superior nos dois municípios.

Mesmo considerando flutuações constantes no preço pago pelos intermediários, que em determinados períodos do ano pode superar aquele do PNAE, este último, recebido via cooperativa, foi, regra geral, considerado como mais vantajoso.

TABELA 1 - Preços médios declarados da caixa de banana nanica (20 kg) oferecidos por agente intermediário e pagos pelas cooperativas (PNAE da Prefeitura de São Paulo) para produtores entrevistados em Miracatu e Sete Barras, em maio de 2018.

Município	Intermediário		PNAE		Diferença
	R\$/caixa	R\$/kg	R\$/caixa	R\$/kg	%
Miracatu	9,50	0,48	20,50	1,03	115,6
Sete Barras	8,19	0,41	16,25	0,81	97,5

FONTE: Pesquisa de campo, maio de 2018.

Com as palavras de Santos (1978, p. 118), “...a sorte do camponês está ligada ao destino do seu produto e aos preços que consegue para vendê-los”. O diferencial de preço identificado, de fato, explica a afirmação de 84% dos entrevistados sobre a renda familiar ter aumentado após ter realizado vendas para os entes públicos. Para 76% dos agricultores, a melhoria de renda se reverteu em bem-estar familiar, refletido em aumento de gastos familiares com alimentação, saúde, educação, transporte, moradia, vestimenta e lazer.

O efeito das compras públicas sobre a renda familiar já foi observado em outros casos (MATTEI, 2007; TRICHES; SCHNEIDER, 2010; TRICHES; FROEHLICH; SCHNEIDER, 2011; CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017). Aqui, vale destacar a pesquisa de Schwartzman (2015) que, entrevistando 110 produtores de 16 municípios de São Paulo, identificou o aumento de renda em 83 casos (76,4%), graças ao incremento

propiciado com a comercialização junto ao PNAE.

Como visto, este efeito não parece ser absoluto, perceptível por todos os entrevistados. Pode-se concordar assim, com base na análise de Mattei (2007) sobre os impactos do PAA no estado de Santa Catarina, que em segmentos de agricultores em posições mais favoráveis no sistema familiar, torna-se mais difícil creditar ao programa efeitos diretos sobre o processo produtivo e o nível de renda da família. Esta conclusão pode ser direcionada também para explicar as respostas dos produtores que afirmaram não ter sentido mudanças na renda familiar no contexto pesquisado.

No Vale do Ribeira, foi notório, contudo, o impacto dos preços recebidos via PNAE na renda familiar. Tal fenômeno pôde ser ponderado pela participação da comercialização de bananas na renda familiar. Constatou-se que, para 47,3% dos produtores, quase a totalidade da renda é proveniente da atividade agrícola e que,

para 73,5%, mais de 40% da renda familiar provêm do mercado institucional. Ou seja, um aumento do preço recebido pelo produtor, converte-se em aumento simultâneo da renda familiar, o que foi percebido e realçado por nossos interlocutores.

Como no momento da pesquisa as vendas à Prefeitura de São Paulo graças ao PNAE eram as mais expressivas, observa-se que, de 2014 (início da participação no PNAE da capital paulista) a 2018, a entrada financeira graças ao programa desempenhou papel central na composição da renda desses produtores.

Por outro lado, a ampliação das vendas de alimento por esta via permitiu o fortalecimento social e econômico das organizações locais, o que favoreceu o acesso a outras políticas públicas. A captação de recursos do “Programa Microbacias II: acesso aos mercados” do governo estadual de São Paulo viabilizou a aquisição de caminhões, de câmaras de climatização e de caixas retornáveis, o que permitiu reduzir os custos de comercialização. Com base na pesquisa, torna-se inquestionável a forte complementariedade entre as políticas de compra institucional e o Programa Microbacias II. Mattei (2007) identificou relação similar entre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e

o PAA. Aqui, vale apontar que apesar de críticas sobre a ausência de interlocução entre políticas públicas, o PAA estimulou a organização social para permitir a participação dos agricultores no programa, enquanto o PNAE estimulou o aumento do cuidado com a qualidade dos produtos, assim como o compromisso com a entrega das frutas nas escolas de modo pontual, culminando em inovações no âmbito organizacional. Além disso, o programa estadual Microbacias permitiu a aquisição de câmaras frias utilizadas para a maturação das frutas e de caminhões que garantiram a logística para a entrega das frutas nas escolas da cidade de São Paulo. Portanto, é certo afirmar que para os casos investigados nesta pesquisa, houve importante interação, tanto entre políticas da mesma esfera (federal) como entre as políticas públicas das esferas administrativas diferentes (federal e estadual).

Ainda destaca-se que as cooperativas passaram a realizar compras conjuntas de insumos e a fornecer assistência técnica aos cooperados (casos da Abam, Cobam e Coopafasb), reduzindo custos de produção. Em níveis variáveis, estas ações refletiram no aumento da rentabilidade da atividade e, por consequência, no crescimento da renda familiar dos cooperados.

Pode se inferir que estas mudanças tornaram a atividade mais atrativa aos

jovens. Para 58% dos entrevistados foi perceptível o maior envolvimento e dedicação dos membros jovens da família no que se refere ao trabalho nos bananais. Para determinados interlocutores, as motivações dos jovens para permanecer no campo são muito reduzidas por não existirem condições de geração de renda atrativas, sobretudo pelas características não satisfatórias do mercado convencional.

A agregação de valor aos produtos (banana e palmito, destacadamente) e a criação de uma marca própria para a comercialização desses produtos (“lá do kintal” da Coopafasb) permitiu maior participação feminina nas ações da cooperativa, destacadamente das mulheres jovens da comunidade. Considerando o estudo de Georgin et al. (2015), ao investigar a participação feminina na agricultura agroecológica a partir de um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul, pode-se apontar para processos de maior envolvimento de jovens nas atividades produtivas, destacando que é este grupo que mais se relaciona aos movimentos de migração campo-cidade.

Neste sentido, por meio de diferentes relatos, foi possível captar a compreensão de que o aumento da rentabilidade da atividade devido às vendas graças aos programas públicos representou o reconhecimento e a valorização do

trabalhador rural, significando melhores perspectivas para a juventude rural.

6.2. Promoção da segurança alimentar

A banana é uma fruta que apresenta elevado valor nutricional e é um dos alimentos mais consumidos do Brasil (BORGES et al., 2015). Em 2017, o estado de São Paulo foi o maior produtor do produto no país, chegando ao total de 1.208.321 de toneladas do fruto (IBGE, 2017). O município de Miracatu foi o maior produtor de bananas do estado, com uma produção aproximada de 378.000 toneladas, e Sete Barras alcançou o quarto lugar, com aproximadamente 110.000 toneladas (IBGE, 2017). Considerando um consumo médio por habitante de 25 quilogramas ao ano (EMBRAPA, 2018), a produção destes dois municípios representou o abastecimento em bananas de quase 10% da população nacional (19.520.000 pessoas). Os agricultores entrevistados entre janeiro e maio de 2018 produziram cerca de 1.200 toneladas. Portanto, contribuíram com essa produção total, desempenhando um papel considerável na promoção da segurança alimentar de parcela significativa dos brasileiros.

Entre nossos entrevistados, a produção de bananas constitui atividade central, sendo exclusiva para 42% destes agricultores. Para 10% de nossos

interlocutores, a bananicultura divide espaço com a produção do palmito pupunha (em Sete Barras) e, para os outros 47% dos agricultores, esta divisão ocorre com outros cultivos. Dentre estes últimos, pode-se destacar as hortas para consumo familiar (especialmente chuchu, alface, cebolinha e couve), os pomares (sobretudo laranja, abacate, limão e maracujá), as roças (mandioca, milho, feijão, batata e cana), além da criação de pequenos animais (galinhas e porcos).

O modelo hegemônico de produção de bananas se assenta na monocultura das variedades nanica e prata e na utilização de insumos de origem industrial (adubos sintéticos, agrotóxicos e combustíveis para moto-mecanização). Trata-se do padrão tecnológico típico difundido pela modernização da atividade agrícola (designado como agricultura convencional).

Neste cenário, foi questionado se os produtores foram estimulados, com a comercialização de bananas via mercado institucional, a realizar mudanças na forma de produzir. A resposta de 17 interlocutores foi positiva: os estímulos provocaram intensificação no uso de insumos industriais (47%); transição para a produção orgânica (35%) e diversificação produtiva (18%).

Apesar de ter sido identificado o estímulo a processos de diversificação produtiva, o que foi apontado por vários

autores interessados em programas públicos de aquisição de alimentos (MATTEI, 2007; AGAPTO et al., 2012; CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017), este efeito foi limitado nos casos analisados. A forte presença de produtores especializados em monocultivos e com inserção em cadeias de comercialização consolidadas podem ser explicações plausíveis deste resultado.

De qualquer modo, todos os entrevistados justificaram que as mudanças almejavam atingir maior qualidade das bananas para melhor atender os mercados. Este ponto merece ser analisado de modo mais detido, uma vez que demanda tomar em conta a polissemia em torno da noção de qualidade. Para Wilkinson (2008), esta última se tornou tão relevante na sociedade que pesquisadores interessados nos fenômenos relativos ao setor agroalimentar a apontam como problema teórico central para a análise das dinâmicas econômicas. Conforme o autor, a qualidade é compreendida como uma construção social cuja mobilização permite valorizar produtos, técnicas, trabalho e mecanismos setoriais. Triches, Froehlich e Schneider (2011) indicaram que todo o processo de construção de um novo modelo de funcionamento visando o atendimento ao PNAE centra-se em uma “economia da qualidade”. Ainda mais, no âmbito legal, a definição de segurança alimentar e

nutricional é clara ao considerar não somente o direito ao acesso regular e permanente a alimentos em quantidade suficiente, mas também em termos de qualidade (BRASIL, 2006).

Em nossa pesquisa, pôde-se identificar duas percepções distintas do que se entende como “bananas de qualidade”, que estão vinculadas, até certo ponto, a mercados distintos. No mercado convencional, apesar de não haver uma normatização oficial sobre padrões de qualidade, critérios existem no domínio dos atores envolvidos na cadeia de produção e comercialização da fruta. Conforme nossos interlocutores, as bananas podem ser classificadas em “fracas, médias e boas”. Esta categorização tem como parâmetro a aparência do fruto. O tamanho, o diâmetro, a presença/ausência de riscos, manchas ou sujeiras na casca são os indicadores da qualidade. Uma “banana fraca”, que pode ser uma “banana de segunda”, é pequena (levando em conta a variedade cultivada) e apresenta quinas no fruto (não é totalmente roliça). Em seu oposto, uma “banana boa” ou de “primeira” apresenta um crescimento satisfatório (conforme a variedade), não apresentando marcas ou quinas, sendo bem roliças (trata-se de uma banana “graúda”). Uma “banana média” tem características intermediárias entre as da “banana fraca” e da “banana boa”.

Apesar da influência de fatores fisiológicos determinando o tipo de banana (dependentes por exemplo da localização da fruta no cacho), os produtores acreditam que quanto mais se investe em tratamentos culturais (adubos químicos, controle de pragas e doenças e condução do bananal) mais se colhe “bananas boas”, mais valorizadas pelos supermercados. Portanto, tal orientação significa que é o mercado convencional, especialmente os supermercados, que estabelecem os padrões de qualidade, que estão assentados em objetivos como a aparência e a homogeneidade dos produtos (WILKINSON, 2008; NIEDERLE; CHARÃO-MARQUES, 2016).

Por outro lado, não necessariamente são estes padrões de qualidade que embasam a legislação das compras públicas. A noção de qualidade no âmbito da segurança alimentar se vincula às práticas alimentares que promovam saúde e diversidade cultural, sendo ambiental, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006). Destacadamente, para os propósitos de nossa pesquisa, a Lei nº 16.140/2015 do município de São Paulo dispõe sobre a inclusão prioritária de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar.

A legislação da produção orgânica veicula outra concepção de qualidade, não

assentada na aparência dos alimentos. As bananas orgânicas podem ser menores, mais finas e apresentar riscos e manchas na casca. A variável qualificadora dos produtos orgânicos se refere principalmente à forma de produzir, com impactos no meio-ambiente e saúde (WILKINSON, 2008), uma vez que é proibido o uso de insumos químicos (adubos e agrotóxicos) no processo de produção.

Conforme Triches e Schneider (2010), o PNAE favorece a construção de paladares para alimentos com características particulares, contribuindo para a constituição de mercados para agricultores que geram consequências nas formas de produzir. No programa, a noção de qualidade dos alimentos se vincula notadamente à questão ambiental e à valorização de técnicas de produção sustentáveis. Ou seja, fortalece produtos com características específicas, tais como orgânicos, ecológicos, sem agrotóxicos, sem aditivos químicos, dentre outros predcados.

No caso estudado, as compras públicas promoveram estímulos a investimentos em formas de produzir alternativas, que se sustentam em concepções distintas de qualidade. Se a produção orgânica e aquela agroecológica estão alinhadas com diretrizes da legislação, a intensificação no uso de insumos

convencionais foi um “efeito colateral” inesperado das políticas públicas. Esta contradição remete a dimensões inerentes e profundamente interiorizadas nas instituições em torno da agricultura.

Especialmente para o Programa de Alimentação Escolar (PAE) do município de São Paulo, o fornecimento de bananas foi um marco do avanço do programa, pois foi o primeiro produto *in natura* adquirido da agricultura familiar. Conforme Triches, Froehlich e Schneider (2011), em razão do PAE ser um dos programas de assistência alimentar que atinge maior número de pessoas (crianças e adolescentes), em muitos contextos sendo a única refeição com qualidade nutricional do dia, a oferta predominantemente de alimentos processados e industrializados é um problema sério. Assim, o fornecimento de alimentos frescos se torna um fator nutricional positivo para a melhoria da alimentação desta população atendida. Por outro lado, quando estes alimentos são produzidos de modo convencional, com uso intenso de insumos industriais, a qualidade do alimento passa a ser colocada em questão. Porém, a visão bastante difundida de que a agricultura convencional constitui a melhor solução produtiva e eficaz orienta muitas ações neste âmbito (LÉONARD et al., 2010). Portanto, os desafios em torno da noção de sustentabilidade, sob a perspectiva

de que a satisfação das necessidades alimentares no curto prazo não deva ocorrer com degradação dos recursos naturais (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996), são consideráveis.

Com efeito, deve-se situar tal resultado sob o prisma das realidades contraditórias da sociedade. Conforme Wilkinson (2008, p. 135), “a agricultura familiar está, simultaneamente, envolvida em processos de adaptação aos *standards* dominantes e em mobilizações para impor um novo conjunto de *standards* mais compatíveis com as suas condições técnicas e econômicas”.

6.3. Manutenção do tecido social

Para avançar na identificação dos efeitos das compras públicas para além da dimensão econômica-produtiva, foi preciso atenção especial aos aspectos relativos à inserção dos produtores familiares no mercado convencional da banana. Este último impõe sérias dificuldades para que o produtor familiar se mantenha como bananicultor. Conforme opinião dos entrevistados, as principais adversidades são: os “preços baixos” recebidos dos agentes intermediários, que muitas vezes não remunera minimamente o trabalho familiar; os “calotes”, o que significa não receber o pagamento pelo produto entregue ao intermediário e; a “insegurança sobre o

preço que vai receber”, quando há incerteza se o intermediário pagará o valor combinado pelo produto ou mesmo aquele corrente no mercado convencional (CHIODI; ALMEIDA; ASSIS, 2020).

Esta realidade gera diferentes impactos no tecido social. Em primeiro lugar, as condições do mercado convencional têm forçado produtores a abandonar a atividade, promovendo um processo de diferenciação social, com estes últimos se tornando assalariados em outros setores econômicos (construção civil, serviços, indústria). Em segundo lugar, o mercado convencional favorece a atuação individual do produtor, o que é uma forma mais proveitosa para os intermediários, representando obstáculos à organização social dos agricultores. Ademais, a relação com os intermediários não é transparente, uma vez que raramente é construída a partir da confiança mútua. Em terceiro lugar, a participação neste mercado significa desvalorização do trabalho familiar, pois os intermediários querem sempre pagar menos pelo produto. Por fim, trata-se de um mercado que restringe aos produtores as possibilidades de planejamento, o que gera insegurança associada aos prazos de pagamento e aos valores recebidos pela mercadoria vendida.

Diante deste quadro, é oportuno enumerar consequências da efetividade das

compras públicas. Em primeiro lugar, o produtor vende suas bananas a um preço geralmente melhor do que aquele oferecido no mercado convencional, ainda conhecendo previamente a quantidade que deverá fornecer e sua remuneração. Não foi possível quantificar o fenômeno de retorno de produtores à atividade em questão, mas tal efeito foi apontado pelos gestores. Este resultado foi indicado por Belik e Fornazier (2016), afirmando que a compra pública direta pôde incluir produtores que estavam marginalizados pelo mercado convencional em outros contextos.

Em segundo lugar, as cooperativas pesquisadas foram todas criadas a partir de 2003 em resposta aos programas de compra institucional. A Abam foi fundada em 1985 por médios e grandes produtores, mas a partir de 2003 passou por um processo de transformação de sua base, tornando exclusivamente uma organização de produtores familiares para atender as compras públicas. No momento da pesquisa, eram 339 agricultores familiares afiliados no conjunto das organizações. Em Miracatu, a Abam e a Coobam representavam 160 bananicultores, sendo que o município possuía 522 estabelecimentos produtores de bananas (IBGE, 2017). Em Sete Barras, a Cooperagua e a Coopafasb juntas agregavam 179 bananicultores, em um

município com 365 estabelecimentos produtores deste fruto (IBGE, 2017).

O impulso inicial para a organização dos produtores se encontra no PAA, tendo sido potencializado pelo acesso ao PNAE de prefeituras do Litoral Sul e da Região Metropolitana de São Paulo, permitindo que as cooperativas se fortalecessem econômica e socialmente. Com base na explicação de um gestor, convém salientar que no momento em que o agricultor se torna satisfeito com o sistema de venda pública, há um efeito de atração de novos produtores, o que ainda promove um processo de integração entre pessoas e fomenta o espírito cooperativo, reduzindo de certa forma a competição entre pares. Esta interpretação auxilia na explicação sobre a criação da Cooperativa Central do Vale, que agregou 12 cooperativas de agricultores familiares, com capacidade crescente de atendimento ao PNAE da Prefeitura de São Paulo. Como declarado, em 2015, o primeiro contrato de venda foi de R\$ 1.600.000,00 para abastecer 672 escolas e, em 2018, tal contrato de fornecimento de bananas alcançou R\$ 5.000.000,00 para abastecer 2.048 estabelecimentos de ensino da capital paulista.

No âmbito interno às organizações, a perspectiva de transparência na relação entre direção e produtor foi fomentada por

um sistema conhecido como “planilha aberta”, que permite que qualquer cooperado tenha informações sobre a comercialização de suas bananas assim como a de seus pares, obtendo dados sobre o preço recebido com a comercialização, a quantidade vendida, o valor do frete, o custo das caixas, as despesas com climatização, os impostos pagos, a taxa administrativa e a reserva retida pela cooperativa.

A construção de relações transparentes deste tipo se reverteu em diálogo, participação e ação coletiva. Conforme um gestor da Abam, a presença nas reuniões das cooperativas é de interesse dos produtores, pois são momentos em que se informam sobre o andamento das vendas, sobre a abertura de novos editais, sobre as quantidades e a periodicidade das entregas. Ademais, são nessas reuniões que ainda se atualizam sobre o funcionamento da cooperativa e sobre a destinação dos fundos organização. Em sua pesquisa, Assis (2019) evidenciou resultados que demonstraram aumento da participação de agricultores em reuniões das cooperativas que tinham contrato com a Prefeitura de São Paulo.

O terceiro efeito das compras públicas foi a valorização do produto, o que contribuiu para o maior protagonismo do produtor no processo de comercialização. Conforme o gestor da Abam, como as bananas passaram a ser vendidas pelas

organizações cooperativas, o produtor passou a se preocupar mais com a “qualidade” do produto. Para tal, entendeu que a cooperativa é o seu representante no processo de comercialização. Assim, trata-se da construção de um sentido de pertencimento, o que não ocorria no mercado convencional. Neste último, a venda ao intermediário é acompanhada por depreciação dos produtos refletida pelos preços oferecidos.

Por fim, para os produtores, a previsibilidade, o acesso a mecanismos de transparência e o poder de participar em decisões sobre a comercialização de seu produto foram fatores que abriram possibilidades para o maior planejamento e controle/previsão sobre os processos de produção e comercialização. Estes fatores foram fundamentais para elevar a sensação de segurança das famílias que dependem da comercialização das bananas, o que ocorre de maneira muito desfavorável no mercado convencional.

6.4. Conservação dos recursos naturais

Na dimensão relativa ao uso mais respeitoso dos recursos naturais, convém destacar que as compras públicas motivaram interesses principalmente pela produção orgânica. Esta última pode ser interpretada como uma agricultura que permite valorizar sua multifuncionalidade,

abrangendo dimensões econômicas, sociais e ambientais (SCHMIDT, 2003). A produção orgânica tem vocação de minimizar impactos negativos ao meio ambiente, propondo um manejo sem aporte de insumos químicos, de forma a preservar recursos naturais (solo, água, biodiversidade), além de promover a diversificação produtiva (BORGES et al., 2015). Também tende a agregar valor à

produção, a gerar emprego (por ser mais intensiva em força de trabalho) e a criar ou fortalecer redes sociais (SCHMIDT, 2003).

Sob esta perspectiva, cerca de 82% dos entrevistados afirmaram que se sentem estimulados a produzir de forma orgânica desde que passaram a fornecer alimentos para os entes públicos. Deste grupo, 24 produtores explicaram os seus motivos (Tabela 2).

TABELA 2 - Respostas dos entrevistados em termos de motivação pela produção de forma orgânica em razão de vendas públicas

Respostas	Nº de respostas	Percentual (%)
Por ter um melhor preço de venda	8	33,4
Por haver demanda do mercado consumidor	6	25,0
Por contar com incentivo da cooperativa/associação	3	12,5
Por reduzir do uso de insumos químicos	3	12,5
Por promover uma alimentação saudável	2	8,3
Por produzir um produto de melhor qualidade	2	8,3
Total	24	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, maio de 2018.

Com base nas respostas, é notável que os principais estímulos se situam no campo econômico, expressos no “melhor preço de venda” e na existência de “demanda do mercado”. Por outro lado, “reduzir o uso de químicos”, “alimentação saudável” e “produto de melhor qualidade” foram respostas que remetem mais à dimensão de saúde, seja da família, do consumidor ou da sociedade como um todo.

Efetivamente, em Miracatu, existiam em 2018 cinco produtores orgânicos certificados na base da Abam (5% dos associados). Pode-se destacar que este grupo converteu seus sistemas produtivos bastante motivado pelas compras públicas. Já em Sete Barras, eram dez produtores orgânicos na Cooperagua (13% dos cooperados) e 21 entre orgânicos e agroecológicos na Coopafasb (26% dos

cooperados). Neste último caso, os estímulos das compras públicas foram potencializados por um ambiente no qual diversos produtores já estavam conduzindo uma produção sustentável. Além deste aspecto produtivo, somam-se avanços organizativos alcançados pelos agricultores. Niederle e Charão-Marques (2016) analisam os processos necessários para cumprir a legislação da certificação orgânica por meio de sistemas participativos de garantia e como estes exigem grandes esforços organizativos dos produtores.

Este quadro permite concluir que as compras públicas despertaram interesse de produtores para promoverem mudanças comportamentais que os levaram a sistemas de produção mais sustentáveis. Entretanto, alguns obstáculos foram indicados como limites ao processo de transição orgânica ou agroecológica, a saber: a profunda adesão de produtores ao uso de insumos químicos; os estímulos do mercado convencional, sobretudo em períodos em que o preço da banana ultrapassa muito os custos de produção, e; a recorrente aplicação aérea de agrotóxico, dificultando o isolamento de bananais orgânicos. Estes pontos geram conflitos na base das organizações sobre o que priorizar: o projeto orgânico ou o convencional.

Estes entraves não são apenas conjunturais, mas refletem limites estruturais para o avanço da produção agrícola sustentável. A agricultura convencional se insere na lógica da reprodução do capital, onde parcela da renda gerada pelo trabalho familiar é apropriada por capitalistas industriais (indústria de insumos), comerciais (comerciantes de insumos e de produtos alimentares) e financeiros (bancos) (MARTINS, 1975). Como a defesa da produção orgânica e principalmente agroecológica realça uma agricultura sem o aporte de insumos industriais, trata-se de portas de saída do produtor dessa lógica de dependências, o que a coloca frequentemente como modelo antagônico aos interesses capitalistas (limita sua expansão e reduz seu lucro). Por esta razão, seu avanço sofre resistência de poderosas forças refratárias.

De todo modo, a produção orgânica ainda permite sua apropriação pela lógica da produção convencional: trata-se de produzir em monocultura, utilizar insumos industriais (mas orgânicos) e ser um negócio empresarial (WILKINSON, 2008; NIEDERLE; CHARÃO-MARQUES, 2016). Com efeito, Niederle e Charão-Marques (2016, p. 280) apontam que a regulamentação dos produtos orgânicos por meio da certificação “questiona as

fronteiras políticas e semânticas entre as múltiplas agriculturas de base ecológica para estabelecer um padrão centrado nas normas da ‘agricultura orgânica’”. Desse modo, os produtos associados aos circuitos diretos de comercialização podem ser mesmos incorporados pela lógica da agricultura industrial empresarial.

Por outro lado, a produção agroecológica está fortemente identificada com práticas camponesas, impondo restrições à sua apropriação pela lógica capitalista (WILKINSON, 2008). Desse modo, identificam-se esforços das organizações representativas dos agricultores familiares em reconstruir os vínculos entre as práticas específicas de produção, a localidade e o ambiente (NIEDERLE; CHARÃO-MARQUES, 2016). Para estes autores, a transição agroecológica abarca um conjunto de ações não necessariamente voltadas à

certificação, ou que não eram primeiramente pautadas na necessidade de adequar rapidamente as unidades produtivas às exigências da comercialização.

Com este último sentido, foram identificadas produções de bananas em sistemas agroflorestais em Sete Barras. Trata-se de lógicas indutoras de diversificação produtiva, favorecendo a segurança alimentar familiar; de restrição de uso de insumos industriais (mesmo orgânicos), minimizando a dependência do produtor; de aumento da biodiversidade local, gerando serviços ambientais. Ao romper com a lógica da produção em monocultura, os sistemas agroflorestais contribuem sobremaneira com a harmonia da paisagem, promovendo a integração entre sistemas produtivos e a paisagem natural do bioma Mata Atlântica (SANTOS, 2017).

7. CONCLUSÃO

A mobilização da noção de multifuncionalidade da agricultura para analisar efeitos dos programas públicos de aquisição de alimentos oriundos de agricultores familiares se mostrou profícua, uma vez que possibilitou considerar uma amplitude de aspectos importantes aos processos de desenvolvimento rural. Desta maneira, essa noção permitiu identificar e

analisar respostas notáveis dos produtores no contexto do Vale do Ribeira paulista.

Primeiramente, é certo afirmar que as compras públicas de alimentos via PAA e PNAE promoveram efeitos sobre múltiplas dimensões relevantes para a vida de bananicultores familiares. Com efeito, uma análise desta natureza ganha muita consistência tendo como ponto de partida as

condições de comercialização estabelecidas no mercado convencional da banana, do qual os produtores familiares dependiam quase que exclusivamente antes de acessarem os programas públicos das compras públicas.

Neste sentido, os preços praticados no mercado institucional no âmbito de produtores muito especializados é um ponto central a ser considerado. Este fator refletiu diretamente na maior rentabilidade da principal atividade econômica dos produtores, melhorando nitidamente a renda familiar, os investimentos produtivos e o acesso a bens e serviços básicos, além de lazer e cultura. Tais resultados, além de terem reestimulado produtores, promoveram incitação e interesse de jovens para a atividade.

A produção mercantil de bananas é a atividade econômica para a qual os produtores mais dedicam seu tempo. É fato que a bananicultura contribui com a segurança alimentar de parcela da população brasileira que consome essa fruta. Porém, sob uma perspectiva de qualidade, os efeitos das políticas públicas são assaz complexos, menos claros e mesmo contraditórios. Se, por um lado, estimulou a produção em sistemas orgânicos e agroecológicos, por outro, viabilizou investimentos visando intensificar o aporte de insumos químicos

industriais nas plantações. Este tipo de consequência remete claramente a um aprofundamento da lógica convencional de produção e de dependência dos produtores a agentes econômicos ligados ao comércio de insumos industriais. Nossa interpretação destaca assim um “efeito colateral” inesperado das políticas públicas, pois não se ajusta à perspectiva da sustentabilidade.

De todo modo, a organização dos produtores em cooperativas foi um resultado claro das compras institucionais. Estas últimas permitiram, além da redução da dependência dos produtores em relação aos agentes intermediários para a comercialização, que as cooperativas promovessem ações que geram inclusão social, relações de confiança, esperança para os jovens, transparência, agregação de valor ao produto, valorização do trabalho familiar e a possibilidade de maior controle/planejamento dos processos de produção e comercialização por parte dos produtores.

Se nenhum destes efeitos pode ser assumido como absoluto, sua ocorrência na escala identificada permite realçar o poder que as compras públicas possuem como instrumento promotor da multifuncionalidade da agricultura, obtendo respostas dos agricultores familiares promissoras a uma perspectiva de desenvolvimento rural sustentável.

8. REFERÊNCIAS

- AGAPTO, J. P.; BORSATTO, R. S.; SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 42, n. 2, mar./abr. 2012. Disponível em: <http://iea.naka.eti.br/ftpiea/publicacoes/IE/2012/tec2-03-04-2012.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- ASSIS, L. B. **Perfil das organizações da agricultura familiar no Programa de Alimentação Escolar da Prefeitura de São Paulo**. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- BACCARIN, J. G.; TRICHES, R.; TEO, C. R. A.; PEREIRA, D. B. Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 55, n. 1, jan./mar. p. 103-122, 2017.
- BELIK, W.; FORNAZIER, A. Políticas públicas e a construção de novos mercados para a agricultura familiar: analisando o caso da alimentação escolar no município de São Paulo. **Raízes**, Campina Grande, v. 36, n. 2, jul./dez. p. 70-81, 2016. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_395.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura no Brasil. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 14, abr. p. 211-250, 2009. Disponível em: https://agritrop.cirad.fr/557069/1/document_557069.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BORGES, A. L.; CORDEIRO, Z. M. J.; FANCELLI, M.; RODRIGUES, M. G. V. Bananicultura orgânica. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 36, n. 287, p. 74-83, 2015. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BONNAL, P.; BONIN, M.; AZNAR, O. Les évolutions inversées de la multifonctionnalité de l'agriculture et des services environnementaux. **Vertigo**, Montréal, v. 12, n. 3, déc. 2012. Disponível em: <http://vertigo.revues.org/12882>. Acesso em: 7 fev. 2019.
- BRASIL. **Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/.../L11326.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Introdução. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003. p. 16-27.
- CARNEIRO, M. J. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, M. J. (Org.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012. p. 23-50.
- CAZELLA, A. A., BONNAL, P.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura

familiar no Brasil e enfoque de pesquisa. In: CAZELLA, A. A., BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 47-70.

CHIODI, R. E.; ALMEIDA, G. F.; ASSIS, L. H. O Mercado Convencional da Banana: sujeição da agricultura familiar no Vale do Ribeira - SP. *Desenvolvimento em questão, Ijuí*, v 16, n. 45, out./dez. p.146-165, 2020.

CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R. F. J. S. Efeitos dos Programas Governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 55, n. 3, jul/set. p. 427-444, 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Banana: importância econômica e social**. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia40/AG01/arvore/AG01_28_41020068055.html. Acesso em: 18 dez. 2019.

FRIEDRICH, T. Marco teórico: intensificando la producción de manera sostenible. In: SALCEDO, S.; GUZMÁN, L. (Org.). **Agricultura Familiar em América Latina y el Caribe: Recomendaciones de Política**. Santiago: FAO, 2014. p. 125-133.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, J. A. M. Agronegócio no Vale do Ribeira: caracterização da realidade e proposta de intervenção numa região carente. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 31, n. 1, jan. p. 39-50, 2001. Disponível em:

<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/2001/tec3-0101.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2018.

GEORGIN, J., WIZNIEWSKY, J. G., OLIVEIRA, G. A., ROSA, A. L. D. A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 14, n. 3, set./dez. p. 01-09, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 20 mar. 2018.

LAURENT, C. **La multifunctionnalité de l'agriculture**. Paris: Inra-SAD, 2000.

MALUF, R.S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D.M.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 301-328.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**, Campinas, v. 4, p. 66-88, 1996. Disponível em: https://sswm.info/sites/default/files/referen ce_attachments/MALUF.pdf. Acesso em: 15 fev. 2016.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MATTEI, L. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no estado de Santa Catarina. **Cadernos do Ceam, Brasília**, v 7, n. 27, jul. p.75-105, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Agenda 21**. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em: 14 mai. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Cadernos Territorial do Vale do Ribeira**. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_100_Vale%20do%20Ribeira%20-%20SP.pdf. Acesso em: 25 fev. 2019.

MORUZZI MARQUES, P. E.; FLEXOR, G. Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura. **Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, v. 7, n. 29, p. 45-65, 2008.

MULLER, P. **Las políticas públicas**. Bogotá: Universidad Externado de Colômbia, 2002.

MULLER, P. Introduction: les changements d'échelles des politiques agricoles. In: HERVIEU, B.; MAYER, N.; MULLER, P.; PURSEIGLE, F.; RÉMY, J. (Orgs.). **Le monde agricole en politique: de la fin des paysans au retour de la question agricole**. Paris: Presse de Science Po, 2010, p. 339-350.

NIEDERLE, P. A.; CHARÃO-MARQUES, F. Produção ecológica de alimentos e mudanças institucionais: implicações para a construção de novos mercados. In: CHARÃO-MARQUES, F.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2016. p. 275-307.

RÉMY, J. Um caminho sinuoso e semeado de espinhos. Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção

à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p 5-50, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROUX, B.; BOINON, J. P. “A incorporação do desenvolvimento sustentável nas políticas agrícolas e rurais na França”. In: MORUZZI MARQUES, P.E. (Org.), **Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade: diálogo franco-brasileiro no âmbito da cooperação em ciências agrárias e florestais**. Piracicaba: LES/ESALQ/USP, 2010. p. 39-79.

SABOURIN, E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, out. p. 161-189. Disponível em: <https://revistaesa.com/>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluindo, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, J. V. T. **Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, P. Z. F. **O Potencial dos Sistemas Agroflorestais para Incremento da Biodiversidade e Provisão de Serviços Ecossistêmicos na Mata Atlântica**. 2017. 57 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SÃO PAULO. **Departamento de Alimentação Escolar da Prefeitura**

Municipal de São Paulo. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 10 janeiro 2018.

SCHABARUM, J. C.; TRICHES, R. Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar em Municípios Paranaenses: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 57, n. 1, jan./mar. p. 049-062, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v57n1/1806-9479-resr-57-01-49.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.

SCHWARTZMAN, F. **Vinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a agricultura familiar:** caracterização da venda direta e das mudanças para os agricultores familiares em municípios do estado de São Paulo. 2015. 141 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SCHMIDT, W. Conversão à agricultura orgânica e multifuncionalidade: o caso das Encostas da Serra Geral (SC). In:

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S (Orgs.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 44-59.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: CHARÃO-MARQUES, F.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar:** desafios para o desenvolvimento

rural. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2016. p. 93-140.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 4, out./dez. p. 933-945, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n4/19.pdf>. Acesso: 18 jun. 2019.

TRICHES, R. M.; FROEHLICH, E.; SCHNEIDER, S. Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos [RS]. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural:** perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 253-268.

TRICHES, R.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 18, n. 26, edição especial. p. 10-27, 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3569>. Acesso em: 23 out. 2019.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

WILKINSON, J. **Mercados, Redes e Valores.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.